

JÔNATAS DIAS TEIXEIRA

INSTITUIÇÃO E PODER:
visões do interior de uma penitenciária

GOIÂNIA
2008

JÔNATAS DIAS TEIXEIRA

INSTITUIÇÃO E PODER:
visões do interior de uma penitenciária

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social. Sob a orientação da Prof^o. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende.

Área de concentração: Processos Psicossociais

GOIÂNIA
2008

JÔNATAS DIAS TEIXEIRA

INSTITUIÇÃO E PODER:
visões do interior de uma penitenciária

Dissertação defendida em _____ de 2008.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende
Universidade Católica de Goiás
Presidente da Banca

Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa
Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. Marcos Corrêa da Silva Loureiro
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos
Universidade Católica de Goiás
Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter provido as condições de saúde mental, física e emocional e ter me dado forças para realizar essa tarefa;

À minha mãe, Vênia, por ter sempre me incentivado a estudar e investido tanto em minha educação, pelo apoio emocional, financeiro e por toda compreensão, acreditando em mim, mesmo às vezes não compreendendo;

Ao meu pai, Carlos, pelo amigo e companheiro que foi, me apoiando sempre, e pelos tantos conselhos sábios que me deu, além de sua compreensão em meus momentos de fraqueza;

As minhas irmãs, Karla e Rafaela, por todo apoio e compreensão;

A minha namorada Luciana, pelo amor, carinho, auxílio e por ter sido tão compreensiva nos momentos em que precisei me ausentar;

Aos meus fiéis amigos, em especial Vinícius e Rafael, pelos auxílios e pelos momentos de lazer;

A todos os colegas de mestrado, pelos momentos de discussão e crescimento teórico;

E com especial carinho a Anita, que me ensinou um dia que: “É preciso subir nos ombros de gigantes para que se possa ver adiante”. Por todo o conhecimento compartilhado e pela amiga que se tornou nesses dois últimos anos.

A todos da instituição onde foi realizada a pesquisa por terem permitido a execução da mesma, em especial a psicóloga Débora pelo auxílio e disponibilidade em ajudar e pela paciência e companheirismo, como também aos internos que se dispuseram a conceder as entrevistas.

A todos os professores que tive, em especial ao Cláudio que, indiretamente fortaleceu em mim a cede por conhecimento.

Nada disso teria sido possível sem as contribuições de cada um de vocês! Muito obrigado!!!!

O presente trabalho investiga os processos de constituição, estruturação, organização e manutenção do poder entre indivíduos mantidos em regime fechado no interior de uma penitenciária no Estado de Goiás. Para tanto, privilegia a análise dos processos psicossociais implicados na estruturação dos mecanismos de poder no contexto carcerário. Para desenvolver essa investigação foi realizada uma pesquisa exploratória com procedimentos predominantemente qualitativos, como entrevistas e observações, complementados de pesquisa documental. Foram entrevistados informalmente gestores, agentes e funcionários administrativos. Com cinco sujeitos, mantidos em regime fechado, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a partir de um roteiro previamente testado e elaborado com base em categorias intencionadas a apreender mediações do processo de constituição e estruturação do poder. A análise das entrevistas, observações e documentos permitem concluir que o processo de constituição e estruturação do poder no interior da penitenciária é multi – determinado, se processa muitas vezes de modo oculto nas relações estabelecidas entre internos e apresenta-se prioritariamente como algo natural e necessário. O poder se estrutura tanto sobre recursos internos, fundamentando-se em características individuais de cada interno no contexto institucional; quanto de recursos externos, mais vinculados à estrutura administrativa e funcional da penitenciária que reproduz uma lógica de constituição de poder muito próxima daquela que é desenvolvida pelos internos. Dessa forma, não se pode falar em poder, único e exclusivo, mas em micro poderes, aos quais todos estão submetidos e que são exercidos constante e ininterruptamente, adquirindo características próprias de acordo com a dinâmica da organização da vida dentro da penitenciária.

Palavras – chave: Psicologia social, instituição, poder, penitenciária.

This thesis investigates how power is installed, structured, organized and maintained among individuals serving a prison term in a correctional facility in the State of Goiás. For this purpose, the paper prioritizes the analysis of the psychological and social processes implicated in structuring the mechanisms of power in the context of such a facility. This investigation was developed by means of an exploratory survey, comprised of predominantly qualitative procedures, such as interviews and observations, complemented by document research. Facility managers, agents and administrative workers were interviewed in an informal setting. Five individuals serving prison terms were also interviewed. The semi-structured interviews used a previously tested script created on the basis of categories whose purpose was to understand process mediations involved in constituting and structuring power. After analyzing the interviews, observations and documents it is possible to conclude that there is a multi-determined and many times secrete process at play for constituting and structuring power in a correctional facility, within the context of the relationships established among inmates. Such a process presents itself, mostly, as both natural and necessary. Power is structured around inmates, based on the individual characteristics of each inmate in this institutional context; and also around other human resources, more connected to the administrative and functional structure of the correctional facility, reproducing a constitutional logic of power, very close in nature to that developed by inmates. Therefore, one can not speak of a power, which is single and exclusive, but of micro powers, which subject everyone and are exercised constantly and uninterruptedly, thereby acquiring unique characteristics, according to the organization dynamics of life within a correctional facility.

Key Words: Social psychology, institution, power, correctional facility.

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1	
INSTITUIÇÃO: HISTÓRIA E CONCEITO.....	12
1.1) Instituição: perspectivas teóricas.....	15
1.2) Instituições Totais e/ou Totalitárias.....	23
CAPÍTULO 2	
CONFIGURAÇÕES DO PODER.....	29
CAPÍTULO 3	
INSTITUIÇÃO PENITENCIÁRIA: FORMA E CONTEÚDO.....	42
3.1) A estrutura física e administrativa da penitenciária: uma visão a partir do organograma e do site.....	43
3.2) A estrutura física e administrativa e o funcionamento da penitenciária: uma visão a partir das observações e entrevistas informais com a administração e agentes.....	44
3.3) Sobre as inter-relações entre os internos dentro da penitenciária: uma visão a partir das observações e entrevistas informais com internos.....	50
3.4) Os sujeitos: uma visão dos prontuários.....	56
3.5) A organização dos internos e a constituição, manutenção, exercício e configuração do poder: uma visão dos internos.....	57
3.5.1) A organização dos internos.....	57
3.5.2) A constituição da autoridade entre os internos: a visão de um “estado dentro do estado”	60
3.5.3) A manutenção e o exercício pessoal da autoridade: uma visão de si.....	66
3.5.4) A definição do poder em si.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
INSTITUIÇÃO E PODER: UMA VISÃO DA/NA PENITENCIÁRIA.....	72

REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES.....	77
ANEXOS (ANEXO A).....	116

O presente trabalho objetivou analisar e compreender os processos de organização, constituição e estruturação do poder no interior de uma penitenciária. Para isso, investigou-se como se dão as inter-relações entre indivíduos mantidos em regime fechado numa particularidade institucional. Nessa perspectiva, a análise foi direcionada para as interações desses indivíduos entre si, no espaço físico onde estão reclusos, e entre os mesmos e a equipe administrativa da penitenciária, buscando apreender os mecanismos psicossociais que intermediam a organização de suas relações e propiciam as condições de constituição e manutenção do exercício e das formas de poder no contexto carcerário.

A temática das relações de poder entre indivíduos mantidos em regime integralmente fechado e das mediações psicossociais implicadas na realidade específica dos presídios brasileiros é importante e sobre ela existem poucas investigações e estudos científicos dentro do campo específico da psicologia social. É desnecessário insistir na pertinência e relevância dessas investigações, especialmente quando se verifica a realidade atual dos presídios no Brasil, onde as relações de poder têm atingido proporções cada vez maiores, ultrapassando as barreiras e muros internos dos mesmos e estabelecendo desafios que implicam a compreensão dos processos envolvidos e formas de intervenção.

O ponto de partida dessa investigação pode ser estabelecido sobre a afirmação de que as relações sociais são construídas e desenvolvidas em contextos institucionais. Nessa perspectiva, são consideradas instituições o trabalho, a escola, a religião, o casamento, a família, entre outras. Essas instituições são o fundamento dos processos de socialização de todas e de cada nova geração que nasce, mediando processos de constituição do indivíduo e por eles sendo constituídas, sofrendo transformações e reformulações com o decorrer do tempo. A partir do desenvolvimento de instituições, os homens começam a organizar suas relações, suas vidas no meio social, e constroem, assim, estruturas culturais, espirituais e materiais, físicas para se protegerem da natureza, para produzir a vida em sociedade e para estabelecer os processos de civilização e cultura às gerações mais novas (Baremblytt 2002).

A partir de uma determinada organização social, através da mediação de instituições, estruturam-se relações de poder entre os membros da sociedade. De acordo com Baró (1984), as relações de poder estão presentes em toda parte, em todos os âmbitos sociais, em todos os níveis e espaços sociais. Dessa forma, as instituições podem parecer naturais, como se sempre

tivessem existido e fossem portadoras de normas sociais universais, ou admitidas como tais. Assim pode parecer natural o ato de fundar uma família, ou associação, ou empresa, ou formas sociais visíveis, dotadas de organizações jurídicas e materiais, mas, ao contrário, todas essas formas sociais, todas as instituições definem-se historicamente e são referenciadas a outras formas sociais, outras instituições e ao conjunto do sistema social global como um todo (LOURAU 1975).

Nem todas as realidades históricas e instituições sociais compartilham as mesmas características. Existem instituições que dizem respeito a realidades específicas, e conservam peculiaridades e particularidades no contexto social e histórico. Dentre essas, destacam-se aquelas denominadas por Lourau (1975) de instituições totalitárias, nas quais as relações sociais se estabelecem de modo peculiar. Segundo Lourau (1975), instituições totalitárias são espaços singulares. São lugares clausurados, marcados, lugares do recalçamento libidinal; lugares recortados no espaço e no tempo sociais; lugares submetidos a normas imperativas, refletindo em parte as normas sociais da classe que detêm o poder, acentuando-as e instaurando, em parte, normas especiais, podendo, por vezes, desprezar tanto as regras jurídicas particulares quanto universais. Nessa perspectiva, podem ser consideradas instituições totalitárias: hospitais psiquiátricos, asilos, conventos, mosteiros, exércitos, campos de concentração e penitenciárias, entre outras.

Nessa perspectiva, considerando o contexto social articulado em instituições e a particularidade das instituições totalitárias e das relações de poder que se fazem presentes e permeiam todas as relações sociais, o presente trabalho propõe analisar como se constituem os processos de estruturação de poder entre indivíduos presos em regime fechado no interior de uma penitenciária.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória com procedimentos prioritariamente qualitativos acrescidos de pesquisa documental. Primeiramente, foi feita uma primeira visita à penitenciária, onde foi apresentada a proposta de pesquisa para o diretor da mesma. Após a apresentação do projeto e subsequente autorização do diretor da penitenciária, foi realizada uma pesquisa nos documentos contidos nos prontuários dos internos que foi sistematizada numa planilha elaborada para coleta de dados com o objetivo de mapear e constituir um perfil dos 30 internos relacionados em documento pela administração como aqueles que detêm o poder na organização interna. Desses internos, listados pelo serviço de inteligência da própria penitenciária, foram levantados os dados relativos à idade, tempo de reclusão, profissão, família, religião, instrução, cor, tempo de condenação, residência e tipo de crime. Dos 30 prontuários, foram analisados 21, devido à

ausência dos restantes, que estavam sendo usados por outros órgãos e/ou instituições no mesmo momento e sem data prevista para serem repostos no cartório, segundo informações da administração. Os dados coletados nos prontuários foram organizados em quadros que permitem estabelecer uma caracterização dos internos com idade predominantemente entre 28 a 42 anos; com ensino fundamental (somente um interno possui curso superior), tempo de prisão entre 0 a 08 anos; tipo de crime entre os artigos 12, 121, 157 e 288 (respectivamente, tráfico de drogas, homicídio, roubo com ameaça de morte e formação de quadrilha); e tempo de condenação entre 11 a 30 anos. Dos 21 prontuários analisados, 13 sujeitos apresentam essas mesmas características, o que pode ser verificado nos quadros referidos no apêndice D.

A partir desse mapeamento foram selecionados os 13 sujeitos que, indicados pela administração, possuem um perfil semelhante e comporiam o universo da pesquisa. A esse universo, acresceu-se o único dentre todos que tem curso superior. Desse universo foram aleatoriamente sorteados 8 detentos para entrevista. Desses, somente foi possível realizar entrevistas com 5, porque um deles desapareceu e os outros dois se encontravam detidos no núcleo de segurança máxima, onde existe uma série de procedimentos burocráticos que inviabilizaram a realização das entrevistas.

Posteriormente a essa seleção aleatória dos sujeitos procede-se às entrevistas, a partir de um roteiro previamente testado e elaborado com base em categorias intencionadas a apreender mediações do processo de constituição e estruturação do poder entre os sujeitos no interior da penitenciária. Delimitadas e estabelecidas com a finalidade de orientar as entrevistas e a posterior organização das informações coletadas, essas categorias foram: organização interna do cotidiano, constituição da autoridade, manutenção da autoridade, exercício pessoal da autoridade, definição da autoridade e do poder em si.

Após a aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa, as entrevistas foram marcadas uma a uma, com a ajuda de um agente prisional destacado pelo diretor do complexo penitenciário para a tarefa de chamar os sujeitos participantes no interior de suas celas. Foi separada uma pequena sala arejada, mas pouco iluminada, localizada na própria instituição, utilizada pela Gerência de Assistência Psicológica.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram buscados em suas respectivas celas pelo agente penitenciário e trazidos até a sala de entrevista, onde ficaram na presença do pesquisador. O agente penitenciário saía da sala e a porta era fechada. Depois de explicada a pesquisa e, após aceitarem participar da mesma com a conseqüente assinatura do termo de consentimento livre e esclarecimento, iniciavam-se as entrevistas. As entrevistas foram feitas individualmente a cada sujeito, com um tempo máximo de uma hora cada. Foi utilizado

apenas um gravador para cada entrevista. Terminadas as entrevistas, os participantes eram reconduzidos pelo agente penitenciário da penitenciária até as suas celas. O processo de conclusão das entrevistas durou cerca de um mês, devido a uma série de fatores que serão mais bem detalhados posteriormente.

Além da pesquisa junto aos prontuários e das entrevistas com os detentos, foram realizadas outras abordagens investigativas dentro e fora do complexo penitenciário, em sua maioria entre o intervalo de uma e outra entrevista, ou quando não era possível a realização da mesma. Entre essas, foi investigado o organograma, buscando mapear a estrutura física da penitenciária: número de pavilhões, número de alas e suas divisões espaciais; a estrutura funcional, administrativa: as funções do diretor, vice-diretor, dos supervisores, agentes e demais funcionários da penitenciária. Entretanto, como o organograma estava incompleto, foi preciso buscar informações na assessoria técnica e de planejamento, por indicação de um integrante da administração, para reelaborá-lo conforme pode ser verificado no organograma (Anexo A).

Outra linha de investigação foi realizada no *site* da Secretaria de Estado da Justiça, onde foram obtidos dados históricos, desde a fundação da penitenciária até o momento atual e as reformulações legais pelas quais passou tanto estruturalmente como funcionalmente. As informações sobre a existência desse *site* foram passadas pela própria equipe administrativa da penitenciária.

Paralelamente a esses procedimentos, também foram realizadas observações e entrevistas informais com diretores, supervisores, agentes e funcionários de modo geral, como também com um ou outro interno enquadrado no regime semi-aberto. A partir desses procedimentos foram obtidas uma série de informações sobre o dia a dia da penitenciária, seu cotidiano, seu funcionamento administrativo, suas divisões espaciais, as relações entre a administração e a mesma e os internos ali reclusos, e sobre as relações dos internos consigo mesmos, suas regras, leis, divisões espaciais e funcionais. Essas informações não constam em nenhum documento e não poderiam ter sido obtidas de outro modo.

Após a realização da pesquisa, com seus diferentes procedimentos, as informações coletadas foram organizadas de acordo com as categorias desenvolvidas e estabelecidas a partir de uma análise teórica preliminar, que apontava as instâncias do processo de organização, constituição e estruturação do poder. As entrevistas foram transcritas e posteriormente agrupadas nos seis núcleos temáticos estabelecidos anteriormente: organização interna, constituição da autoridade, manutenção da autoridade, exercício pessoal da autoridade, definição da autoridade e do poder em si. Os demais dados que não foram

coletados por via das entrevistas foram expostos de modo a estabelecer uma conexão com as categorias de análise e propiciar uma compreensão do dia-a-dia no interior da penitenciária e de seus mecanismos de poder inerentes.

A análise do material coletado e organizado a partir dos núcleos temáticos se processou através da identificação do seu conteúdo específico em sua relação com a constituição dos processos de estruturação do poder, sua manutenção e exercício dentro da penitenciária, assim como com os mecanismos psicossociais aí envolvidos.

Para expor o resultado desse processo de investigação o presente trabalho se organiza em três capítulos. No primeiro capítulo, será apresentado um breve histórico dos estudos sobre instituição, as abordagens que apresentam as instituições como objeto de seus estudos, as teorias acerca das instituições, suas formas de surgimento e manifestação, e o conceito de instituição totalitária. No segundo capítulo, serão apresentadas as diferentes teorias que versam sobre as configurações do poder, suas diferentes conceituações, formas de manifestação e inter-relação com as instituições. No terceiro e último capítulo, serão apresentados os dados coletados no decorrer da pesquisa e as análises feitas sobre o processo de organização da vida, constituição e estruturação do poder no interior da penitenciária.

CAPÍTULO 1

INSTITUIÇÃO: HISTÓRIA E CONCEITO

Nós vivemos dentro da nossa própria lei, dentro das nossas regras e normas, nunca desrespeitando o que são os nossos deveres que temos para com a instituição, mas sempre colocando as nossas regras acima de qualquer coisa, como a própria sociedade faz (...) por mais que a instituição ou a direção queria impor regras e normas elas só serão obedecidas na frente deles. No momento em que eles se afastarem o que prevalece é a nossa, você entendeu? (RAFAEL).

O conceito de instituição tem sido trabalhado em diferentes abordagens teóricas e pode ser tomado de diferentes perspectivas. No decorrer do tempo, sistematizaram-se muitos estudos sobre a instituição ou, mais precisamente, sobre as instituições, suas formações, relações e contradições. Essas sistematizações se referem à sua própria conceituação, ao seu conteúdo e suas formas. Interrogou-se a respeito do que é uma instituição, sobre as configurações das instituições existentes, seu surgimento e suas manifestações na realidade social. Essas interrogações remetem a três eixos de análise que são solidários entre si: às abordagens que analisam as instituições como objeto de estudo e intervenção; à teoria em si de instituição, ou seja, às formas de concebê-la, e aos tipos de instituições existentes, como surgem e se manifestam.

A primeira corrente teórica a ser sistematizada e declarar explicitamente a instituição como um objeto específico de estudo foi a sociologia. De acordo com Lapassade e Lourau (1972), desde o século XVI a sociologia já vinha insinuando-se ao mesmo tempo como teoria, prática e técnica. Os movimentos sociais que vinham ocorrendo junto ao feudalismo já anunciavam a sua chegada que, contudo, só se efetivaria com o desenvolvimento da modernidade e os avanços do capitalismo.

A sociologia enquanto ciência que estuda a sociedade nasceu, segundo Lapassade e Lourau (1972, p. 139), como “a ciência das instituições, elaborada desde o século XIX por Comte e Spencer e sistematizada em inícios do século XX pela primeira escola francesa de sociologia, a escola de Durkheim”. Já nesse momento inaugural a instituição, tida como um objeto de análise da sociologia, é estudada no sentido de se compreender as relações e

transformações sociais, objetivando compreender os movimentos e as lutas ocorridas nas sociedades, de acordo com Lapassade e Lourau (1972).

Com o decorrer das transformações ocorridas tanto no plano das teorias, como no das relações sociais, surgiram posteriormente outras importantes correntes teóricas dedicadas exclusivamente ao estudo das instituições. Uma dessas correntes é a psicossociologia que, segundo Barros (1994), surgiu com o movimento institucionalista na Europa de pós-guerra, numa época carregada de discussões sócio-políticas. De acordo com Nasciutti (2005, p. 102), “viver coletivamente implica instituir-se em organizações, o que significa divisão de papéis, divisão de trabalho e, bem ou mal, hierarquização das relações sociais, estabelecendo-se relações de poder que permeiam toda e qualquer relação social”.

Assim, a instituição, segundo Nasciutti (2005, p. 102), como campo de pesquisa e ação para a psicossociologia, “se mostra como lugar privilegiado, pois constitui o espaço socialmente organizado no qual se dão as articulações entre os diferentes elementos sociais (econômicos, ideológicos, culturais e políticos) e os elementos psicológicos”. Como a sociologia, a psicossociologia também se apossa e recebe influências de outras abordagens e conceitos teóricos, na tentativa de compreender as relações sociais. Por considerar como objeto de estudo o homem social, complexo e atravessado por múltiplos determinantes, procurou estabelecer relações e articulações entre contribuições teóricas de disciplinas diversas, como relata Nasciutti (2005).

Nasciutti (2005) esboça simplificadamente os fundamentos teóricos da psicossociologia. Considerando-os “multi-referenciais, são eles conteúdos principalmente da sociologia e da psicanálise, que vem se juntar aos conteúdos da psicologia social, assim como aos de disciplinas afins, como a antropologia e a história” (p.105). Esse é um campo teórico, entre os diferentes que se propõem a empreender estudos sobre a instituição, que busca uma inter-relação entre disciplinas. De acordo com Nasciutti (2005), nessa inter-relação entre disciplinas, a psicossociologia busca, entre as mais influentes, da psicanálise freudiana a compreensão dos investimentos psicológicos na formação do social e das formas de manifestação e projeções do inconsciente nas relações sociais. De Marx toma a noção de que o social é a condição histórica e determinante da existência humana.

Contudo, existem outras correntes teóricas que abordam a instituição e seus dinamismos, constituindo-a explicitamente como objeto de estudo. Essas correntes teóricas fazem parte de um movimento que se convencionou chamar, segundo Baremblytt (2002), de movimento institucionalista ou instituinte. De acordo com Baremblytt (2002, p. 11): o “movimento institucionalista, ou instituinte, é um conjunto heterogêneo, heterológico e

polimorfo de orientações, entre as quais é possível se encontrar pelo menos uma característica comum: sua aspiração a deflagrar, apoiar e aperfeiçoar os processos auto-analíticos e autogestivos dos coletivos sociais”.

As correntes que constituem o movimento institucionalista são: a sociopsicanálise de Gerard Mendel; a análise institucional de Lourau e Lapassade, também denominado de socioanálise; e a esquizoanálise de Deleuze e Guattari, também conhecida como psicoterapia institucional, cada uma com suas características e desenvolvimentos. Porém, deve-se lembrar que essas três correntes não são as únicas, mas apenas as mais referenciadas.

Cada uma dessas três correntes do movimento institucionalista sofre influência de outras abordagens teóricas. No entanto, pode-se dizer que fazem um maior uso, seja para adotar conceitos, idéias, pré-supostos ou para questioná-los, da psicanálise e do materialismo histórico, a par dos riscos que uma transposição de conceitos entre essas teorias sempre pode acarretar.

Baremlitt (2002) afirma que a sociopsicanálise, de Gerard Mendel, articula uma concepção mais ou menos tradicional da psicanálise com uma igualmente ortodoxa do materialismo histórico produzindo, assim, uma forma de abordagem politicamente moderada. Utiliza-se de uma concepção da psicanálise freudiana do homem como um ser marcado pela incompletude, exposto constantemente a frustrações, privações e castrações. Do materialismo histórico, a idéia é que para produzir e reproduzir a vida no planeta o homem precisou associar-se a outros homens. Então, a partir daí procura compreender os conflitos gerados por essas associações e, conseqüentemente as instituições (Baremlitt, 2002).

A análise institucional de René Lourau e Georges Lapassade é, ainda de acordo com Baremlitt (2002), uma proposta política mais subversiva, mais enérgica, mais ativa. Utiliza-se da psicanálise e do materialismo histórico de modo mais crítico, direcionando sua análise para o não saber, para aquilo que está oculto como, por exemplo, as relações de poder exercidas no interior de estabelecimentos específicos. Parte da idéia de que, devido à divisão técnico e social do trabalho, cada coletivo de uma organização está alienado ao não saber e ao não conhecer as condições reais em que está trabalhando.

Já a esquizoanálise, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, pode ser considerada muitas vezes como radical e extremista. Faz crítica às duas outras correntes, afirmando que embora tenham uma postura crítica, muitas vezes assumem uma posição contrária a que defendem. Utiliza-se de conceitos psicanalíticos e do materialismo histórico, dando-lhes outras conotações e infligindo-lhes críticas para, assim, fazer um estudo sobre instituição, conforme Baremlitt (2002).

No desenvolvimento dessas diferentes abordagens que estudaram as instituições, desenvolveram-se os modos diferenciados de conceituá-las. Quanto a isso, várias são as tendências teóricas que se interrogaram sobre o que é uma instituição, quais são as instituições existentes, como se formam, como surgem e se manifestam.

1.1) Instituição: perspectivas teóricas

Segundo Lourau (1975, p. 30), Rousseau, junto a outros autores, “com o direito subjetivo, define a instituição em termos de uma atividade instituinte, considerando a palavra como a primeira instituição social”. O que se propõe com isso é uma subjetividade que institui: há uma desconsideração aos aspectos exteriores como instituições já existentes, os quais o direito objetivo posteriormente irá esforçar-se para definir. Existe um sujeito ou vários sujeitos que instituem.

A avaliação que Rousseau faz a respeito da instituição é, em outras palavras, o que se pode chamar de unilateral, tomando como objeto de análise apenas um aspecto, a saber, a ação instituidora. Isso contraria os propósitos de uma análise verdadeiramente histórica e de suas negatividades inerentes, que se fazem necessárias e não podem ser desconsideradas. Dá, assim, uma contribuição parcial, subestimando a relação de contradições a que está submetida a instituição.

Já com a escola sociológica tradicionalista, também conhecida como sociologia teocrática ou emigrada, estabelece-se outro ponto de vista. Com o direito objetivo, especificamente o direito objetivo de Hegel, vê-se adotar o outro extremo, com algumas peculiaridades a mais, como mostra Lourau (1975). Esse autor afirma que os tradicionalistas viam na instituição uma existência desde todo o sempre, não tendo, portanto, necessidade de ser atualizada. Hegel via uma possibilidade de atualização das esferas da individualidade e universalidade para a classe industrial, operando-se no trabalho. Entretanto, tende a identificar o conceito de instituição com a coisa instituída, que só tem validade por ser legitimada pelo Estado.

Para Hegel, de acordo com Lourau (1975), o Estado é o instituinte supremo, o constituinte legítimo, e isso é um privilégio apenas dele. A subjetividade, que outrora o direito subjetivo frisara como instituinte, aqui, com o direito objetivo é instituída. O que se percebe é o outro extremo, sacrificando novamente a ação da história presente nessas relações entre

instituído e instituinte. Esquece-se também que há uma relação recíproca nesse contexto, e que o Estado não pode e nem tem em si só esse privilégio instituidor.

Contudo, ainda de acordo com Lourau (1975), outros autores fazem uma reviravolta nessa maneira de proceder para com o conceito de instituição. Um deles é Hauriou, que coloca a operação da fundação como o fundamento da sociedade e do estado, separando-se inteiramente de Hegel. Hauriou, conforme Lourau (1975), não dá razão nem aos partidários do direito objetivo nem aos do direito subjetivo; sua obra consiste em mostrar que não depende de uma essência do Estado. Para ele, não há instituição sem instância instituinte, e enfatiza a colaboração do meio na participação na gestão, que são condições essenciais do funcionamento normal das instituições. O ato instituinte é sempre um ato coletivo.

Hauriou revela também, segundo Lourau (1975), a dimensão inconsciente da instituição. Afirmar que as situações jurídicas, que parecem se manter por si mesmas, estão na realidade ligadas a idéias que persistem de maneira subconsciente no espírito de um número indeterminado de indivíduos. Vivem neles e os influenciam sem que notem. Em outras palavras, o que se afirma é que a personalidade humana, em certa medida, pode ser assimilada a uma instituição corporativa, pois o homem é uma instituição. Ao mesmo tempo em que interioriza, introjetando as regras institucionais, há uma projeção individual, uma exteriorização. De certo modo reúne-se ao marxismo em uma crítica comum ao direito objetivo, e não se contenta com as concepções do direito subjetivo.

Todavia, outro autor que irá também compreender a instituição, ou instituições, de forma diferente da que é feita por Hauriou é Renard, que oferece uma contribuição importante para a compreensão de instituição. Renard vê na instituição um conceito absolutamente flexível, não com fronteiras fixas, tal como vinha sendo visto com o direito objetivo e o subjetivo, afirma Lourau (1975). A instituição é a categoria do movimento, uma realidade que se movimenta e não é estática. Estão em causa instituições múltiplas, um conjunto de instituições, não havendo, assim, concorrência e exclusão, mas sim interação. O segredo da instituição consiste no fato de que pode ser percebida tanto como real quanto imaginária e é simbólica e produtora de símbolos.

Posteriormente a esses debates feitos por Rousseau, Hegel, Hauriou e Renard, outros autores e correntes teóricas definiram instituições, os tipos existentes e suas formas de manifestação. Berger e Luckmann (1985) são, entre outros, autores que conceituaram instituição e os tipos existentes. Segundo os mesmos, instituição é o conjunto de normas que rege a padronização de um determinado hábito na sociedade e que garante a sua reprodução.

Esses autores dedicaram-se, dentre outras coisas, a compreender como se dá o processo de institucionalização na sociedade.

Berger e Luckmann (1985) afirmam que o casamento, a família, o grupo religioso, o grupo esportivo, todos têm suas tipificações e estão, portanto, institucionalizados. Logo, são instituições que estabelecem e se estabelecem como padronizações no meio social. Na origem da institucionalização está o hábito, que fornece a direção e a especialização da atividade que falta no equipamento biológico do homem e oferece um fundamento estável no qual a atividade humana pode prosseguir com o mínimo de tomada de decisões durante a maior parte do tempo.

Para esses autores, a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação e padronização de ações habituais aceitas por determinado grupo. Qualquer uma dessas tipificações ou padronizações é uma instituição, um conjunto de normas e regras. A instituição, neste sentido, seria estabelecida por um processo em constante desenvolvimento.

Já dentro de uma perspectiva psicológica, segundo Bock, Furtado e Teixeira (1997, p. 202 – 203), mas valendo-se de contribuições de Berger e Luckmann (1985), “a instituição remonta sua origem quando se necessita e há a tentativa de indivíduos resolverem problemas básicos de sobrevivência. Num primeiro momento tudo é novidade e o método do ensaio e erro provavelmente é o mais utilizado”.

De acordo com Bock et al (1997, p. 203):

Com o passar do tempo, as experiências que deram certo serão repetidas. O grupo terá uma experiência acumulada que lhe permitirá resolver as tarefas do cotidiano sem maiores dificuldades. Repetindo cotidianamente essas experiências instalam-se os hábitos. Passado algum tempo, três ou quatro gerações depois, estes se tornarão tradições, a ponto de provavelmente ninguém se perguntar por que aquilo é feito assim.

Assim, depois de gerações e mais gerações, as tradições terão perdido sua origem no tempo. Ninguém mais se lembrará da origem de determinada tradição e dir-se-á que a experiência, agora repetida pelos indivíduos, se institucionalizou. Dá-se então o nascimento de uma instituição, ou de várias instituições no meio social, através de um processo de internalização e reprodutibilidade, intermediado pelo meio social e intermediando o mesmo em torno de cada indivíduo.

Quanto a isso também, outra autora que se propôs a compreender as instituições e seus mecanismos é Lane (1986), dentro de uma perspectiva dialética. No âmbito da psicologia social, ela afirma que o indivíduo interioriza o mundo como realidade concreta, subjetiva, na medida em que lhe é pertinente, e que por sua vez se exterioriza em seus comportamentos.

Assim, a capacidade de resposta do homem decorre de sua adaptação ao meio no qual ele se insere, repetindo as atividades quando os resultados são positivos, tornando-se, assim, hábitos.

Segundo Lane (1986, p. 83), “todos os processos de formação de hábitos antecedem a institucionalização dos membros, esta ocorrendo sempre quando as atividades tornadas hábitos se amoldam em tipos de ações que são executadas por determinados indivíduos”. Assim, a instituição pressupõe que os indivíduos ajam de acordo com as normas estabelecidas, e essas tipificações são elaboradas no curso da sua história.

Lane (1986, p. 83) afirma ainda que: “O estabelecimento de papéis a serem desempenhados leva a sua cristalização. Essa cristalização faz com que os papéis sejam vistos como tendo uma realidade própria, exterior aos indivíduos que têm de se submeter a eles, incorporando-os”. Esta incorporação dos papéis realiza-se sob a forma de crenças e valores no decorrer da socialização dos indivíduos. Essa socialização se dá inicialmente através da socialização primária e, posteriormente, secundária. “A socialização primária ocorre dentro da família, e os aspectos internalizados serão aqueles decorrentes da inserção da família numa classe social, da percepção que seus pais têm do mundo e do próprio caráter institucional da família” (LANE, 1986, p. 84).

De acordo com Lane (1986, p. 84), “a socialização secundária decorre da própria complexidade existente nas relações de produção. Leva o indivíduo a internalizar as funções mais específicas das instituições, as subdivisões do mundo concreto e as representações ideológicas da sociedade”. Na medida em que os integrantes de uma sociedade vão estabelecendo relações entre si, eles vão internalizando o modo de vida estabelecido a partir dessas próprias relações e passam a reproduzi-los de volta no meio social.

Dessa forma, portanto, é que se dá a constituição e legitimação de uma ou várias instituições no meio social. E é tendo por base a compreensão do modo como são constituídas e legitimadas que se pode compreender com mais precisão o que elas realmente são. No que diz respeito à sua conceituação, o movimento institucionalista pode dar uma grande contribuição. Especificamente dentro do movimento institucionalista, a análise institucional, trabalhando dialeticamente essa realidade social, torna sua compreensão ainda mais ampla, analisando-as em diferentes perspectivas no âmbito histórico e social.

Segundo Baremlitt (2002), o movimento institucionalista, com suas três vertentes mais correntes, sociopsicanálise, análise institucional e esquizoanálise, sem considerar diferenças doutrinárias de escola para escola, afirma que a sociedade, como forma organizada de associação humana, é uma rede, um tecido de instituições. O autor afirma, sem considerar uma corrente em específico dentro do institucionalismo, que: “as instituições são lógicas, são

árvores de composições lógicas. Segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidades de comportamentos” (p. 25).

Essas lógicas, de acordo com Baremlitt (2002, p. 25 – 26), “significam a regulação de uma atividade humana, caracterizam uma atividade humana. Pronunciam-se valorativamente com respeito a ela, esclarecendo o que deve ser, o que está prescrito, e o que não deve ser, isto é, o que está proscrito”. Assim sendo, uma sociedade “não é mais do que um tecido de instituições, que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens” (p. 27).

Baremlitt (2002, p. 27) afirma que: “as instituições são entidades abstratas, por mais que possam estar registradas em escritos ou conservadas em tradições. Entretanto, para vigorar, para cumprir sua função de regulação da vida humana, as instituições têm de realizar-se, materializar-se”. Essa materialização se dá “em dispositivos concretos, as organizações. As organizações são formas materiais muito variadas que compreendem desde um grande complexo organizacional, tal como um ministério, ministério da educação, da justiça, até um pequeno estabelecimento” (p. 27). Isto é, as instituições não teriam vida nem realidade social senão pelas organizações.

Essas organizações, por sua vez, dizem respeito a organizações de pessoas, que se juntam e constroem instrumentos. Por via da utilização desses instrumentos, constroem estabelecimentos direcionados para as mais diversas funções e as mais diversas práticas dentro do âmbito social. Alguns desses estabelecimentos são construídos para a realização de propósitos compartilhados por toda a sociedade, como por exemplo, escolas, indústrias, empresas, onde diversas instituições os transpassam. Outros são construídos com propósitos mais específicos, não necessariamente compartilhados por todos, e possuem estruturas internas com características peculiares, como por exemplo, as penitenciárias, os asilos, os mosteiros. Contudo, também são transpassados por instituições.

Baremlitt (2002, p. 27) afirma que a estrutura formada então seria:

(...) instituição, organização, estabelecimento, equipamentos e agentes. Tudo isso só adquire dinamismo através dos agentes. Nada disso se mobiliza, nada disso pode operar senão através dos agentes. Os agentes são seres humanos, são os suportes e os protagonistas de toda essa parafernália. Eles protagonizam práticas, que podem ser verbais, não verbais, discursivas ou não, práticas teóricas, práticas técnicas, práticas cotidianas ou inespecíficas.

Nesse sentido, recusa-se a tendência a tomar instituição e organização como similares, tal como é feito pelo senso comum, e de se referir a um estabelecimento, com toda sua

estrutura física, como uma instituição. O que se refere como instituição é um estabelecimento, resultado e dotado de uma organização, que é mediado, “transversalizado”, como afirma Lourau (1975), por várias instituições entre aqueles que o ocupam.

Assim, ao se questionar sobre o conceito de instituição, é imprescindível que se abstenha da tendência comumente recorrente dentro do senso comum, de referenciá-lo imediatamente a uma estrutura física, reconhecendo aqui como estrutura física àquilo que é inanimado ou, mais precisamente, aquilo que não contenha vida em si mesmo. Dessa forma, não se pode dizer que um prédio, uma casa, no que diz respeito a sua estrutura constituinte, com cimento e tijolos, seja uma instituição. Faz-se necessário um certo nível de abstração para, ao menos, investigar com mais propriedade esse conceito, pois, como haverá de se ver, ele não pertence apenas ao nível imediato e material.

Isso pode ser melhor compreendido através da análise institucional, desenvolvida por Lourau e Lapassade. Segundo Lourau (1975, p. 9-10), “instituição são as normas sociais universais ou consideradas como tais, formas sociais visíveis. Dotadas de uma organização jurídica e/ou material. Analisado dialeticamente, se decompõe em três momentos: universalidade, particularidade e singularidade”.

Para Lapassade (1977, p. 193):

Instituições são tanto os costumes, os modos, os preconceitos e as superstições, quanto às constituições políticas ou as organizações jurídicas essenciais. A Instituição é, em suma, na ordem social aquilo que a função é na ordem biológica, e da mesma forma que a ciência da vida é a ciência das funções vitais, a ciência da sociedade é a ciência das instituições.

A instituição, de acordo com Lourau (1975), contém seu momento de: a) universalidade, que diz respeito àquilo que é universal e que de certo modo é compartilhado por toda a espécie humana, como o trabalho, a educação, a linguagem; b) de particularidade, que se referencia a um contexto sócio-histórico específico, a uma época, a um lugar específico, e c) de singularidade, onde se direciona a diferentes âmbitos dentro de uma mesma particularidade.

É, portanto, uma forma social que possui uma unidade, aspectos específicos, formas de funcionamento e finalidades. Pode ser real e/ou simbólica, mas se encontra sempre em processo de mudanças, de possíveis transformações. É mediada por formas sociais singulares e formas de organizações singulares. Contém sua universalidade, mas uma universalidade sempre atravessada por particularidades históricas e circunstanciais, que podem ou não transformar sua universalidade. Sofre transversalidades constantes de outras formas sociais

diferentes, com finalidades e funcionamentos diferentes, num movimento dinâmico, constante e recíproco.

Assim, quando Lapassade (1977) faz uma separação momentânea para estabelecer os conceitos de grupo como um conjunto de pessoas em relação umas com as outras, que se uniram por diversas razões; o conceito de organização como uma coletividade instituída com vistas a objetivos definidos; e a instituição como tanto os costumes, como os modos, os preconceitos e as superstições, quanto as constituições políticas ou as organizações jurídicas, está já implicado aí os três momentos do conceito de instituição definidos por Lourau (1975), a universalidade, a particularidade e a singularidade.

Dessa forma, as instituições são consideradas como normas sociais universais, ou admitidas como tais: o ato de fundar uma família, ou associação, ou empresa, etc, e formas sociais visíveis, dotadas de organizações jurídicas e materiais. Todas essas formas sociais, todas as instituições definem-se negativamente, sendo referenciadas a outras formas sociais, outras instituições e ao conjunto do sistema social global como um todo, de acordo com Lourau (1975).

Toda instituição é atravessada por fatores, funções, finalidades que interagem entre uma mesma instituição e entre instituições diferentes. Toda instituição transpassa suas finalidades formais, que estão implicadas em um movimento histórico constante e que, assim como possui dimensões concretas, aparentes, possui também dimensões ocultas, não visíveis aparentemente, de forma que possam ser observadas como se observa um objeto material ou físico.

Dentre essas dimensões ocultas, uma que acompanha o processo de constituição de todas as instituições, e que inclusive pode se fazer existente como uma instituição em si própria no interior de certas relações sociais específicas, é o poder. O poder como uma realidade presente nas inter-relações humanas e mediação dessas relações, é produto do processo de socialização entre os indivíduos e produtor desse processo. O poder estabelece diferentes formas de organização da vida, delimita regras, normas, modos de agir e pensar e está presente nos mais variados contextos sociais. É constituído, exercido, mantido e reproduzido mais ou menos sutilmente entre aqueles que fazem parte da sociedade e suas instituições.

Entre diferentes perspectivas teóricas e autores que trabalham a questão do poder e da instituição, deve-se ressaltar a contribuição específica no campo da psicologia social de Martin Baró. Nesse campo, pode-se conceber o processo de institucionalização como o modo mais sutil de exercício do poder. De acordo com Baró (1984), o poder se manifesta de modo

oculto no interior das relações sociais, com tendências a naturalizar-se, isto é, como se possuísse pressupostos inquestionáveis. Aparece como necessário para o bom funcionamento do sistema e não como mecanismo dominante. As instituições são permeadas por relações de poder e, mais do que isso, são muitas vezes o próprio exercício do poder nas relações sociais. Para Baró (1984), elas são as formas mais sutis de poder e talvez também as mais importantes às quais as interações humanas estão submetidas. Exercem-se por toda a estrutura das relações sociais, ocultando-se.

A partir das palavras do próprio Baró (1984, p. 102): “(...) um dos aspectos mais importantes do poder a partir do ponto de vista da psicologia social é sua tendência a ocultar-se, a negar-se como tal, como poder, e a apresentar-se como exigência natural ou razão social”. Dessa forma, são tidos como exigência da natureza humana e não como correspondentes aos interesses dominantes. E a forma mais sutil com que o poder se manifesta é na formação das instituições, no seu surgimento. De acordo com Baró (1984), as instituições fundamentais de uma sociedade, como a família, a escola, o mundo do trabalho, irão definir e limitar o que cada pessoa pode ou não pode fazer.

Interiorizadas pelos sujeitos sociais como princípios e valores através do processo de socialização, as instituições estabelecem e mediam as formas de agir e pensar, os comportamentos requeridos e as ações possíveis no contexto social. Segundo Baró (1984), as instituições, exercendo-se como poder, como mecanismo de dominação, têm lugar em todas as relações sociais, interpessoais ou intergrupais, em todos os níveis e âmbitos sociais. Portanto, mesmo no interior de estabelecimentos específicos elas se fazem presentes.

Assim, mesmo em estabelecimentos como um asilo, um mosteiro, um hospital psiquiátrico ou um presídio, aparentemente tão fechados em si mesmos, dotados de características específicas, o poder se exerce e há transversalidades de instituições, que se propõem outras finalidades que não são as suas. Uma escola e uma indústria, por exemplo, aparentemente tão distintas, tanto em suas finalidades como em seus funcionamentos, têm fatores recíprocos de atravessamento.

Tomando-se os detentos de um sistema prisional, é possível apontar que se encontram submetidos a formas de trabalho que seguem uma lógica parecida com a da indústria, ainda que com suas especificidades e particularidades; e estão submetidos também a um processo de educação e/ou reeducação, que carrega consigo algo de comum com o processo educacional como um todo, a par de suas especificidades. Esse fato não é diferente com relação aos exercícios e mecanismos de poder, presentes em cada relação que se estabelece no interior desses estabelecimentos específicos. Institucionalizam-se de forma oculta e definem ações e

valores que devem e que não devem fazer-se presentes. Está em causa, no interior do sistema, como afirma Baró (1984), uma dominação constante daqueles que dispõem de maior poder frente aos que não o detêm.

Espaços institucionais e lugares como os conventos, internatos, quartéis, asilos, hospitais psiquiátricos, assim como os presídios e/ou penitenciárias são considerados totalitários e/ou totais. De acordo com Lourau (1975), trata-se de instituição totalitária ou ainda instituições totais, conforme Goffmann (1961). Essas instituições totais e/ou totalitárias, apesar de reproduzirem os mecanismos e formas de organização social global, como dirá Baró (1984), através de dominações ocultas, também desenvolvem características peculiares e uma complexa organização social em seu interior, com mecanismos de poder diferenciados, que só vêm à tona por via de uma análise mais aprofundada.

1.2 – Instituições totais e/ou totalitárias

As instituições totais e/ou totalitárias são nada menos que estabelecimentos fechados, dotados de toda uma organização interna onde, por vários motivos, são mantidas pessoas em seu interior. São construídas para satisfazerem a objetivos específicos dentro da camada social mais ampla e têm suas estruturas físicas e funcionalidades próprias regimentadas por uma série de regras e normas que estabelecem critérios de saída e entrada.¹ As instituições totais têm características peculiares, as quais Goffman (1961, p. 16) explicita:

Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais fechadas do que outras. Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico, por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais.

O trabalho de Goffman tem uma perspectiva sociológica de influências fenomenológicas, e objetiva compreender como o mundo dentro de instituições totais é vivido subjetivamente por aqueles que a elas estão submetidos e, enquanto tal é um trabalho de extrema relevância para a compreensão das suas características. Obviamente que não é o único. O indivíduo, no meio da sociedade de modo geral, faz uso de certo livre arbítrio, limitado, mas que lhe

¹ Conforme Goffman (1961, p. 15), “os estabelecimentos sociais, instituições, no sentido diário do termo, são locais, tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas em que ocorrem atividades de determinado tipo”. São esses locais, essas salas e esses edifícios que são comumente chamados de instituições.

permite até certo ponto ir e vir quando lhe der vontade, relacionar-se ou não com alguém conforme deseje ou não. Faz isso sem necessariamente e/ou diretamente ter que pedir permissão e receber autorização para tal. Nesse ponto, é onde se estabelece uma ruptura que permite compreender com mais precisão as instituições totais.

Conforme Goffman (1961) aponta, há rupturas: em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo, cada fase da atividade do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. E em terceiro, todas as atividades diárias são estabelecidas em horários específicos, impostas de cima por um sistema de regras explícitas e um grupo de funcionários.

Assim, o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas – seja ou não uma necessidade ou meio eficiente de organização social nas circunstâncias – é o fato básico das instituições totais. Daí decorre uma série de fatores que são de extrema relevância para que se possa compreender como se dá o funcionamento, as interações e suas conseqüências dentro e fora de tais instituições.

Goffman (1961, p. 11) denominou as instituições totalitárias como “local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos em situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada, enclausurada e formalmente administrada”. De acordo com Goffman (1961, p.16-17), as instituições totais podem ser, grosso modo, enumeradas em cinco agrupamentos:

Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa são incapazes e inofensivas, como casas para cegos, velhos, órfãos. Em segundo, há lugares para pessoas incapazes de cuidar de si e que representam certo perigo à sociedade, embora não intencionais como, hospitais para doentes mentais. Um terceiro tipo é organizado para proteger a sociedade contra perigos intencionais, como cadeias, penitenciárias, campo de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto, há instituições destinadas a realizar trabalhos de modo mais adequado, como quartéis, navios, escolas internas. E em quinto, há estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo e com certas instruções, como mosteiros, conventos.

O que se observa assim são características gerais muito próximas entre todas essas cinco modalidades. Todas compartilham de especificidades que lhe são próprias, mas também compartilham formas de proceder e de se organizar internamente muito semelhantes umas para com as outras. Goffman (1961, p. 20) afirma que dentro de tais instituições “desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração”. Existe uma divisão básica entre aqueles

que ali estão, um grande grupo de pessoas que são controladas, consideradas pelo referido autor como grupo dos internados, e uma pequena equipe, denominada equipe de supervisão.

Assim sendo, uma instituição total é um híbrido social, parcialmente uma comunidade residencial, parcialmente uma organização formal. Segundo Goffman (1961, p. 22), “em nossa sociedade são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”. Existe uma forma particular de procedimentos dentro das instituições totais que as distinguem de outros estabelecimentos menos fechados e não considerados totais. Existem papéis específicos a serem assumidos e seguidos, normas e regras, formas de recompensas, privilégios a serem adquiridos assim como formas de punições. Há uma cultura que se forma entre os internos e entre os supervisores.

Os internos são sistematicamente submetidos a um controle constante, mais ou menos rígido, de instituição para instituição. São controlados em suas comunicações e em suas ações constantemente por uma equipe de supervisores, destinados especificamente a essa tarefa e, em alguns momentos, por eles mesmos. De acordo com Goffman (1961, p. 24):

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Quando entra em uma instituição total é imediatamente despedido do apoio dado por tais disposições. Começam uma série de rebaixamentos, humilhações e profanações do eu.

Com tais condições estabelecidas pela instituição total, surgem conflitos de diversas ordens: conflitos entre comandados e comandantes, desinteresse pelo trabalho por esse não ser valorizado, processos de desculturação, perda do seu eu civil, perda de identidade, analisados em sua subjetividade por Goffman (1961). Todos esses são processos referidos pelo autor aos processos de estruturação de poder.

Outros autores, para além das análises de Goffman, atribuem às instituições totalitárias e/ou totais outra significação. Lourau (1975) é um desses autores que, numa perspectiva sócioanalítica, desenvolve a sua significação. De acordo com o mesmo:

Instituição totalitária é um espaço singular. É o lugar clausurado, marcado, lugar do recalamento libidinal; lugar recortado no espaço e no tempo sociais; lugar submetido a normas imperativas, refletindo em parte as normas sociais da classe dominante, acentuando-as, e instaurando em parte normas especiais desprezando tanto as regras jurídicas quanto a lei natural. Lugar onde as modalidades de entrada e saída são extremamente codificadas em um sistema simbólico, no qual se reconhece uma vontade de regulação (p.p. 25-26).

De certa forma, são totalitárias porque estão separadas das normas sociais exteriores, e porque possibilitam fazer uma analogia a sistemas políticos chamados totalitários. O conteúdo

do conceito designa, neste caso, estabelecimentos bem delimitados no espaço social, organizações ou grupamentos definidos por uma seleção e pelas características específicas, simbolizados no espaço urbano ou rural por uma arquitetura funcional. Embora dentro de uma perspectiva teórica diferente, a concepção de Lourau (1975) sobre as características das instituições totais não difere muito em sua essência das definidas por Goffman (1961).

Outro autor que se dispôs a avaliar instituições desse tipo, fazendo uma análise mais sócio-política e dirigindo essa análise para o aspecto específico do controle e a instrumentalidade política obtida com tal controle, foi Foucault.

No entanto, Foucault (1987) direciona seu foco de atenção especificamente para uma dessas instituições, anteriormente definido como totais. Entre algumas de suas intenções com tal trabalho está uma de fundamental importância: compreender como a formação de um saber se transforma em instrumento de poder e como e por que esse poder se exerce. As instituições em questão são os presídios, que foram seu campo de investigação no que tange as relações internas de poder e podem ser priorizadas ante as demais.

Segundo Foucault (1987), a prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento nos novos códigos. A forma prisão, tal qual se conhece hoje e que veio se instalar após o corpo não ser mais o alvo principal da punição, preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário quando se elaboraram por todo o corpo social os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças.

Nas palavras do próprio Foucault (1987, p. 195),

Surgiu com a intenção de treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência.

Desaparece, em princípios do século XIX, o grande espetáculo da punição física: o corpo suplicado é escamoteado, exclui-se do castigo a encenação da dor, e penetra-se na época da sobriedade punitiva. As formas de punições vão se tornando com o tempo menos visíveis e mais ocultas. Foucault (1987) mostra que em meados do século XVIII e inícios do século XIX, o costume de expor o indivíduo e seu corpo a castigos físicos por ter ele de algum modo infringido alguma norma, valores ou tradições vigentes na época, vai se extinguindo e surgindo as condições para novas formas de punições. A prisão, tal como se conhece hoje, é herdeira dessas transformações ocorridas.

O que se percebe, contudo, é que essas novas formas de punições se concretizam sob um modo muito particular do que se pode chamar de poder. Trata-se do poder coercitivo, punitivo num primeiro momento e que, com o tempo, com as mudanças históricas, esse modelo de poder vai tomando as mais variadas formas, abandonando algumas anteriores e mantendo, transformando, desenvolvendo outras, beneficiando-se inclusive do desenvolvimento da tecnologia.

Segundo Foucault (1979), a prisão esteve desde sua origem ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital de controle, ação e precisão sobre os indivíduos. Foucault (1979, p. 131) afirma ainda que: “Essa mecânica do poder é uma forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana”.

Assim, durante o século XVIII, houve uma mudança de exercício de poder, que se infiltrou *no* corpo social e não mais *sobre* o corpo social. Foucault (1979, p. 131) afirma que trata-se de uma mudança de estrutura fundamental que permitiu a realização, com certa coerência, desta modificação dos pequenos exercícios de poder. Assim, a mitologia do soberano como o grande detentor do poder não era mais possível, na medida em que esses micro-poderes se exerciam no corpo social.

Reesoando esses micro-poderes, a forma como o poder se exerce sobre os internos dentro de uma instituição total é afirmada por Goffman (1961, p. 42): “Numa instituição total, os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora; a vida do internado é constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima”. Portanto, dentro dessas instituições totais, se fazem presentes manifestações específicas de poder, permeando as relações entre aqueles que se encontram intramuros, poder ou poderes com características peculiares devido à natureza específica da instituição.

Dessa forma, uma instituição total é um estabelecimento dotado de toda uma organização e atravessada por várias instituições como: o trabalho, a educação, as leis, a linguagem, que são compartilhadas pela população em geral. Porém, também desenvolvem-se aí instituições próprias, linguagens próprias, leis próprias, regras próprias e formas de manutenção também próprias.

E isso não é diferente com respeito às estruturas de poder que se desenvolvem em seu interior. Existe o que há de singular entre os internos, o que é característico de suas relações e convivências ali dentro, o que constitui a sua singularidade, o que faz parte da particularidade histórica na qual estão inseridos e que os remete à universalidade. São tanto instituidores quanto instituídos, e isso se faz dialeticamente no seu dia a dia. Como afirma Baró (1984), esse processo se dá ocultamente, sendo internalizado sutilmente através do processo de socialização ao qual estão submetidos, tornando-se seus modos de vida.

A partir das concepções sobre o modo como o poder se constitui e se exerce no contexto social, desenvolvidas por Baró (1984) e apoiando-se nos pressupostos da psicologia social, é possível compreender que dentro de uma instituição total estão em causa processos de organização da vida, de constituição e organização de relações e estruturas de poder que remetem tanto ao indivíduo quanto à sociedade, ao que inscreve as marcas individuais e coletivas, ao singular e ao universal.

(...) é o dia a dia, a pessoa ser uma pessoa justa, que sabe o que está acontecendo realmente, que já viveu essa situação, que tem experiência de cadeia. Então é essa pessoa. Volto a dizer, essa situação ninguém consegue sozinho. Uma pessoa só não dava conta não, são várias pessoas (...) E não é uma pessoa só, isso não se atribui a uma pessoa só, tem pessoas ao lado dele, porque ninguém caminha sozinho não, lá na rua já é difícil, imagina aqui dentro (TIAGO).

O poder, como uma realidade presente e concreta que permeia as relações entre os homens, historicamente tem um vasto trajeto de desenvolvimento e de investigações, questionamentos, definições e redefinições dentro das mais variadas áreas de conhecimento, de diferentes paradigmas e aportes teóricos. Compreender o que é e determinar a origem do poder ou dos poderes remete ao início dos tempos. De início, sequer é necessária a recorrência a um ou a outro autor específico para lembrar que a história da humanidade está marcada por relações de poder, seja explícita ou implicitamente.

Contudo, assim como o conceito de instituição, as conceituações sobre poder foram diversas e abrangem diferentes abordagens teóricas, tempos históricos e autores, tais como: Aristóteles, Hobbes, Weber, Canetti, Parsons, Arendt, Foucault, French e Raven, Lukes e Baró, entre outros.

Os primeiros a se preocuparem e a se questionarem sobre essa realidade humana foram os filósofos. Posteriormente, ocorreu uma longa e exaustiva discussão dentro do campo das ciências sociais, particularmente da sociologia, alcançando o campo da psicologia, mais especificamente da psicologia social.

Segundo Lukes (1980), dentro de uma perspectiva sociológica, apreender a história do poder e também da autoridade implica problemas peculiares. A história de teorias, como a teoria política e a sociologia é, em parte, uma história de interminável desacordo sobre como o poder e a autoridade devem ser conceituados. Portanto, o conceito de poder implica questionamentos. Lukes (1980) interroga:

É o poder uma propriedade ou uma relação? É ele potencial ou real, uma capacidade ou o exercício de uma capacidade? Por quem, ou por que, é ele possuído ou exercido: Por agentes (individuais ou coletivos?) ou por

estruturas ou sistemas? Sobre quem, ou sobre o quê, é exercido: Agentes (individuais ou coletivos) ou estruturas ou sistemas? É ele, por definição, intencional, ou pode seu exercício ser em parte intencional, ou não intencional? Deve ser (no todo ou em parte) efetivo? Que tipo de resultados produz: modifica interesses, opções, preferências, políticas ou comportamentos? Exerce poder por alguma redução no poder dos outros, ou não? Deve depender do emprego da força, ou coerção, ou da ameaça de sanções e privações ou não? (p. 824).

A partir dessas interrogações, pode-se constatar o quão vasto é o campo de estudos sobre poder. A par disso, é possível apreender as linhas mestras de conceitualizações sobre esse conceito e algumas tensões que se fizeram presentes para, em seguida, direcionar-se a análise para a compreensão fundamental de Baró (1984) sobre o poder dentro de uma perspectiva da psicologia social.

De acordo com Lukes (1980), o poder, quando concebido em relação aos seres humanos em relações sociais mútuas, é atribuído a indivíduos ou coletividades ou, por vezes, a sistemas ou estruturas dentro dos quais eles agem. Assim, qualquer uso do conceito de poder e conceitos correlatos, como autoridade, influência, coerção, força, violência, manipulação, referem-se a gamas de conseqüências consideradas significativas.

As concepções de poder, aparentemente, podem ser divididas em duas categorias muito amplas, conforme Lukes (1980):

(...) de um lado, temos as que são assimétricas e tendem a envolver conflitos e resistências, reais ou potenciais. Do outro, as concepções simétricas, que não implicam que alguns ganham as expensas de outros, e sim que todos podem ganhar: o poder é uma capacidade ou realização coletiva (p. 826).

Assim, de um lado, há concepções de poder nas quais se fazem presentes conflitos, tensões, onde há resistências, relações de competitividade. De outro lado, há concepções de poder que envolvem relações harmoniosas, não tendo o conflito como pré-requisito para a sua existência, na qual as relações são comunais, onde o poder se dá mais por via de um acordo estabelecido do que por divergências.

Lukes (1980) afirma ainda que as concepções assimétricas podem ser compostas por três modos intimamente relacionados, mas analiticamente distintos. Há concepções que enfocam a obtenção de aquiescência, o controle de uns por outros, predominando a vontade de alguns homens sobre outros. Outras vêem o poder como controle social, relação de dependência, mas evitando-se o conflito e o uso de ameaças e sanções. E outras ainda têm a noção do poder como desigualdade, que focaliza as capacidades diferenciais dos atores dentro de um sistema. Cada um desses modos de compreender e conceituar o poder está ligado a diferentes concepções teóricas e a uma série de linhas de pesquisas, cada qual com suas

especificações, prioridades, pontos de acordos e desacordos. No entanto, têm em comum o fato de remetê-lo a situações conflituosas.

Já no interior das concepções simétricas, definida por Lukes (1980), o poder tende a ser ressaltado nos seus aspectos positivos e benignos. Aqui se encontram concepções que enfatizam o poder político como o poder total da comunidade; concepções que vêem o poder não como relação de mando e obediência, mas como ação em concerto, e concepções enfatizando o compromisso público geral, o poder como recurso do sistema. Do mesmo modo que as concepções assimétricas, também as simétricas têm suas diferentes linhas de pesquisa, diferentes autores e estabelecem acordos e desacordos dentro de uma forma geral que é simétrica.

É possível, assim, sem pretender cair em um reducionismo exacerbado, mas apenas tornar mais visível essas distinções, fazer um esboço dessas categorias e concepções a par das especificidades e peculiaridades de cada teoria.

Segundo Lukes (1980), dentro da concepção assimétrica, denominadas a partir de uma visão sociológica, existem linhas teóricas mestras representadas por dois autores que são fundamentais por terem sido os pioneiros no campo de delimitação do que vem a ser poder: Thomas Hobbes e Max Weber. Na concepção simétrica, situam-se autores como, Aristóteles, Hannah Arendt e Talcott Parsons. A partir dessas concepções e categorias expostas por Lukes (1980) é possível apreender as contribuições de diferentes autores.

A questão de discutir o poder acaba muitas vezes por indicar uma discussão sobre o Estado. Toda a discussão em torno do conceito de instituição traz consigo implícita ou explicitamente uma necessidade de se debruçar em cima de conceitos que ora sim ora não envolvem o Estado. Todavia, há teorizações sobre o poder que não necessariamente exigem que se direcione para o Estado, embora, como medida de cautela, seja relevante que se considere sua existência ali, senão lado a lado, ao menos como uma norma social universal que, de um modo ou de outro, exerce sua transversalidade nas diferentes relações de poder, como relata Lourau (1975).

A prova disso está em Aristóteles (1983, livro III, cap. 6) quando afirma: “A prova de que a *arché* normalmente se exerce no interesse de todos é que os cidadãos pretendem participar da direção e assumir os encargos por rodízio”. Não havia um único e exclusivo detentor do poder já que seu exercício era de todos. Porém, Aristóteles (1983) expressava uma concepção teórica segundo a qual o homem é naturalmente um animal político destinado a viver em sociedade. Entre eles há aqueles que nascem para comandar e aqueles que nascem para obedecer.

Alguns seres, ao nascer, se vêem destinados a obedecer; outros, a mandar. E formam, uns e outros, numerosas espécies. A autoridade é tanto mais alta quanto mais perfeito são os que a ela se submetem. A que rege o homem, por exemplo, é superior àquela que rege o animal; porque a obra realizada por criatura mais perfeita tem maior perfeição; existe uma obra, desde que haja comando de uma parte, e de outra obediência (ARISTÓTELES, 1983).

Entretanto, esse poder do qual fala Aristóteles é um poder que não se refere à esfera pública tal como uma grande parte dos teóricos estudiosos dessas relações propuseram. Aristóteles (1983) afirma que, numa comunidade de iguais onde todos visam uma vida que é potencialmente a melhor, a vida pública não é caracterizada pela dominação. É na esfera privada, relativa à sua família e aos seus escravos, que o homem se porta como um monarca, um déspota. Aqui já é possível perceber resquícios tanto de concepções assimétricas como simétricas dentro da categorização estabelecida por Lukes (1980), diferenciando-se no que diz respeito às esferas pública e privada.

Posteriormente a Aristóteles, em decorrência de uma série de transformações histórico-sociais, ainda dentro de uma perspectiva filosófica, o poder será definido em termos de um poder absoluto, considerando-se o Estado como detentor do poder supremo. Foi principalmente Hobbes (1983) quem propôs isso, afirmando que a sociedade necessita de uma autoridade à qual todos os seus membros devem o suficiente da sua liberdade natural. De forma que a autoridade possa assegurar a paz interna e o bem comum, pela superposição da vontade de uns sobre as dos outros.

Para Hobbes (1983), os homens só podem viver em paz se concordarem em se submeter a um poder absoluto e centralizado: “O poder de um homem (universalmente considerado) consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro. Pode ser original ou instrumental” (HOBBS, 1983, p. 53). Ele desconsidera os diversos tipos de poderes que, como afirma Baró (1984), se exercem a todo o momento e em todas as estruturas e relações sociais. Não leva em consideração que o que existe não é um único e absoluto poder sobre todos, mas inúmeros poderes em todos os âmbitos sociais.

Hobbes (1983) é anti-Aristotélico ao acreditar que o homem é um animal anti-político e anti-social. Portanto, para ele era necessário um poder que controlasse as tendências humanas anti-sociais. O poder soberano era a única solução contra o caos, a guerra de todos contra todos. Assim, ele estabelece que o maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade. É o caso do poder de um Estado.

Hobbes (1983) faz então uma série de afirmações acerca do que é o poder, frisando a intencionalidade do poder de uns se exercer sobre o poder de outros:

A reputação do poder é poder, pois com ela se consegue a adesão daqueles que necessitam de proteção. Qualquer qualidade que torne um homem amado, ou temido por muitos é poder; porque constitui um meio para adquirir a ajuda e o serviço de muitos. O sucesso é poder, pois traz reputação de sabedoria ou boa sorte, o que faz os homens recearem ou confiarem em quem consegue. A afabilidade dos homens que já estão no poder é aumento de poder porque atrai amor. A reputação de prudência na conduta da paz ou da guerra é poder, porque confiamos o governo de nós mesmos de melhor grado aos homens prudentes do que aos outros (...) (pp. 53 – 54).

Posteriormente e até certo ponto simultaneamente a filosofia, os sociólogos, já no século XIX e mais sistematicamente no século XX, se interessaram em investigar as relações de poder manifestas nas mais diversas relações sociais. Existem, dentro do contexto social, diversos tipos de poder: o poder social, o poder econômico, o poder militar, o poder político, dentre outros. Weber (1998), entre os sociólogos, foi quem mais notoriedade obteve no tocante à conceituação do poder. Assim como Hobbes (1983), sua conceituação do poder envolve a concepção da realização de um desejo, de uma vontade, de uns sobre outros. Entretanto, ele vai um pouco mais adiante.

Segundo Weber (1998, p. 33), “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. No entanto, afirma que o conceito de poder é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade numa determinada situação. Por isso, prefere o conceito de dominação.

De acordo com Weber (1998, p. 33), “o conceito sociológico de dominação deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem”. Afirma que a situação de dominação está ligada à presença de alguém mandando eficazmente em outros, mas não necessariamente se refere à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação. Porém, em todos os casos há a existência de um dos dois.

O que está em causa é a existência de um quadro associativo ou administrativo. A dominação se exerce a partir do momento em que pessoas se unem em associação umas com as outras e formam uma certa organização entre elas mesmas, de forma que se faz necessária a sua existência, ou seja, a existência de uma dominação. Porém, Weber (1998) torna sua análise mais complexa ao afirmar que a dominação não significa toda espécie de possibilidade de exercer poder ou influência sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação,

também traduzida como autoridade, pode se basear nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais. Um certo mínimo de vontade de obedecer faz parte de toda relação de dominação.

Assim sendo, toda dominação pode estar ligada a vários motivos, puramente materiais ou racionais, por motivos ideais ou afetivos, ou por costumes. Para Weber (1998), vários podem ser esses motivos mas, no entanto, existe um fator crucial para que se faça existente a dominação: a questão da legitimidade.

Segundo Weber (1998, p. 139):

Nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidade de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua legitimidade. Dependendo da natureza da legitimidade pretendida diferem o tipo de obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la.

A partir daí, Weber (1998) desenvolve uma complexa teorização a respeito da questão da legitimidade, que se funda em três tipos específicos de dominação: a legal, que é amparada pela lei desenvolvida pelos próprios homens; a tradicional, quando sua legitimidade repousa na santidade de ordens senhoriais tradicionais, e a carismática, que está ligada mais a características pessoais daquele que submete o outro a dominação. Esses tipos de dominação foram referenciados e trabalhados por diversos autores e perspectivas teóricas. Dentro da própria sociologia, algumas vezes foi usado correlatamente com a idéia de autoridade. Dentro da psicologia social, por exemplo, foi usado como um campo específico de estudos sobre influência social, dentre outras.

Aqui também pode-se antever uma formulação em torno do fenômeno do poder que envolve a coerção, a realização de uma vontade, de um desejo sobre outros, um poder explícito que, de certa forma, é absoluto, no qual a única escapatória do indivíduo é obedecê-lo voluntária ou involuntariamente. Porém, de acordo com Baró (1984, p. 105), “a concepção weberiana deixa claro o aspecto relacional do poder e sua efetividade, subestimando, entretanto, o caráter dominante que tem o controle de determinados recursos”. Embora concorde com o caráter de oposição e conflito, uma das características essenciais do poder, de acordo com Baró (1984), é a sua base na posse de recursos.

Outro autor que também discute as configurações do poder é Canetti (1983), ao fazer uma comparação, uma analogia muito interessante entre o gato e o rato, entre a força e o poder. Estabelece uma correlação entre a boca do gato e o rato com uma prisão e o prisioneiro, direcionando sua análise para a questão do poder. Segundo Canetti (1983):

A força é algo que está próximo e presente. A força é mais corretiva e imediata que o poder. Quando a força dura mais tempo transforma-se em poder. O poder é algo mais genérico e mais vasto do que a força, pois ele contém muito mais e não é tão dinâmico. Ele é mais complicado e inclui até mesmo uma certa medida de paciência que a força não contém (p. 313).

Já se vê nessa formulação de Canetti (1983) uma certa reviravolta sobre o conceito de poder tão referenciado anteriormente ao poder de Estado especificamente e tão ligado à realização de uma vontade, do desejo de alguns sobre os desejos de outros, embora ainda esteja referenciado a uma perspectiva assimétrica que envolve a relação de conflitos. Canetti (1983) faz uma breve comparação que é pertinente à discussão, sobre o modo de conceituar o poder. Faz uma comparação entre a prisão e a boca. Diz ele:

A prisão pode ser algo derivado da boca; a relação entre estes dois conceitos expressa também a relação entre poder e força. Na boca não restam esperanças, não existe nem espaço. Deste ponto de vista, a prisão é como uma ampliação da boca. Nela é possível dar alguns passos para cada lado, exatamente como o rato faz sob os olhos do gato; às vezes sente-se o olhar do carcereiro cravado nas costas. O prisioneiro tem tempo diante de si e esperanças de escapar ou de ser libertado, e durante todo o tempo, percebe-se o interesse destrutivo do aparelho da prisão em que se está, mesmo quando esse interesse parece ter deixado de existir (p. 314).

Essas diferentes concepções de poder estão referidas a conflitos, a resistências, ao uso da força, à existência de um Estado e de uma soberania e vão se distinguir de outras, como a de Parsons, mais sociológica, ou de Arendt, mais filosófica, para quem a questão do poder será enfatizada mais nas suas confluências, e menos nas resistências e conflitos, como uma espécie de acordo entre as partes.

De acordo com Parsons (1960), o poder é um recurso do sistema referido à capacidade de mobilizar os recursos da sociedade para a consecução de metas para as quais houve um compromisso público geral, ou pode haver. Existe uma comunicação, por assim dizer amistosa. O poder dessa forma seria a capacidade de gerar um acordo em comum entre vários indivíduos, com objetivos compartilhados entre si. O poder se exerce através de uma harmonia estabelecida entre aqueles que vão se submeter a ele e aqueles que vão exercê-lo. Para Arendt (n.d.), a essência do poder não se baseia na relação de mando e obediência, mas corresponde à capacidade dos seres humanos de agirem em concerto entre si. Diferencia-se de Parsons (1960) em vários aspectos, mas compartilham a idéia de um poder não ligado a conflitos.

Outra referência fundamental na compreensão acerca do poder e que é constituída de uma originalidade ímpar pode ser tomada nos trabalhos e contribuições de Foucault (1979). Por via de uma perspectiva política e crítica, Foucault (1979) estabelece uma tensão com a

produção existente até então acerca do poder. Ele questiona por que reduzir a dominação à proibição, à censura escancarada, à repressão, e só pensar no poder enquanto limitador, dotado do poder do não, pois o poder tem também a sua funcionalidade, serve à coesão, é dotado em si mesmo do poder do sim.

Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquemática do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Foucault (1979, p. 141) afirma que:

De maneira geral, os mecanismos de poder nunca foram muito estudados na história. Estudaram-se as pessoas que detiveram o poder. Era a história anedótica dos reis, dos generais. O poder em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos, nunca foi muito estudado.

A questão que Foucault (1979, p. 75) apresenta é que “talvez ainda não se saiba o que é poder”, e que as teorias que estão a nossa disposição talvez não sejam suficientes para conhecer essa coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder.

É preciso deixar de representar o poder como uma instância estranha ao corpo social e de opor o poder ao indivíduo. Ainda é muito tranquilizante, segundo Foucault (1979), pensar no poder como um puro limite imposto à liberdade. É preciso deixar de recorrer-se ao personagem do príncipe. No início das relações de poder, não existe, como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominantes e dominados.

Foucault (1979) afirma que o poder não é um ser, alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, algo que se deixa escapar. Para ele, poder é o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial, poder do contra-mestre, poder do psicanalista, poder do padre etc). Portanto, é necessário deixar de conferir tanta honra ao tradicional e arcaico poder de Estado, constituído na época das monarquias absolutas européias.

O poder do qual fala Foucault (1979), não é o poder do soberano tal como Hobbes (1983) formulou, mas o contrário. Não existe um poder único e supremo, soberano, muito menos é ele detido por alguém em específico como probabilidade de exercer a própria vontade, como defendeu Weber (1998). Existem micros poderes. O poder está em toda parte, em todas as esferas sociais e ele se exerce mais do que se possui, utilizando instrumentos e estratégias específicas, exercendo um controle minucioso sobre o corpo dos indivíduos, suas

atitudes, comportamentos, gestos. Ele não é privilégio de alguns, pois está sempre em transição. É sutil, torna os corpos dóceis, úteis, conforme relata Foucault (1979, p. 131):

Quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. O século XVIII encontrou um regime por assim dizer sináptico de poder, de seu exercício no corpo social, e não sobre o corpo social.

Portanto, apresenta-se assim uma maneira nova de ver e conceituar o poder, diferente das anteriores. Uma maneira diferente de se portar frente às relações de poder para compreendê-las na sociedade. Trata os mecanismos do poder nos mais variados pontos em que se exerce.

Não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder em suas formas e instituições mais regionais e locais (...) (FOUCAULT, 1979, p. 182).

É importante lembrar que, embora a análise de Foucault tenha muito inovado as concepções de poder, ela não deve ser generalizada a ponto de tomar um caráter universal. Foucault analisou o poder quando estudava a história da penalidade, e suas análises, mesmo tendo um teor provocativo, devem ser limitadas ao campo em que foram direcionadas. Foi com a intenção de analisar a construção de todo um saber em relação à penalidade que Foucault (1979) foi direcionado pelo próprio andamento de suas pesquisas a avaliar o poder como um importante instrumento para compreender a construção e transformação do saber. Chegou mesmo a concluir que todo poder está amparado por um saber, e todo saber envolve poder.

Para além dessas importantes contribuições, no campo mais específico da psicologia, os estudos sobre poder direcionaram-se privilegiadamente para estudos de grupos, organizações, frisando suas análises em temas correlatos, como por exemplo, influência social, gerenciamento de pessoas, liderança de pessoal. No entanto, são análises agora direcionadas para aspectos psíquicos sociais, e não somente sociais, como fez a sociologia. Os estudos sobre poder no campo da psicologia desenvolveram-se muitas vezes lado a lado com estudos de outras perspectivas teóricas, outras vezes bem posteriormente. Datam por volta da metade do século XX, e estão mais limitados a áreas específicas da psicologia, como a psicologia social e a psicologia organizacional e/ou do trabalho.

French e Raven (1959) são autores que trabalharam o conceito de poder dentro de uma perspectiva da psicologia social e apresentaram um estudo das bases do poder social na qual distinguem tipos diferentes de bases de poder. Remetem às análises feitas por Weber (1998), porém, embora possa ter certa confluência, o que está em causa agora são análises do poder em seus efeitos psíquicos. De acordo com French e Raven (1959), o poder pode ser avaliado a partir de cinco bases: poder de recompensa, poder de coerção, poder de legitimidade, poder de referência e poder de reconhecimento. Posteriormente, Raven (1965) acrescentou uma sexta base, denominada poder de informação. O poder é visto aqui como uma característica, uma posse que o indivíduo detém e que gera influências, ao nível psíquico, em outros indivíduos.

O poder de recompensa seria a capacidade que o indivíduo tem de influenciar outro em virtude da possibilidade que tem de recompensá-lo. O poder de coerção seria a capacidade que o indivíduo tem de influenciá-lo pela possibilidade que tem de infligir-lhe castigos. O poder de legitimidade é o poder que se exerce por tradição, que se tornou como que uma lei, dando a capacidade de um indivíduo influenciar outros com base nessas leis (FRENCH e RAVEN, 1959). Poder de referência é a capacidade que um indivíduo tem de influenciá-lo por este tê-lo como ponto de identificação. O poder de conhecimento é a capacidade que um indivíduo tem de influenciar outro pelo conhecimento que detém. O poder de informação que é possibilidade de um indivíduo ser influenciado não por um outro em específico, mas pela informação que elucidou (FRENCH e RAVEN, 1959).

No campo da psicologia, em específico da psicologia social, em sua grande maioria é assim que o poder foi durante muito tempo analisado, ora frisando um desses aspectos anteriormente citados, ora outro. Sobretudo, é dentro de organizações e empresas, avaliando os processos de gestão de pessoas, que estudos sobre poder têm sido muito utilizados. Entretanto, desenvolveram-se também outros estudos sobre poder dentro da perspectiva da psicologia social, estudos que direcionam suas análises para os aspectos ocultos inerentes ao poder para suas relações institucionais, e não apenas empresariais.

Dentre outros autores que trabalham com o conceito de poder no campo específico da psicologia social, Baró (1984) deve ser destacado porque traz uma forma diferente de compreender o poder e os seus mecanismos e oferece uma decisiva contribuição para a compreensão dos mesmos. Utiliza-se da análise de base marxista, do método dialético, direcionando-se para uma compreensão psicossocial do poder. Compreende o poder como um aspecto intrínseco à relação humana, exercendo-se e legitimando-se como algo natural.

Segundo o mesmo, o poder pode ser analisado dentro dos mais variados espaços sociais, seja no que se refere à sociedade de forma macro-social, seja micro-social, no interior

de estabelecimentos. Onde há relações sociais, há relações de poder se organizando e se estruturando de modo sutil. De acordo com Baró (1984, p. 97), “é impossível compreender o que uma organização social é e o que faz sem compreender a realidade onipresente do poder”. O poder se faz presente em toda parte e utiliza diversas estratégias para se manter e continuar existindo, em sua maioria ocultas.

O poder não existe e se manifesta apenas em uma classe social em particular, mas em todas, sem exceções. Baró (1984, p. 110) afirma que “o poder está presente nos níveis mais baixos da escala social, onde os recursos são mínimos, quanto nos níveis mais altos, onde os recursos são vastos”. O seu exercício está intrinsecamente ligado à posse de recursos e ao modo como esses recursos são manuseados. Isto se dá tanto numa escola, numa fábrica, numa empresa, nas relações familiares, como também no interior de um hospital, de um mosteiro, de um convento ou de uma penitenciária.

O poder pode influir no comportamento das pessoas e grupos de duas maneiras, conforme Baró (1984, p. 100): “uma imediata, impondo uma direção concreta à ação; outra mediata, configurando o mundo das pessoas e determinando os elementos constitutivos dessa mesma ação”. Estas duas formas de influência do poder não são excludentes, e sim inclusivas. A ação imediata do poder com frequência se articula sobre a base de seus determinismos mediatos. Muitas vezes, até uma não existe sem a outra, sendo uma a mola propulsora da outra.

Até no interior de contextos institucionais específicos, como por exemplo, em hospitais psiquiátricos, em asilos ou no interior de penitenciárias, pode-se observar o poder exercendo-se imediatamente, de interno para interno, por via de uma ordem direta de um para com o outro. Em outros, pode-se observar sua ação mediata, configurando-se em regras e normas próprias desenvolvidas socialmente. O poder se dá onde há relações sociais, seja entre pessoas ou entre grupos. Segundo Baró (1984, p. 104), “três são as características essenciais do poder: dá-se em relações sociais; baseia-se na posse de recursos; e produz um efeito nessa mesma relação social”.

Nesse sentido, de acordo com a primeira característica desenvolvida por Baró (1984), o poder pode ocorrer tanto no seio de uma família, no interior de uma fábrica, como entre os muros de um mosteiro ou de uma penitenciária. Ele não é um objeto ou uma coisa que se possui em abstrato. Conforme Baró (1984, p. 105), “o poder não é um objeto abstrato e não tem que ser confundido com as coisas que se baseia ou que se usa instrumentalmente. Trata-se de uma qualidade de alguém, pessoa ou grupo, em relação com outras pessoas ou grupos. Constitui-se assim como um fenômeno social, e não puramente individual”.

“Esse caráter relacional do poder significa que as relações têm com frequência um caráter de oposição e conflito, e que a relação mesma é determinada, ao menos em parte, pela assimetria em que emerge o poder” (BARÓ, 1984, p. 105). Assim, seja no interior das relações familiares, de uma fábrica ou de instituições totalitárias, tal como Lourau (1975) definiu, o conflito é inerente ao poder que ali se manifesta. “Há oposição entre o que quer o aluno e o que exige o professor, entre a demanda do trabalhador e os interesses do proprietário, entre o projeto político dos civis e os objetivos dos militares” (BARÓ, 1984, p. 105). Nesse sentido, há conflitos e oposições também dentro de organizações sociais peculiares, como hospitais psiquiátricos, conventos, exércitos, asilos e penitenciárias.

No interior de instituições totais, por exemplo, há discordâncias e conflitos de internos para com internos, entre as exigências da administração e os interesses dos internos, e entre a própria equipe administrativa. Como afirma Baró (1984), isso se dá, em muito, devido à posse diferenciada de recursos, a segunda característica essencial do poder. A posse de recursos é um fator determinante no que diz respeito às relações de poder no meio social. Segundo Baró (1984, p. 105), “um dos sujeitos da relação, pessoa ou grupo, possui algo que outro não possui ou que possui em menor grau (quantitativo e/ou qualitativo)”.

Daí que o poder surge precisamente em uma relação de desequilíbrio. Um dos membros da relação, segundo Baró (1984), é superior em algo ao outro, entretanto, não em todos os aspectos. Tem-se poder sobre outro em certos aspectos ou áreas da vida social, mas não o tem necessariamente em outros. Assim, por exemplo, um determinado interno no interior de uma instituição total tem poder sobre outro em alguns aspectos, mas é submetido ao poder de um terceiro interno em outros, que por sua vez pode estar sob o poder de um dirigente, e assim por diante. Dessa forma é que se defende a existência de inúmeros poderes exercendo-se constantemente, e não um único poder absoluto como queria Hobbes.

Existem tipos diferenciados de poder, e seus graus de manifestação variam de um para outro. Com isso, Baró (1984, p. 106) afirma que “a diversidade de posses de recursos proporcionará poderes diferenciados de uns sobre outros; e mais, que o poder gerado pela posse de certos recursos é maior e mais amplo, abarcador de mais âmbitos da vida, do que pela posse de outros recursos”. A posse de certos recursos que um determinado indivíduo se dispõe no interior de uma instituição total, por exemplo, lhe permite exercer um poder mais amplo sobre os outros indivíduos ao seu redor. Seu poder pode ter um efeito muito mais avassalador do que o de outro indivíduo que não dispõe dos seus recursos.

Quanto ao efeito que exerce sobre os outros, já se estabelece concernente à terceira característica essencial do poder, preconizada por Baró (1984). De acordo com ele, “o efeito

que o poder produz nas relações sociais se dá tanto sobre o objeto da relação como sobre as pessoas ou grupos relacionados” (p. 107). O poder é incorporado, internalizado e se expressa, dentre outras formas, através do comportamento daqueles que estão submetidos a ele. Segundo Baró (1984, p. 107), “o resultado mais óbvio do poder está no comportamento dos envolvidos na relação: A obediência ou submissão de um, ao exercício da autoridade ou do domínio de outro”.

Desse modo, o poder configura as pessoas enquanto atores sociais, determinando o que devem ou não fazer, como devem ou não ser. “O que são e o que fazem um professor e um aluno depende de sua definição como tal, e essa definição é em muita medida produto do poder” (BARÓ, 1984, p. 107). Assim, um indivíduo, por exemplo, veterano no interior de uma instituição total, se define a si mesmo e define, a partir do seu diferencial de poder, o que um outro preso, enquanto recém chegado, pode fazer e ser. Se, por um acaso, esse preso que dispõe de menor poder desobedece ao que lhe é imposto, deixará então de ser apenas um indivíduo recém chegado e converter-se-á em um intrigante, um alterador da ordem.

Isso lhe acarretará uma série de ações e procedimentos que será obrigado a tomar por aquele que dispõe de um poder mais amplo. Entretanto, para Baró (1984, p. 102), “esse poder se exerce na maior parte das vezes de modo oculto”, com tendências a mascarar-se, como afirma Foucault (1979).

Ao ser interiorizado através do processo de socialização, naturalizando-se como algo necessário para o bom funcionamento do sistema, o poder é tido como algo inquestionável. Dessa forma, as pessoas envolvidas por ele o reproduzem em suas relações, seja na família, numa fábrica, na escola, ou até mesmo no interior de uma penitenciária, onde ainda compartilha de mecanismos mais ocultos do que em seu exterior.

A concepção de poder desenvolvida por Baró (1984) dentro de uma perspectiva dialética da psicologia social é particularmente importante para a análise das formas de exercício da autoridade e poder em contextos institucionais. Afinal, “poder é aquele caráter desigual das relações sociais baseado na posse diferencial de recursos, que permite alguns realizarem seus interesses, pessoais ou de classe, e impô-los a outros” (BARÓ, 1984, p. 110). Assim, mesmo estabelecimentos específicos como uma penitenciária, denominada por Lourau (1975) de instituição totalitária, não está à parte quando a questão é: as relações de poder estabelecidas entre aqueles que vivem em seu interior. O poder se faz presente constantemente, reproduzindo a realidade em seu exterior e produzindo novas formas de seu exercício.

CAPÍTULO 3

INSTITUIÇÃO PENITENCIÁRIA: FORMA E CONTEÚDO

“Então tem que ter afinidade com todos os lados, não adianta ficar aí colado no lado dos que têm mais dinheiro e esquecer-se do outro lado” (JOÃO).

Estabelecidos os conceitos de instituição, os tipos de instituições existentes e suas formas de manifestação, as instituições totalitárias e os mecanismos de poder no interior das mesmas serão expostos aqui os desenvolvimentos de uma pesquisa realizada em uma instituição totalitária específica, a saber, em uma penitenciária do estado de Goiás.²

A partir da realização da pesquisa em documentos oficiais, prontuários, organograma e *site* foram obtidos: 1. os dados pessoais dos internos a serem entrevistados (Apêndice 4); 2. um mapeamento da estrutura física da penitenciária com número de pavilhões, número de alas e suas divisões espaciais, e da estrutura funcional, administrativa, como as funções do diretor, vice-diretor, dos supervisores, agentes e demais funcionários da penitenciária (Organograma em anexo A); 3. os dados históricos, desde a fundação da penitenciária até o momento atual, as reformulações legais pelas quais passou com o tempo, tanto estrutural como funcionalmente.

Através das observações e entrevistas informais com diretores, supervisores, agentes e funcionários de modo geral, como também com um ou outro interno enquadrado no regime semi-aberto, foram obtidas informações sobre o dia a dia da penitenciária, seu cotidiano, seu funcionamento administrativo, suas divisões espaciais, as relações entre a administração, desta com os internos ali reclusos, e dos internos consigo mesmos, suas regras, leis, divisões espaciais e funcionais.

Por último, com as entrevistas semi-estruturadas com cinco internos de diferentes alas da penitenciária,³ foram obtidas informações a respeito de como se dá a organização entre os internos, como o poder entre eles é estabelecido, como é mantido, como pode ser definido, como é exercido e a respeito das relações de poder em si.

² Com o objetivo de preservar a identidade de todos aqueles que participaram da pesquisa, a unidade penitenciária e os sujeitos participantes não serão identificados. .

³ O detalhamento dos procedimentos e instrumentos utilizados na pesquisa está referido na Introdução desse trabalho.

3.1 A estrutura física e administrativa da penitenciária: uma visão a partir do organograma e do *site*.

A partir de um primeiro encontro com o diretor da penitenciária, foram obtidos documentos e registros oficiais e, através do *site on-line* da Secretaria de Estado da Justiça do estado de Goiás, foi possível detalhar a estrutura física e administrativa da instituição. Entretanto, é importante ressaltar que grande parte dessas informações foram obtidas informalmente, pois a instituição ainda carece de uma série de mecanismos e dispositivos, dentre eles a informatização dos arquivos.

O sistema prisional do estado de Goiás passou a ser assim denominado a partir de junho de 2006, com base na lei 15.724, em referência aos termos do art. 10 da Constituição Estadual, de Secretaria de Segurança Pública e Justiça. Anteriormente, era constituído pelo centro penitenciário de atividades industriais do estado de Goiás – CEPAIGO (autarquia criada pela Lei nº 4.199, de 22 de outubro de 1962, no governo Mauro Borges), o único estabelecimento penitenciário construído no estado; e pela superintendência do sistema penitenciário, à qual eram atribuídas as políticas públicas de supervisão e acompanhamento das cadeias públicas do estado e à qual ainda estava subordinada a casa do albergado.

A Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, extinguiu a superintendência da justiça e do sistema penitenciário e o centro penitenciário de atividades industriais do estado de Goiás – CEPAIGO, vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Justiça de acordo com a Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, e criou a Agência Goiana do Sistema Prisional em consonância com o decreto nº 5.142, de 11 de novembro de 1999.

A esse contexto administrativo amplo se vincula a unidade penitenciária na qual foi realizada a pesquisa. Fazem parte também do complexo penitenciário: a casa do albergado, a casa de prisão provisória (CPP), e o centro de inserção social C. N. (presídio feminino).

A estrutura física da penitenciária é composta de doze estabelecimentos: Ala A, com 421 internos; Ala B, com 220 internos; Ala C, com 340 internos; Ala D-310, com 100 internos; Ala D-320, com 69 internos. Compõem ainda a penitenciária: o Bloqueado, com 84 internos; a Ala de triagem, 71 internos; a Enfermaria leito, 17 internos; a Enfermaria pátio, 48 internos; o Módulo, 105 internos; o Núcleo de custódia, 29 internos; o Hospital e outros, 1 interno, além de salas destinadas a equipe administrativa. Ao todo o complexo penitenciário

opera hoje com 1441 internos, variando constantemente esse número numa média de dez a mais ou a menos (Ver no anexo A).

A equipe administrativa é formada por: um diretor geral; um supervisor de segurança, que está sob a autoridade do diretor geral; seis supervisores sob a autoridade do supervisor de segurança, sendo um supervisor do módulo de segurança, um de vigilância, um administrativo, um de serviços gerais, um de escolta e um de sócio-educação; quatro supervisores chefes das equipes de agentes A, B, C e D, cada uma com cerca de vinte agentes prisionais sob seu comando. Toda essa estrutura pode ser vista no organograma montado e explicitado no anexo A.

3.2 A estrutura física e administrativa e o funcionamento da penitenciária : uma visão a partir das observações e entrevistas informais com a administração e agentes.

Através do contato com a instituição penitenciária e seu diretor, o supervisor de segurança, o serviço de psicologia, os agentes, funcionários, alguns internos do regime semi-aberto e mediante observações feitas, vários aspectos sobre a penitenciária e o seu funcionamento interior se explicitaram. Há uma instituição que se constitui de modo mediado e que não pode ser vista apenas pela análise de seus documentos e registros oficiais. Isto porque, em muitos, casos esses registros nem existem e só podem ser colhidos por via da interação com aqueles que ali trabalham. Isso, por si só, muito diz sobre as estruturas de poder, sua constituição e desdobramento no interior da penitenciária.

Dentre os vários fatores informalmente obtidos, a grande parte deles diz respeito à precária organização administrativa da penitenciária. Ao avaliar a organização da vida, das relações e estruturas de poder que se desenvolvem entre os que ali estão reclusos, pode-se notar uma estreita ligação das mesmas com a (des)organização a qual está submetida a administração. Dentre esses fatores, observou-se que: com relação a documentos, a penitenciária não dispõe, por exemplo, de um organograma detalhado de sua estrutura física e administrativa. O único organograma existente é um mapeamento global da Secretaria de Estado da Justiça, disponível no *site* da instituição, ou por via da assessoria técnica e de planejamento, que não possibilita uma compreensão de sua real estrutura interna. Nesse sentido, foi necessário buscar informações em diferentes setores do complexo penitenciário e fora dele, e elaborar, a partir dos dados oferecidos, um organograma que possibilitasse uma delimitação para a realização da pesquisa. Entre a obtenção das informações necessárias para

montagem do organograma e o término da montagem foi preciso cerca de um mês (Este organograma pode ser visto no anexo A).

Na realidade, o que existe, são registros desatualizados, guardados dentro de arquivos junto com vários outros documentos ou elaborações de organogramas feitas de última hora devido a uma solicitação. Quando requisitado algum documento da estrutura institucional, neste caso o organograma, a resposta é que está em fase de construção. A partir daí, registra-se a requisição e estabelece-se um prazo de uma a duas semanas para providenciá-la. É um processo demorado e burocrático.

Durante o processo de pesquisa, por exemplo, quando do recolhimento de informações para uma melhor visualização da estrutura física e administrativa da penitenciária ou quando do agendamento e realização das entrevistas, várias vezes foi preciso ir embora e retornar no outro dia, acontecendo o mesmo no outro dia, e no outro, e assim sucessivamente. A realização das entrevistas foi prevista para uma semana, no máximo duas, já que não havia dificuldade de localização e disponibilidade de tempo dos entrevistados. Entretanto, durou mais de um mês também.

Isso se deu em muita medida devido à lentidão e à pouca organização administrativa e também devido à própria organização entre os internos que, com o estabelecimento de regras e leis a serem seguidas, não permitiam a subida do sujeito a ser entrevistado. Isso ocorria com tal autoridade que nem os agentes tinham coragem de entrar nas alas para chamar os internos que seriam entrevistados. Quando é dada uma ordem pelos internos dizendo que “ninguém vai subir hoje”, seja para tratamento médico, para consulta com advogado ou para entrevista de pesquisa, ninguém desobedece, nem mesmo a direção da penitenciária.

Essa falta de organização da administração, no que diz respeito ao mapeamento de sua estrutura interna e à lentidão em providenciar o que lhe é requerido, revela alguns aspectos sobre a constituição dos processos de estruturação do poder entre os internos. Os internos têm uma compreensão exata de toda a estrutura das alas onde estão: quem entra, quem sai, seus diferentes setores e respectivas funções. Conhecem minuciosamente as funções que foram dadas a cada um dos internos, companheiros de cela ou não, e exigem, quando algum serviço é requisitado, que seja feito imediatamente, sob pena de punições severas.

Destacam-se, portanto, perante a organização administrativa da própria penitenciária, demonstrando estratégias sutis de administração e organização. Não permitem erros em hipótese alguma, não aceitam burocracias de qualquer espécie entre si e exigem

comprometimento de todos. Sabem exatamente tudo o que se passa entre si mesmos, e estão constantemente avaliando e corrigindo qualquer defeito em sua organização interna. Isso pode ser visto através da fala de um dos internos entrevistado, denominado de Rafael para preservar sua identidade: “Nós temos linguagens próprias, vocabulários próprios, nós temos regras próprias, normas próprias, leis a serem obedecidas, códigos de normas, tudo que é ético numa sociedade normal (...) é organizado, é muito mais organizado que muita coisa aí fora”.

Como afirma Baró (1984), o poder se dá pela posse diferenciada de recursos. Assim sendo, existem aqueles que dispõem de mais recursos do que outros, e aqueles cujos recursos dos quais dispõem lhes conferem mais poder do que os conferidos pela posse de outros. Nesse sentido, pode-se observar claramente que a posse de uma organização minuciosa e de uma capacidade de se administrar confere aos internos, seja no conjunto ou no grupo, um poder que desafia e, ao mesmo tempo, paralisa a administração da penitenciária e os próprios internos que estão submetidos a esse poder.

Ainda com relação a documentos, em específico aos registros de todos os internos reclusos na penitenciária, a situação é parecida. Eles estão guardados dentro do cartório existente no complexo penitenciário. São prontuários organizados por ordem alfabética e colocados em grandes estantes, ocupando duas salas. Conforme se solicita o prontuário de um interno este é procurado e retirado dessa estante, de modo que se dois setores da instituição solicitarem o mesmo prontuário ao mesmo tempo, um deles obrigatoriamente deverá esperar, pois não existe mais de uma cópia, levando a imaginar o que seria feito caso um ou outro desses prontuários sumissem.

Dessa forma, não foi possível coletar os dados de alguns internos selecionados para participarem da pesquisa. Seus prontuários estavam sendo usados por outros departamentos, sem data prevista para serem devolvidos ou com uma série de reservas feitas quando os mesmos fossem recolocados nas estantes.

Isso porque, assim como com o organograma, a instituição não dispõe desses registros de modo informatizado, ou seja, dentro de pastas devidamente organizadas em computadores. Até porque a instituição não dispõe sequer de computadores para isso, pois a informatização ainda não faz parte da realidade de vários setores no interior da penitenciária. Alguns prontuários chegam a ter duzentas páginas ou mais, com todas as informações do interno. Podem-se gastar muitas horas, ou até semanas e meses, dependendo do número de prontuários a investigar, para se obter apenas uma informação que se queira.

Essas informações vão sendo colocadas dentro destes prontuários, de modo que ficam muito desordenadas. Isso dificulta a obtenção de dados de um interno. Muitas vezes esses dados também se encontram desatualizados e até equivocados, o que dificulta e prolonga todo o processo jurídico penal de modo geral. Assim, acumulam-se e amontoam-se pilhas de processos a serem julgados e os internos vão sendo empilhados e amontoados no interior das alas, provocando uma tensão constante, descontentamento e descrédito dos mesmos para com o funcionamento da penitenciária e de todo o processo penal em si. É desnecessário referir-se às tramitações que esse descontentamento e essa superlotação incitam.

Em contrapartida, os internos reclusos em sua maioria têm um conhecimento preciso sobre todas essas informações que envolvem tanto a sua pessoa quanto a dos seus companheiros. Têm consciência sobre seus delitos, inclusive datas e horas em que foram praticados, e de toda sua situação na penitenciária, os dias de trabalho que irão diminuir suas penas e as indisciplinas que irão aumentá-las. Isso também só tende a conferir-lhes mais e mais poder diante de uma organização que não dispõe dos mesmos recursos, ou dispõe, mas faz mau uso.

Outros fatores importantes referentes à organização administrativa da penitenciária estão ligados ao número de agentes, muito abaixo do necessário, e à falta de funcionários qualificados para lidar com os problemas do dia-a-dia da penitenciária. Com relação a esse aspecto, os internos também têm a favor deles o fator quantitativo: o número de internos em todo o complexo é absurdamente desproporcional à necessidade de funcionários da penitenciária. E os internos sabem disso, como pode ser observado em um trecho da fala de um deles, o Rafael: “Eles não sabem o que é entrar aqui e enfrentar quatrocentos presos, eles não tem nem idéia do que é isso, são dez policiais para cada cinquenta presos”.

Alguns desses problemas também giram em torno da incapacidade e, muitas vezes até do desinteresse dos agentes e de outros funcionários em ajudar os internos com problemas básicos do cotidiano. Eles podem, por exemplo, dar informações a um interno sobre sua família e vice-versa, observar sua saúde, a situação precária de uma cela e informar à direção para que sejam tomadas providências. Entretanto, isso não é feito.

Isto dificulta muito o controle dos agentes, policiais, diretores, dirigentes em geral sobre os internos, que fazem uso desses problemas em seu próprio benefício, como já disseram alguns agentes. Assim, na medida em que a direção da penitenciária se omite em resolver alguns desses problemas básicos do dia-a-dia dos internos, eles próprios se encarregam de resolvê-los, apossando-se assim do *status* de solucionadores de seus próprios

problemas, tornando-se auto-suficientes e cada dia mais independentes da administração. Além de tudo isso, ainda existe o fato de que quanto mais se ocupam de resolver problemas que deveriam ser resolvidos pela administração, mais organizados se tornam, pois necessitam dessa organização. Isso pode ser contemplado novamente na fala de Rafael, um dos internos entrevistados: “Então hoje nós nos organizamos bem melhor do que a própria sociedade, parte da sociedade, não vou dizer a sociedade como um todo não, mas parte da sociedade”; ou ainda quando o mesmo diz: “Então, isso é feito por nós, pelos comandos, o que deveria ser feito por eles, o que deveria ser uma função deles acaba sendo feito por quem está aqui dentro e tem essa capacidade”.

Os internos utilizam-se disso de modo tal que o controle das alas fica quase que exclusivamente em suas mãos. Quando a penitenciária recebe um novato, por exemplo, ele só é colocado em uma ou outra ala se os internos que ali estão reclusos aceitarem-no, caso não o aceitem, é preciso encontrar outro lugar para o recém chegado. E se insistirem em colocá-lo mesmo contra a vontade dos ocupantes da ala, essa pessoa estará correndo sério risco de vida. Mas a direção também faz uso disso, de forma que, se um agente, policial ou até mesmo a direção da penitenciária quiser punir algum interno, esse é um dos modos mais fáceis para eles. É o que acontece às vezes no caso de estupradores, por exemplo.

Quando os internos decidem entrar em greve, rebelar-se, ou seja, parar de trabalhar no interior da penitenciária, com faxinas e serviços agro-industriais, por exemplo, nenhum agente entra nas alas sem a permissão deles, a não ser que esteja fortemente escoltado, como dito anteriormente. No entanto, nestes casos, não é do interesse da penitenciária, de seus dirigentes e administradores, declararem guerra aos internos. A intenção é sempre tentar resolver através de um acordo, até porque é uma das únicas alternativas da administração, a não ser que queiram usar a violência, o que quase sempre “acaba piorando as coisas”, como afirmou um integrante da direção. De acordo com ele, “A intenção é sempre tentar resolver no diálogo, para tentar manter a coesão. A última coisa que queremos aqui é desencadear uma revolta, uma rebelião, pois quando isso acontece perde-se o controle e vira uma confusão”.

Nenhum interno sai de sua ala para se submeter à consulta com advogado, a um atendimento psicológico ou a um exame criminológico quando rebelados. A penitenciária fica sob uma tensão constante, sob ameaça de rebeliões, e isso pode durar dias, semanas, até que a diretoria aceite negociar com eles e satisfazer algumas de suas exigências. Para a realização das entrevistas, por exemplo, foram gastos vários dias em que se esperava a vinda dos

internos das oito horas da manhã até as dezessete horas da tarde em vão, pois não compareciam por estarem rebelados.

O controle que os internos exercem sobre o funcionamento da penitenciária, aproveitando-se dessas deficiências de organização e administração, é realmente muito grande. Inclusive, muitas vezes é até por causa mesmo dessas deficiências que ocorrem os conflitos, como quando a água acabou, em novembro de 2007, e suas condições de higiene se tornaram deploráveis. Todas as alas se rebelaram e paralisaram todas as suas atividades durante duas semanas, até o problema ser solucionado.

Essa situação chega ao ponto de um dos integrantes da administração afirmar que para eles “é interessante que tenha um indivíduo com poder e exercendo o controle sobre os outros internos”. Desse modo, é mantida uma coesão e não ocorrem brigas, mantendo-se a penitenciária em harmonia. Assim, sobre o viés das deficiências de administração e organização da penitenciária, e acima dela o estado, instaura-se certa submissão da mesma perante os internos. Isso pode ser observado na fala de um dos integrantes da direção quando o mesmo diz: “quando um interno que tem poder entre os demais é retirado ou foge da penitenciária as brigas se tornam constantes, e isso nos dá muito trabalho”.

O que se vê então é: de um lado o exercício do poder entre os internos crescendo e se desenvolvendo, fazendo uso constante das deficiências da penitenciária e, junto dela, do próprio estado e, de outro, a penitenciária, em conjunto com o estado devido às suas várias deficiências, utilizando-se das estruturas de poder que se desenvolvem entre os internos e fazendo aquilo que deveria ser feito por ela.

Além de todos esses fatores que se referem a sua organização e administração, ainda existem aqueles referentes a aspectos estruturais, como: falta de espaço físico para suportar o número de internos que estão reclusos, refletindo em superlotação; estrutura interna debilitada com portas e paredes em péssimo estado, poucas salas para atendimento psicológico, para exames criminológicos etc., falta de equipamentos administrativos que permitam uma maior agilidade nos processos dos internos, como por exemplo, computadores; falta de equipamentos de segurança, como por exemplo, câmeras.

O espaço físico da penitenciária há muito ultrapassou sua capacidade. Funciona no limite, com internos vivendo amontoados entre si, em situações subumanas, com condições de higiene lastimáveis que propiciam o contrair de inúmeras doenças. Para amenizar a superlotação, os internos são soltos nos pátios pelos agentes durante todo o dia e durante a

noite são levados novamente para suas celas. Isso permite uma série de transações entre os internos que poderiam ser evitadas se não fosse a superlotação.

Todos esses aspectos contribuem direta e indiretamente para a constituição de estruturas de poder entre os internos. Aqueles que ali estão reclusos sabem dessas dificuldades que a instituição vem enfrentando e aproveitam-se disso sempre que podem. Organizam-se estabelecendo funções a cada um, montando estruturas hierárquicas, fundando leis, regras, normas que devem ser seguidas à risca, com o objetivo de se defenderem e imporem suas reivindicações.

3.3 Sobre as inter-relações entre os internos dentro da penitenciária: uma visão a partir das observações e entrevistas informais com internos.

A divisão do espaço físico onde os internos estão reclusos é feita por alas. Entretanto, são feitas outras subdivisões que não podem ser contempladas através da observação do organograma. Estas divisões não dizem respeito apenas ao espaço físico, mas também às suas inter-relações. Existem tradições que foram se desenvolvendo pelos internos ao longo da existência da penitenciária, que ditam como eles próprios serão distribuídos entre as alas e suas formas de proceder dentro delas.

Cada ala da penitenciária é reconhecida, tanto por parte de seus administradores, como por parte dos internos nela reclusos, pelo seu nível de organização e pela periculosidade representada pelos internos que nela estão reclusos, isto é: pelo envolvimento ou não com grupos criminosos, quadrilhas, máfias; pela disponibilidade e/ou facilidade para matar; pela capacidade em incitar rebeliões, tentativas de fugas, assassinatos e mobilizar o maior número de internos para isso. Esse é um dos fatores mais levados em consideração no momento em que são distribuídos.

Dessa forma, as alas se subdividem do seguinte modo: a ala A é a que tem o maior número de internos, cerca de 420, e geralmente são pessoas que nunca estiveram presas ou que não têm envolvimento algum com qualquer organização criminosa. Ali estão reclusos os internos considerados menos perigosos. É a primeira ala ao entrar no corredor da penitenciária, a mais próxima de onde transitam os agentes e funcionários, e onde os mesmos têm maior liberdade de entrar e transitar.

Os internos ali reclusos estabelecem uma relação amistosa entre si. Muitos deles trabalham em variados serviços no interior do complexo penitenciário, tais como: faxinas, em hortas, distribuição da comida e serviços agro-industriais em geral. Assim como nas outras alas, compartilham de uma organização interna e existem relações de poder se exercendo constantemente com aqueles que dispõem de mais poder do que outros e o exercem sobre eles. No entanto, devido à alta rotatividade de internos, não existem muitos conflitos e disputas pelo poder e controle da ala. Por ser a ala para a qual são encaminhados os recém chegados, de preferência aqueles que nunca foram presos, tem um menor número de brigas, ameaças, mortes e conflitos em geral, pois o entrosamento entre os mesmos se torna superficial. Os internos ali reclusos estão constantemente entrando em regime semi-aberto e isso faz com que muitos deles fiquem a maior parte do dia fora da ala, dificultando assim o estabelecimento de relações mais consolidadas. Dessa forma, são poucos os que ficam ali por muitos anos e geralmente a maior parte do poder exercido em suas relações é exercido por esses. Sendo assim, o entrosamento e o longo tempo de reclusão são fatores importantes para o exercício do poder no interior das alas. Isso pode ser observado na fala de Marcos (nome fictício), um dos internos entrevistado: “No começo é muito difícil, tem muitos problemas, complicações, e isso aí você vai conquistando através dos tempos”; ou ainda na fala de Tiago (nome fictício), outro interno entrevistado: “Se acontece alguma coisa ninguém vai procurar o cara que chegou lá ontem, o cara não sabe de nada. Então ele vai procurar outra pessoa (...)”.

Ao seguir reto no corredor, passa-se por um segundo portão que dá acesso à ala B. Essa ala já é caracterizada por ter alguns internos com grau de periculosidade considerado maior, que estiveram mais de uma vez presos e, em sua maioria, estão envolvidos em grupos criminosos. Nesta ala já não é qualquer um que pode entrar ou permanecer, pois existe uma maior rigidez entre os que vivem nela. É uma ala com um número relativamente mais baixo de internos se comparada com a ala A, cerca de 220. Em sua maioria são jovens entre a faixa de 18 a 30 anos de idade. Isso pode ser comprovado com maior critério mediante a análise dos prontuários dos internos, ou por uma breve observação dos quadros 13 e 14 (Apêndice D).

Compartilham de uma organização interna mais complexa, com estabelecimento de regras, leis, direitos e deveres a serem seguidos por todos. Nessa ala existem relações de poder se exercendo a todo tempo, com aqueles que dispõem de mais poder o exercendo, aqueles que dispõem de menos se submetendo, e aqueles que frequentemente aspiram ao seu exercício esperando uma brecha para tomá-lo. O nível de rotatividade não é muito alto, assim como aqueles que entram em regime semi-aberto, pois estão constantemente cometendo

novos delitos. Isso favorece para que as relações de poder entre eles se tornem mais consolidadas e mais complexas, assim como as disputas pelo poder, pelo controle da ala, fazendo também com que o nível de periculosidade nessa ala se torne mais alto, aumentando o risco de conflitos e mortes. Outro fator que também propicia esse aumento é o fato de a ala B ser caracterizada por uma população mais jovem, o que faz com que muitos dos seus conflitos sejam resolvidos utilizando-se de força física, como pode ser visto através da fala de João (nome fictício), outro interno entrevistado: “(...) muitos vão na violência, muitos querem tomar o trem na violência, outros conquistam com o tempo, depende do lugar e da ocasião, aqui a maioria é mais jovem, por isso é assim”.

Ainda seguindo adiante no corredor, passa-se pelo terceiro portão, chegando na ala C, considerada pela administração da penitenciária e pelos próprios internos do complexo como a mais perigosa. Ali estão reclusos aqueles que têm um nível de periculosidade considerado maior, envolvidos com organizações criminosas, que são mais violentos, com várias mortes em seus prontuários, com um maior número de tentativas de fugas e rebeliões, com várias passagens por diferentes prisões. Alguns dos que ali estão são pessoas muito influentes, não só no interior do complexo penitenciário (intra-muros), como também no exterior (extra-muros). Ninguém entra ou sai dessa ala sem o consentimento daqueles que exercem o controle em seu interior.

Nessa ala, o número de internos gira em torno de 320; ali sua organização interna é muito complexa e se exerce constantemente, como afirma Baró (1984, p. 102), “de modo oculto”. Cada um tem uma função, existem deveres a serem cumpridos e direitos a serem respeitados, ditados por aqueles que têm mais poder na ala. Em sua maioria, sobretudo aqueles que exercem o poder ou controle da ala, são internos experientes no mundo do crime, que já estão reclusos há muitos anos.

Dentre outros fatores que podem ser vistos na análise das entrevistas, o tempo em que o interno está recluso é determinante para que se tenha uma voz ativa no interior da ala. Isso contribui muito para a organização entre si, para a constituição e exercício do poder. Na ala C, as possibilidades de conflitos, discórdias, mortes e lutas para tomar o controle da ala são muito altas e constantes. É na inter-relação com os internos dessa ala também que há um maior índice de corrupção por parte dos integrantes da administração e do policiamento. Porém, isso “é muito difícil de ser provado, pois ocorre de modo muito sutil, tomando-se todo o cuidado possível para que não seja descoberto”, como afirmou um interno do regime semi – aberto.

Existem também as alas D – 310 e D – 320, situadas em outro prédio. São alas menores, com o número de internos girando em torno de 100 e 70, respectivamente, onde se encontram, sobretudo, os internos mais idosos, muitos dos quais já não se interessam mais em participar de crimes, em consumir drogas ou praticar delitos. A maioria está em processos de recuperação e negociação para serem libertados, salvo algumas exceções. Entretanto, também estabelecem uma organização interna, a qual todos em seu interior devem se submeter, desenvolvem relações de poder entre si e existem aqueles que exercem o controle da ala, cujas vozes são mais ativas. Isso pode ser visto ao analisar a fala de Rafael, quando o mesmo diz: “Os considerados bandidos, você entendeu, que são as pessoas que se impõem, e todos tem que obedecer, aqueles que são propriamente bandidos, que cometem crimes de bandidos, como assaltos, grandes tráficos, traficantes”.

Embora existam essas subdivisões, isso não impede que, por exemplo, na ala A, não haja internos de alto nível de periculosidade ou que na ala C haja internos que não se envolvam com atividades criminosas, que têm idades mais avançadas, ou que na D – 320 haja um grupo de internos que exerce um alto nível de periculosidade. Como foi dito, existem exceções. A vida dentro das alas da penitenciária é dinâmica, está em constante movimento e transformações. Embora seja uma instituição total, como afirma Lourau (1975), com regras rígidas, códigos e normas de procedimentos inflexíveis, há também transformações e transversalidades. Hoje a ala C é considerada a que representa maior risco no interior da penitenciária, porque o poder exercido pelos internos alcançou maior complexidade, mas nada impede que isso possa acontecer em outras alas, inclusive que tenha a ala C como ponto de partida.

Além dessas cinco alas, existem também o módulo e o núcleo de custódia. O módulo está localizado em um prédio específico, denominado pelos internos como a ala do castigo. Dentro dela estão aqueles que foram banidos das outras alas pelos internos que nelas vivem ou pela própria administração da penitenciária, devido a brigas, intrigas, práticas de roubos, assassinatos, consumo de drogas. Os internos que ali estão permanecem até que algumas das alas os aceitem de volta. Ali eles são privados de uma série de regalias, como: cigarros, visitas, banhos de sol prolongados.

O núcleo de custódia é o único estabelecimento que está localizado fora da penitenciária, mas dentro do complexo penitenciário (Ver anexo A). É considerada a ala de segurança máxima e nela estão reclusos aqueles internos que têm “alto nível de periculosidade”, podendo trazer risco de vida aos demais internos, ou que têm fortes

influências externas, com alto risco de fugas; e internas, causando rebeliões, mortes e conflitos de modo geral. Ali o interno é desprovido de toda inter-relação com os demais internos, e é mantido sozinho em uma cela por tempo indeterminado. Seu único contato é com os policiais que fazem sua guarda e com seu advogado, mas “sempre com um policial acompanhando”, como afirmou um integrante da direção.

As demais alas são dedicadas a atendimentos à saúde de modo geral. Cada uma dessas alas tem um pátio próprio e é separada das outras, não havendo contatos entre os internos de diferentes alas. Cada uma delas tem modos particulares de vida, leis próprias, regras próprias, formas particulares de organizarem o seu dia a dia. As relações de poder são uma realidade, exercendo-se constantemente em todas as alas, sem exceções, assim como as lutas pelo exercício desse poder.

Todavia, existem características compartilhadas por todas as alas. Essas características dizem respeito a regras estabelecidas, que são consideradas como códigos de honra e orientam o comportamento de todos os internos. Esses códigos, como tradições, como instituições, são repassados por todos os internos a cada novo interno que é colocado no interior das alas, de geração para geração. Todos estão submetidos a essas regras e devem respeitá-las. As principais são:

1 - Regras que se referem à solidariedade entre os presos: é preciso tratar bem o companheiro, e isso é válido para todos. Ficar bem visto pelos demais é qualidade atribuída àqueles que ajudam os companheiros, principalmente os que têm acesso à parte burocrática (processo, diretoria, administração etc.). O interno deve tentar fazer todos os favores que estão a seu alcance para não ficar mal visto pelos outros. Cada ala, por exemplo, tem um ou dois monitores, que são internos escolhidos pela direção da penitenciária, em conjunto com os internos da ala, para representar a ala, as necessidades e exigências dela, assim como as comunicações por parte da direção da penitenciária também são passadas para esses monitores. No entanto, não compete só aos monitores mas a todos, ajudar uns aos outros;

2 - Há regras que se referem ao dormir. Exige-se respeito ao sono ou aos horários de dormir. Se houver uma pessoa dormindo, tem que haver silêncio pra ele dormir. Mas se alguém não está com sono e quer trocar um “diálogo” com outro, é uma falta de respeito, a não ser que esteja todo mundo acordado. Pode haver diferenças de ala para ala em suas formas de respeitarem uns aos outros; o que é respeitoso em uma ala pode ser desrespeitoso em outra, mas em todas as alas exige-se o respeito e pune-se a falta dele. Isso é feito por aqueles que exercem o controle em seu interior;

3 - Regras que se referem ao cotidiano no interior das alas: na penitenciária há muitas discórdias. Aqueles que recebem visitas, por exemplo, que ganham comida, cigarros e algum “trocado”, dividem a cela, muitas vezes, com outros detentos que nunca são visitados e, conseqüentemente, não recebem nada. Por isso, existe a regra de que um interno não pode mexer nas coisas de outro interno, sob o risco de sofrer alguma sanção. Mexer nas coisas de outro sem autorização pode resultar em sérios problemas para aquele que mexeu;

4 - Regras que se referem aos aspectos morais dos internos: a moral dos internos deve ser respeitada pelos companheiros. Propostas sexuais e xingamentos são ofensas que devem ter uma contrapartida por parte do ofendido que, ao agir desta forma, estará “provando sua moral de homem”, de acordo com um dos internos. Assim surgem muitos dos conflitos dentro das alas. Como se sabe, ao ficar durante muito tempo recluso no interior de uma cela, os internos tem algumas realizações de necessidades básicas negadas, como por exemplo, a prática sexual, e isso faz com que muitos venham a incomodar outros internos. Tal prática é tida pela maior parte dos internos como um grave insulto e, em conseqüência, resulta em conflitos ou até mesmo mortes.

5 – Existem também regras referentes à circulação de mercadorias entre os internos: o comércio é exercido amplamente e, por isso, o pagamento de dívidas é fundamental. Na penitenciária, até mesmo os estelionatários pagam suas dívidas. O não pagamento pode trazer conseqüências drásticas para um interno, como por exemplo a morte. Do mesmo modo, aquele que empresta tem obrigação de cobrar, caso contrário também fica mal visto. Não pagar as dívidas significa falta grave, de acordo com as leis desenvolvidas por eles mesmos. Nessa situação, o interno está sujeito a cobranças repetidas, que podem resultar em desfechos mais violentos;

6 – Por fim, a regra fundamental: “não cagüetar”, expressão usada tanto pelos internos como pelos agentes prisionais que significa trair, entregar o outro para a polícia. O interno que infringir esta regra, ou seja, trair os companheiros, entregando-os à administração, corre sério risco de vida, é deixado de lado pelos componentes da ala (o que é pouco provável), é transferido para o módulo (a ala do castigo), ou, o que mais constantemente ocorre, permanece na ala sob alto risco de amanhecer morto, o que acaba ocorrendo. Essa regra é a mais respeitada pelos internos e todos, sem exceção, estão submetidos a ela. Até mesmo aqueles que exercem o poder e/ou o controle da ala, que tem a voz ativa em seu interior, está sujeito a receber sanções caso a desrespeite. É sobre a jurisdição dessa regra inclusive que o poder se exerce no interior das alas do modo mais oculto possível, para que seus comandos passem despercebidos pela direção da penitenciária.

Todos esses fatores não apenas contribuem para o exercício do poder no interior da penitenciária, mas já são em si mesmos os instrumentos desse poder, já é o poder mesmo exercendo-se nas relações entre os internos. Como afirma Foucault (1979), o poder mais se exerce do que se possui, ele não é algo que se possui em abstrato, mas que faz parte da vida das pessoas e está em constante exercício no interior das relações sociais. E esse exercício se dá com tendências a se ocultar, pela posse diferenciada de recursos, como defende Baró (1984, p. 105): “um dos sujeitos da relação, pessoa ou grupo, possui algo que outro não possui ou que possui em menor grau”.

3.4 Os sujeitos: uma visão dos prontuários

Partindo dos prontuários é possível delinear um perfil dos sujeitos e, com o propósito de preservar a identidade de cada um, seus nomes são fictícios.

Tiago: tem 34 anos de idade, cursou até a 4ª série do ensino fundamental, detido há dois anos devido a práticas de roubos com ameaças de mortes e/ou seguidos de mortes, incluso no artigo 157 do código penal brasileiro. Condenado a 25 anos de prisão, recluso na ala B.

Rafael: tem 56 anos de idade, nível superior completo (Professor de educação física), detido há dez anos devido a prática de estelionato, incluso no artigo 171 do código penal brasileiro. Condenado a 8 anos de prisão, recluso na ala D – 320.

João: tem 28 anos, cursou até a 2ª série do ensino fundamental, detido há dois anos devido a práticas de roubos com ameaças de mortes e/ou seguidos de mortes, incluso no artigo 157 do código penal brasileiro. Condenado a 24 anos de prisão, recluso na ala B.

Marcos: tem 30 anos, cursou até o 1º grau completo, detido há sete anos devido a práticas de roubos com ameaças de mortes e/ou seguidos de mortes, incluso no artigo 157, e à prática de homicídio, incluso no artigo 121 do código penal brasileiro. Condenado a 45 anos de prisão, pena máxima de 30 anos, recluso na ala A.

Rodrigo: tem 28 anos, cursou até a 6ª série do ensino fundamental, detido há sete anos devido a práticas de roubos com ameaças de mortes e/ou seguidos de mortes, incluso no artigo 157, e

a falsificação de documentos, incluso no artigo 288 do código penal brasileiro. Condenado a 18 anos de prisão, recluso na ala C.

3.5 A organização dos internos e a constituição, manutenção, exercício e configuração do poder: uma visão dos internos.

3.5.1 A organização dos internos

O processo de organização dos internos se dá através do estabelecimento de regras próprias, normas próprias, linguagens e leis próprias, na maioria das vezes ditadas por grupos de internos que têm um maior vínculo com a criminalidade, que estão há mais tempo reclusos no interior da ala e que dispõem de maior capacidade de comunicação e persuasão entre os demais. Isto pode ser observado através da fala de Rafael, quando interrogado sobre suas formas de organização:

(...) nós temos uma linguagem própria, se nós quisermos falar o tempo inteiro sem que os agentes, os seguranças, ou a polícia tenham acesso a que tipo de conversa nós estamos tendo nós conseguimos. Nós temos linguagens próprias, vocabulários próprios, nós temos regras próprias, normas próprias, leis a serem obedecidas, códigos de normas, tudo que é ético numa sociedade normal.

Assim, estabelecem uma coesão entre si na tentativa de adquirir uma independência com relação à administração da penitenciária. Independência essa tão consolidada que, como na fala do Rafael, eles chegam a formar “um Estado dentro do Estado”.

Com essa expressão: “Um Estado dentro do Estado”, pode-se observar que a organização dos internos reproduz em muitos aspectos a forma de organização da sociedade de modo geral. No entanto, com suas características, formam uma micro-sociedade entre os muros da penitenciária que, por sua vez, está inserida numa macro-sociedade, e recriam suas próprias formas de viver, de se relacionarem e de se comportarem. A partir do processo de exclusão ao qual são submetidos, sendo inseridos no interior de uma penitenciária e vivendo assim à margem da sociedade, desenvolvem um processo de inclusão e exclusão a partir dos vínculos que estabelecem no interior das alas, construindo, assim, toda uma forma particular de organização da vida. Assim também podem inclusive excluir aqueles que não se enquadram em suas regras e leis, formando aquilo que Sawaia (2001, p. 107) chamará de “dialética da exclusão/inclusão”, onde o indivíduo é incluído e se inclui excluindo e vice-versa.

Os internos organizam suas vidas sempre na tentativa de evitar todos os erros possíveis que possam lhes prejudicar, mesmo que corrigir esses erros signifique ter que matar um, dois, três ou mais, e todos que estão ali dentro sabem que isso é feito por aqueles que impõem o modo de organização que acreditam ser o certo. Portanto, é preciso concordar, mesmo muitas vezes discordando, evitando o risco de sofrer sanções por parte dos próprios internos.

Analisando a fala de Rafael, pode-se visualizar melhor as suas formas de organização:

(...) dentro do presídio nós somos divididos em três castas: os considerados bandidos, que são as pessoas que se impõem, e todos têm que obedecer, aqueles que são propriamente bandidos, que cometem crimes de bandidos, como, assaltos e tráfico. A segunda casta divide-se entre os religiosos e aqueles de crimes como roubos, esse pessoal. E tem uma última casta que são aqueles que não têm o respeito da comunidade carcerária, que são aqueles que praticam o estupro, praticam assassinatos contra idosos, contra as crianças, que não são respeitados por nós. Esse pessoal já é separado normalmente por nós, logo são pessoas que não têm poder de decisão e não participam das decisões tomadas. Então são as duas castas que votam, que decidem alguma coisa.

Assim, os internos organizam suas vidas tendo por base as decisões desses dois grupos, sobretudo do primeiro, considerados por eles mesmos como bandidos. Existe a intenção, e isso é um consenso entre a grande maioria, de se evitar conflitos, brigas, desrespeitos, humilhações, na tentativa de manter uma certa harmonia entre si, de manter o *status quo*, como se pode observar na fala de Tiago: “(...) ali, ninguém está ali para mandar em ninguém, bater em ninguém, oprimir ninguém não, a gente está ali pra viver bem”. Entretanto, essa intenção de harmonizar suas relações, de se evitar conflitos, é uma realidade desde que suas regras, normas e leis sejam respeitadas por todos os internos, e isso se dá em todas as cinco alas pesquisadas, mesmo não havendo interação entre elas.

Todavia, o que se observa é que por trás dessa aparente harmonia o que se faz presente é uma autoridade extremada, no entanto, oculta, um autoritarismo imperceptível à primeira vista. Confirma aquilo que Baró (1984, p. 102) defende sobre a organização do poder no interior das relações sociais quando este afirma que: “Um dos aspectos mais importantes do poder desde o ponto de vista da psicologia social é sua tendência a ocultar-se, naturalizando-se (...)”. E é em nome dessa harmonia que se faz a violência, que se agredem uns aos outros, que se matam uns aos outros, como pode ser observado na fala de Tiago: “Tem que respeitar por que tem que respeitar, por que é assim que a banda toca e pronto e acabou”, ou quando Rafael afirma: “(...) que quando não são obedecidas merecem, são sujeitos a passarem por castigos, por banimentos de alas, ou até mesmo a morte”.

Aparentemente, essa organização se dá progressivamente e é construída em conjunto, no dia-a-dia, com o livre consenso de todos, como afirma Rodrigo: “Todo mundo que se organiza para ver o que fazer”. Entretanto, quando se analisa mais sistematicamente, pode-se observar que o modo de organização da vida no interior das alas é ditado e imposto por um pequeno conjunto de internos que exercem o total controle sobre as vidas que ali se encontram. São esses internos que estabelecem as regras, normas, leis, os direitos e deveres. Existem, portanto, comandos, e são estabelecidas hierarquias que foram se desenvolvendo no decorrer das inter-relações entre os próprios internos no interior das alas, com o objetivo de suprir suas necessidades, organizando assim suas vidas através de trocas de informações e conhecimentos, como afirma Rafael: “(...) alguns presos políticos ensinaram a hierarquia, mostraram que nós tínhamos que nos organizar”. Esse estabelecimento de comandos e hierarquias é a forma principal de organização de suas vidas no interior da penitenciária. Todas as relações, a organização da vida e do dia-a-dia dos internos estão submetidos direta ou indiretamente ao gerenciamento desses comandos, pois nada passa despercebido, como relata Tiago: “Não tem como fazer nada escondido. Então você pode até tentar esconder alguma coisa dos outros, mas você não consegue, entendeu!”. Isso pode ser contemplado também quando Rafael diz:

(...) todas as alas têm os seus conselhos, têm muita gente que não sabe, nós temos conselhos. Ele é que prepara tudo para que o comando da ala execute. É organizado, é muito mais organizado do que muita coisa aí fora (...) então, hoje nós nos organizamos bem melhor do que a própria sociedade, parte da sociedade, não vou dizer a sociedade como um todo não, mas parte da sociedade. Antes nós criticávamos e nada nunca acontecia, então nós passamos agora a usar outra estratégia, além de nós criticarmos nós também apresentamos soluções para a situação.

Dessa forma, o modo de organização da vida entre os internos no interior das alas, seja no que diz respeito à distribuição espacial entre eles ou à distribuição de tarefas, se dá a partir das regras e leis estabelecidas por um conjunto de internos que conquistaram uma voz ativa dentro da penitenciária. Essa voz ativa, esse controle de alguns sobre os demais, é construída socialmente e é considerada como algo natural e necessário, interiorizado pela maioria dos internos como o modo que deve ser mesmo. Isso é representado a partir da fala do Tiago, quando expressa que: “Se não tivesse uma pessoa que conhece todo mundo, que sabe do problema de cada um, que sabe das dificuldades que cada um tem, aí não teria organização, e se não tivesse organização o trem seria bagunçado”, como também na fala do Rodrigo, ao dizer: “Então é preciso...”.

Essa forma de organização a partir do estabelecimento de conselhos e comandos, que ditam como deve e como não deve ser o cotidiano no interior das alas, serve também para mediar as relações entre os internos e os dirigentes que, por um lado, reforçam seus modos de organização, inclusive fazendo uso disso e, por outro, até onde se sabe, acabam não tendo muitas opções a não ser aceitar. Rafael exemplifica isso de modo muito esclarecedor:

(...) quando nós somos convocados para uma reunião, a casa sempre chama o monitor da ala, que é um preso normal que executa o trabalho de intermediar a ala com os departamentos de serviços da casa, o comando da ala, e o pessoal do conselho. Por mais que eles queiram denegrir a imagem desses comandos, não adianta, é com eles que irão negociar.

Isso também pode ser observado quando Rodrigo afirma:

Já o comando é mais para representar a ala, conversar e tal, ver uma melhoria para a ala, fazer reivindicações, não deixar fazer covardia com ninguém, nem matar ninguém. Então o comando vai lá para evitar isso, para evitar problema pra ala.

Contudo, é preciso compreender também como esse poder, essa autoridade, é constituída e mantida entre os internos no interior da penitenciária para que se possa entender com mais precisão suas formas de organização. O que se manifestou como algo marcante é que toda sua organização ocorre através da formação de grupos que: a) exercem o controle no interior das alas, estabelecendo assim leis, regras, normas, linguagens e vocabulários próprios; b) esses grupos são formados em conjunto por aqueles que compartilham certas características e/ou dispõem de certos recursos, como o tempo de prisão e a experiência de vida no mundo do crime; c) isso é interiorizado psicossocialmente, tanto pelos que controlam a vida ali dentro, como pelos que são controlados, como algo natural e necessário.

3.5.2 A constituição da autoridade entre os internos: a visão de um "estado dentro do estado"

A constituição da autoridade entre os internos no interior da penitenciária deve ser analisada levando-se em consideração diferentes aspectos, pois ela não se estrutura a partir de um único ponto que se possa afirmar como fonte exclusiva de sua origem. Ao contrário disso, sua constituição se dá de forma dinâmica, através da integração de vários fatores e por meio de mecanismos diversos, e sua origem exata quase sempre é inacessível. Tampouco se pode reduzi-la a apenas uma autoridade, sendo constituída em todo o âmbito social que permeia as inter-relações entre os internos.

Dentre esses diferentes aspectos que se integram para proporcionar a constituição e estruturação de autoridade, de poder e/ou poderes entre as relações dos internos, existem aqueles que podem ser considerados como fatores externos, e aqueles que podem ser considerados como fatores internos. O que se considera como fatores externos são aqueles aspectos exteriores a um ou a outro interno, que não estão ligados à configuração da personalidade de um ou outro, ou a características interiores, intra-psíquicas, mas ao meio social em si e às suas relações. Já os fatores internos dizem respeito à singularidade do sujeito, às suas características específicas e subjetivas.

No entanto, esses fatores não estão dissociados, mas interligados numa relação dinâmica e constante. São movidos por uma relação dialética, se confirmando e se contradizendo a todo o momento. É a conjunção de todos eles que possibilita a constituição e estruturação de uma autoridade, de um poder que se exerce ininterruptamente entre e sobre os internos no interior da penitenciária. Isso pode ser explicitado ao se analisar as falas de alguns internos, que exercem e estão sob o exercício da autoridade, do poder.

Dentre os fatores externos, existem aqueles ligados às inter-relações em si. A autoridade, o poder dentro da penitenciária, se dá em grande parte a partir do tempo e da convivência dos internos durante esse tempo. Isso pode ser observado quando o Rodrigo diz: “Isso vai pela pessoa mesmo, pelo convívio da pessoa, se tem um convívio bom, se não tem problema nenhum, não é tipo assim, não tem mancha nenhuma, não oprime ninguém, não cagueta, essas coisas assim”, ou quando o Marcos afirma que:

(...) eu acho que o fator do tempo é crucial. São as pessoas que vêm quem você é, é a convivência (...) tipo assim, a cadeia tem quinhentas pessoas, aí com o passar de cinco anos você vai se tornando uma das pessoas mais antigas no lugar, aí sempre que acontece algum problema as pessoas vão começando a perguntar para você.

Ou ainda quando Tiago relata: “O fator principal mesmo é o longo dos dias, o dia a dia que o cara está aí, o tempo que o cara está aí”, e também quando o João afirmou: “Então tem que ter afinidade com todos os lados, não adianta ficar aí colado no lado dos que têm mais dinheiro e esquecer-se do outro lado”.

Quanto a esse aspecto Baró (1984, p. 104) afirma ser “uma das três características essenciais do poder, isto é, se dá nas relações sociais”. Sendo assim, ainda de acordo com Baró (1984, p. 105), “o poder constitui um fenômeno social, não puramente individual. O caráter relacional do poder significa que as relações têm com frequência um caráter de oposição e conflito, e que a relação da mesma é determinada, ao menos em parte, pela assimetria em que emerge o poder”.

Dessa forma, não são apenas o tempo e a convivência de um ou outro interno por si só no interior das alas da penitenciária que proporcionarão as possibilidades de constituição e estruturação do poder, mas o seu caráter relacional, o modo como o interno se relaciona com todos os outros ali ao seu redor, no dia-a-dia. Isso sim é um dos fatores que irá lhe conferir poder ou não, como pode ser visto quando Rafael afirma: “Esse comando normalmente é assumido por um grupo de pessoas que já provaram por atitudes ou por ações que realmente querem o bem da comunidade”, ou na fala do Tiago, quando este diz: “A palavra final é daquela pessoa que ajuda, é o cara que tem o respeito de todos. Todo mundo gosta dele por quê ? Porque ele é uma pessoa boa, fica do lado do certo, não apóia o errado, entendeu!”.

Assim, a partir das falas acima, ou ainda quando Tiago diz que: “(...) isso é pela convivência, porque pode ser o que for, se andar pelo lado errado não sei se ele vai ter a credibilidade de muitos”, o que se percebe é que a fidelidade, a credibilidade, o compromisso com os companheiros reclusos na mesma ala exercem uma enorme influência na constituição do poder, e que isso é o tempo e a convivência do interno com os demais que dirão. Fazer o certo e não o errado, nesse sentido, significa ser leal ao grupo, agir em prol da comunidade carcerária e não entregar os companheiros para a direção; no linguajar deles: “não caguetar”, o que para eles é um dos erros mais rejeitados, além de não desrespeitar as regras e leis desenvolvidas por eles, como por exemplo, não mexer nas coisas alheias, fazer silêncio quando alguém estiver dormindo, pagar suas dívidas, e assim por diante.

O certo para os internos diz respeito ao que é certo para eles, de acordo com o mundo deles dentro da penitenciária, pois, como foi dito através da fala de Rafael, eles formam “um Estado dentro do Estado”. Dessa forma, as regras e leis que formam o “Estado” no interior da penitenciária não podem ser comparadas com as regras e leis que formam o “Estado” fora dela. É só levando isso em consideração que se pode compreender as falas dos internos, como quando Rafael novamente afirma:

Então o quê que conta? São suas atitudes entendeu, seu senso de justiça, a aplicação da verdade, o respeito pelos direitos de cada um, e não diferenciar um do outro porque um tem um crime maior, outro tem um crime menor, entendeu!.

Outro fator que pode ser considerado como fazendo parte daqueles fatores externos e que também possibilita a constituição de poder na penitenciária é a vida criminal do interno, como pode ser visto no discurso de Rafael: “(...) o que vai contar é a sua carta, isto é, a consideração das pessoas que têm dentro do seu currículo de preso, os seus antecedentes criminais”, o que também está ligado as inter-relações entre os internos, e ainda quando o mesmo diz: “(...) dentro do presídio nós somos divididos em três castas: os considerados

bandidos, que são as pessoas que se impõem, e todos têm que obedecer, aqueles que são propriamente bandidos, que cometem crimes de bandidos, como, assaltos e tráfico(...)”.

O fato de o interno ser um “bandido”, do modo como os outros internos acreditam que deva ser um bandido, com todo um histórico que não contrarie isso, é um fator que lhes dá uma maior garantia de lealdade e cumplicidade e logo lhe é conferido maior autoridade, mais poder sobre os demais. A partir do momento em que um interno ou um grupo de internos começa a adquirir a confiança dos demais, da maioria, começa a se constituir uma autoridade, um poder ou poderes entre eles. A confiança é um fator fundamental para a constituição e estruturação do poder no interior da penitenciária. Rodrigo mostra isso ao dizer: “Então é preciso conseguir a confiança dos outros em você, sendo humilde, fazendo o bem”. Rafael também explicita isso em sua fala: “A confiança é um fator fundamental aqui, a palavra aqui vale, na rua não vale”. Assim, como afirma Baró (1984, p. 105), “o poder não é um objeto abstrato e não tem que confundir-lo com as coisas que se usa instrumentalmente, se trata de uma qualidade de alguém, pessoa ou grupo, em relação com outras pessoas ou grupos”.

Além desses fatores considerados externos, mas que mantêm uma relação intrínseca com fatores internos, existem todas aquelas características já relatadas anteriormente, como: a estrutura organizacional, funcional e física debilitada da penitenciária, o descaso dos órgãos competentes para com a penitenciária, assim como a capacidade de organização dos internos como um todo, com suas regras, normas, leis rígidas e disciplinas a cada dia tentando aperfeiçoar-se mais, buscando a auto-suficiência frente a administração e a equipe dirigente.

Já dentre os fatores considerados, por assim dizer, internos, que se referem às características singulares e interiores de cada interno, um considerado pelos internos como relevante para o processo de constituição da autoridade, do poder, é a humildade. Porém, essa humildade se refere à humildade de respeitar as regras estabelecidas, de ser humilde para se submeter a elas, para aceitá-las. Na fala de João isso pode ser exemplificado: “Isso aí é muito pela humildade né. Você tem que ter humildade (...)”, e na fala do Rodrigo também, quando esse afirma: “Então é preciso conseguir a confiança dos outros em você, sendo humilde, fazendo o bem”.

No entanto, o que está em causa aqui é ser humilde porque não existe outro jeito, porque tem que ser. Com o tempo vai se adquirindo respeito pelos demais e o poder começa a se constituir. Na fala de Tiago novamente isso pode ser exemplificado: “Tem que respeitar por que tem que respeitar, por que é assim que a banda toca e pronto e acabou”, ou ainda nos fragmentos da fala de Rafael, quando afirma: “(...) os considerados bandidos, que são as pessoas que se impõem, e todos têm que obedecer (...)”.

Contudo, não é só isso, pois há outros fatores que dizem respeito àquilo que Baró (1984, p. 105) denomina como: “posse de recursos”, a qual, segundo ele, é outra característica essencial do poder. De acordo com o mesmo: “Um dos sujeitos da relação, pessoa ou grupo, possui algo que o outro não possui ou que possui em menor grau (quantitativo e/ou qualitativo)”. Assim, Baró (1984, p. 105) afirma que: “Daí que o poder surge precisamente, em uma relação de desequilíbrio com respeito a um determinado objeto: Um dos membros da relação é superior em algo ao outro”. Essa posse diferencial de recursos entre os internos diz respeito às características pessoais que têm um papel determinante para a constituição e estruturação de poder nas inter-relações entre os mesmos. São elas: a capacidade de se relacionar de forma amistosa com todos os integrantes da ala, conhecer a todos, ter conhecimento, isto é, ser inteligente, ter estudo, ter capacidade de persuasão, saber comunicar-se bem, tanto para apaziguar os conflitos entre os próprios internos como para intermediar as relações dos internos com a direção da penitenciária.

Essa constituição de poder se forma, portanto, no interno com maior desenvoltura para comunicar-se, com nível de conhecimento mais elevado, aquele que consegue fazer as mediações entre as necessidades de seus companheiros de ala e a direção da penitenciária. Inclusive isso é denunciado pelos próprios internos como resultado de uma falha no que para eles deveria ser função da própria administração da penitenciária quando afirmado, por exemplo, que o que confere poder é a capacidade de fazer aquilo que deveria ser feito pelo sistema penitenciário. Um exemplo disso está na fala de João, quando o mesmo diz:

Às vezes têm uns caras lá que não tem dinheiro e precisam comprar remédio, aí o cara senta lá, troca uma idéia e fala: ó o fulano ali precisa de um remédio, aí já é feito uma vaca, cada um dá um pouquinho, junta todo mundo, porque lá é tipo uma família né, e fica todo mundo de boa. Então assim vai, ajudando as pessoas.

Isso pode ser visto também na fala de Rafael: “Então, isso é feito por nós, pelos comandos, o que deveria ser feito por eles, o que deveria ser uma função deles acaba sendo feito por quem está aqui dentro e tem essa capacidade”. Quando Tiago diz, por exemplo: “Tem que ter o presidente ali, o cara que sabe de tudo, que conhece todo mundo, sabe do problema de cada um, ajuda as pessoas conforme ele pode. Então, tem que ter, se não tiver uma pessoa inteligente, que saiba enxergar as coisas, que trabalha falando, orientando (...)”, pode-se também visualizar essas características, esses recursos.

Estas características e recursos exercem, então, um papel fundamental na constituição do poder. Isso também pode ser avaliado através da fala de Rafael, ao relatar que: “(...) se

você é uma pessoa que tem estudo, que tem capacidade, então tem até poder de convencimento com os presos em geral, que você tenha o poder de convencimento” e fica mais explícito ainda quando o Tiago diz: “É aquela pessoa que é mais inteligente, que tem mais facilidade de se comunicar, o cara que vê, enxerga a coisa mais de longe, que pensa não se a gente fizer isso pode acontecer isso”.

Todavia, embora a posse desses recursos, assim como a existência de todos aqueles fatores até agora discutidos sejam de extrema relevância, a constituição e estruturação da autoridade e do poder no interior das alas ocorrem principalmente por processos psicossociais. É por meio desses processos que o poder se torna uma realidade presente nas inter-relações dos internos dentro da penitenciária. Através de mecanismos psicossociais, o poder vai se constituindo sutilmente entre os internos. De acordo com Baró (1984, p. 100), “os sistemas sociais não são produto da interação espontânea das pessoas no interior de uma sociedade, sim o resultado de um balanço de forças na confrontação dos interesses próprios de cada grupo; os grupos com mais poder impõem aos demais seus interesses (...)”. Assim, a realidade no interior da penitenciária, como um sistema social, com características específicas, por ser uma instituição total, tal como Lourau (1977) a definiu, não é exceção e muito menos está imune a isso.

Segundo Baró (1984, p. 101):

A institucionalização supõem a consagração daquelas atividades que melhor respondem em uma circunstância concreta aos interesses dos grupos que dispõem de maior poder. Assim, a ativação das rotinas institucionalizadas supõe a realização de um domínio social: na medida em que as pessoas aceitam as normas dessas rotinas estabelecidas, e as incorporam como seu mundo na socialização, se submetem aos interesses sociais impostos através do poder.

Dessa forma, a partir das relações sociais que os internos vão estabelecendo no interior das alas da penitenciária, a constituição do poder vai se dando progressivamente, ocultando seus verdadeiros mecanismos. Baró (1984, p. 102) afirma que: “Interiorizado pelas pessoas como princípios e valores através do processo de socialização (o que constitui o controle social), o fluxo do poder vai determinando cada comportamento”. Com isso, os internos tomam esse poder como algo natural e absolutamente necessário para o bom funcionamento de suas vidas dentro da penitenciária, como pode ser visto através da fala de Rafael: “Se você me perguntar o porquê desse poder, é por que a cadeia tem que se dirigir, a coisa não pode ficar ao léu”, como também no relato de João, quando o mesmo diz: “Então, tem que ter o cara que tem mais cabeça pra não deixar acontecer as coisas piores”.

O que ocorre, portanto, é uma interiorização, pela maioria dos internos, de todas as formas de vida dentro da penitenciária, sejam as normas, as regras, as leis ou os modos de se relacionarem, por meio da institucionalização, através do processo de socialização no interior das alas. Desse modo, o poder é constituído, estruturado e reproduzido psicossocialmente no dia-a-dia pela maior parte dos internos. Aqueles que não aceitam, que indagam, que questionam e se recusam a interiorizar como seu mundo esse modo de vida dominante, são tidos pelos demais como “intrigantes, alteradores da ordem, agitadores sociais”, como defende Baró (1984, p. 107).

3.5.3 A manutenção e o exercício pessoal da autoridade: uma visão de si.

O poder em si é mantido, exercido e garante a sua reprodutibilidade com o decorrer do tempo através da manutenção das relações estabelecidas entre os internos no interior das alas. Essa manutenção não é feita por um ou outro interno, tampouco por um único interno que possui o poder supremo, absoluto sobre todos os outros, e que, como afirmava Hobbes (1983) é necessário para evitar a guerra de todos contra todos. Ao contrário disso, a manutenção e reprodução do poder na penitenciária se dá por vários poderes, como afirma Foucault (1979), por micro – poderes, e eles mais se exercem do que se possuem.

O que existe são diferentes poderes se exercendo constantemente. Isso é feito em conjunto, por vários internos, cada qual com sua função e, fazendo uso do termo preconizado por Baró (1984), cada um possuindo e utilizando-se de recursos diferenciados. Uma demonstração disso pode ser visto através do que Rodrigo diz: “Todo mundo que se organiza para ver o que fazer”, ou através da fala do Tiago: “(...) Não, cada um é diferente, cada um tem uma maneira de pensar. Então senta todo mundo e conversa, decide o que vai fazer, qual a melhor forma para resolver”. Isso pode ser observado também na fala de Marcos: “Então você junta uns seis a oito lá e a gente vai vê se é assim, se for errado então não, não vai rolar de fazer não, o certo é o certo e pronto”, na fala do João: “Não, um cara que tenha a voz no sistema todo não tem não. Porque cada ala tem seu regime, seu controle. Cada ala é diferente, uma tem um sistema de tratar as pessoas, outras têm outro”, e na fala do Rafael: “Isso é decidido com os comandos de alas, em conjunto”.

Assim, através do processo de socialização e institucionalização, com todos os mecanismos de internalização da realidade na penitenciária, os internos aprendem tarefas, adquirem comportamentos, desenvolvem capacidades e se apossam de variados recursos. Segundo Baró (1984, p. 106), “o poder está disseminado por todo o emaranhado da vida

social e a diversidade de posses de recursos proporcionará poderes diferenciados de uns sobre outros, e de umas a outras áreas”. A partir, então, da posse diferenciada de recursos, o que se faz presente nas relações interpessoais dos internos não é um único e absoluto poder, mas vários poderes exercendo-se concomitantemente.

Essa variação de recursos pode ser observada através das próprias palavras dos internos, como quando Rodrigo diz: “São várias pessoas. Têm as pessoas que tem mais comunicação na ala né”; ou quando Marcos afirma: “Então seria mesmo por ter coragem de bater de frente, de mostrar e falar”; ou ainda através da fala de João: “Olha, vai pela pessoa, pelo dia a dia do cara, o cara tem que mostrar sua personalidade, não querer ser uma coisa que ele não é. Isso depende muito mais da pessoa mesmo”, e quando Tiago afirma: “O tempo, a sua capacidade de liderança (...)”.

A manutenção e o exercício pessoal do poder são operados em conjunto, a partir da fidelidade que um interno estabelece com os companheiros de ala, o estabelecimento de uma coesão com todos, respeitando as normas e regras, respeitando a todos no interior das alas. E isso é a convivência de cada um através de suas relações no dia a dia, que propiciam as possibilidades e garantias de continuidade do exercício do poder, como pode ser visto através da fala de João: “Se você tem a voz ativa você não pode usar sua voz ativa pra ir ali num e dá uma paulada num, dá uma paulada em outro, roubar um ali, pegar um trem de outro (...)”, como também na fala do Rodrigo:

Olha, ser humilde né, ter humildade. Não é chegar e querer ficar bravo, humilhar alguém, subir em cima. (...) Já o comando é mais para representar a ala, conversar e tal, ver uma melhoria para a ala, fazer reivindicações, não deixar fazer covardia com ninguém, nem matar ninguém. Então o comando vai lá para evitar isso, para evitar problema pra ala.

Quando se observa um pequeno trecho da fala de Marcos, é possível comprovar isso também, como quando o mesmo diz: “São pessoas que querem mais o bem entendeu”. E pode também ser visto de modo muito claro quando Rafael relata: “Olha, são as pessoas que lhe dão o respaldo. Confiança não se compra, se adquire. Então tem uma hora que todos vêm que você é uma pessoa confiável e que pensa no bem da comunidade”, ou quando o Tiago afirma:

(...) é o dia a dia, a pessoa ser uma pessoa justa, que sabe o que está acontecendo realmente, que já viveu essa situação, que tem experiência de cadeia. Então é essa pessoa. Volto a dizer, essa situação ninguém consegue sozinho. Uma pessoa só não dava conta não, são várias pessoas (...) E não é uma pessoa só, isso não se atribui a uma pessoa só, tem pessoas ao lado dele, porque ninguém caminha sozinho não, lá na rua já é difícil, imagina aqui dentro.

Contudo, o fato de existirem variados poderes com base em diferentes recursos não elimina a possibilidade de existir um ou outro poder que se baseie em um ou outro recurso em específico, e que exerça maior controle sobre os demais. Como afirma Baró (1984, p. 106), “...é importante sublinhar que o poder gerado pela posse de certos recursos é maior e mais amplo, abarcador de mais âmbitos da vida social, do que pela posse de outros recursos”. Isso pode ser analisado nas falas dos internos como, por exemplo, a importância que os mesmos conferem à posse de um recurso sobre os demais, como a capacidade de comunicação, de persuasão, por exemplo. Na fala de João isso pode ser observado: “Então é a comunicação, o respeito de todo mundo, primeiro você tem que dar o respeito pra depois as pessoas te respeitarem, aí você consegue viver na harmonia”, como também na fala de Rodrigo:

Essa questão de liderança mesmo é a maioria que decide também, não é só porque uma pessoa é isso ou aquilo não, tem que ver é tudo também, a maioria que decide, é a pessoa que consegue conversar melhor aqui na frente, mais desinibida, consegue se comunicar melhor.

Essa relevância de um ou outro recurso sobre os demais pode ser contemplada também na fala de Tiago, quando afirma: “É aquela pessoa que é mais inteligente, que tem mais facilidade de se comunicar (...) porque eu sou muito comunicativo, pela minha convivência”, como também na fala de Rafael:

(...) quando há uma reunião dos seis comandos, por exemplo, com a direção, tem aquela pessoa que fala, entendeu, é aquele cara que congrega todas as idéias de todas as alas, as reclamações de todas as alas, e por ele ter muitas vezes um maior poder de oratória, e por ele ter um maior conhecimento (...) por eu ser uma pessoa inteligente, por eu saber negociar, por eu saber intermediar (...)

O que se percebe também e já foi mencionado é que a própria administração da penitenciária faz desse poder exercido pelos internos uma funcionalidade para si, como forma de manter a coesão entre os internos e de se evitar rebeliões e conflitos para com a direção. Entretanto, o que não se pode ver à primeira vista é que isso não se deve a uma escolha da direção da penitenciária, e sim a uma submissão inevitável devido a vários fatores, como por exemplo: ao grau de organização que os internos desenvolveram entre si, chegando na maioria das vezes a superar a direção; a superlotação; a falta de estrutura e organização do sistema prisional como um todo, que não conseguem manter o controle sobre os internos a não ser que os mesmos o queiram e permitam que esse controle se exerça, mas jamais o deixando somente nas mãos da direção da penitenciária.

Essa autonomia e controle exercido pelos internos podem ser comprovados claramente ao se observar a fala de Rafael, quando o mesmo afirma que:

Nós vivemos dentro da nossa própria lei, dentro das nossas regras e normas, nunca desrespeitando o que são os nossos deveres que temos para com a instituição, mas sempre colocando as nossas regras acima de qualquer coisa, como a própria sociedade faz (...) por mais que a instituição ou a direção queria impor regras e normas elas só serão obedecidas na frente deles. No momento em que eles se afastarem o que prevalece é a nossa, você entendeu?

Outro modo de suma importância que possibilita a existência e o exercício do poder e sua manutenção é a via de uma vigilância constante, ininterrupta. Essa vigilância é exercida de interno para com interno, entre eles mesmos, 24 horas por dia. Isso pode ser visto em algumas falas dos internos, como por exemplo, na fala de Rodrigo: “O que acontece ali dentro todo mundo fica sabendo”; na fala de João: “(...) porque você tá fazendo isso ali e tem uns trezentos ou duzentos que estão de olho em você (...)”; nas palavras de Rafael:

Você tem por obrigação acertar mais do que eles, eles estão sempre esperando uma falha sua para poder te cobrar, entendeu? (...) tem que ficar o tempo todo vigiando os caras para não ter nenhum problema, alguma facção que venha querer tomar o poder deles, então, eles estão vigiando 24 horas por dia, tem que ficar vigiando 24 horas por dia, para não existir complô contra eles.

Na fala de Tiago, essa vigilância também pode ser constatada: “Porque tudo vai para seu prontuário, se você fez isso vai para o seu prontuário, se fez aquilo, vai para o seu prontuário, desacato vai para o seu prontuário”.

Vê - se, portanto, que o poder está sendo exercido constantemente e em seu nome se faz a paz e também se faz a guerra. Um poder, como afirma Foucault (1979), capilar, que atinge os corpos dos indivíduos, que faz o maior uso possível dos mesmos para garantir a sua manutenção, presente em toda a estrutura espacial e a todo o momento. Que torna ou visa tornar os corpos dóceis, subjugados ao seu exercício. Essa autoridade, esse poder, como foi dito, se exerce de modo sutil, como afirma Baró (1984), sempre tendendo a ocultar-se. São poderes diferenciados, com base em diferentes recursos, como afirma Baró (1984), que se exercem tanto de internos para com internos como da administração para com os internos, produzindo-se e se reproduzindo com o tempo, através de suas inter-relações com o estabelecimento de regras, normas próprias, e toda uma forma de vida característica das instituições totais, como defende Lourau (1975), sendo internalizadas pelos internos como o mundo deles.

3.5.4 A definição do poder em si

A definição de autoridade, de poder, traz consigo tudo que os envolve a organização da vida dos internos no interior da penitenciária e intrinsecamente e explícita sua constituição, manutenção e exercício. Dessa forma, o que é definido como autoridade, como poder pelos internos é um conjunto de todos esses processos pelos quais os mesmos estão sujeitos através de suas inter-relações. É definido e concebido a partir de características, ora externas ao indivíduo, como por exemplo, o tempo de reclusão, os tipos de crimes que se cometeu, que não deixam de estar referidos às características singulares referenciadas a traços de personalidade, às formas de ser e de se portar de um ou outro.

As formas de conceber o poder estabelecido pelos internos estão intrinsecamente ligadas à vida prática, a seus modos de proceder, às suas inter-relações no interior da penitenciária. Dessa forma, a existência ou não de poder só é determinada a partir da mediação dessas relações, como pode ser observado em suas falas, quando, por exemplo, Tiago afirma que: “O cara que sabe de tudo, que conhece todo mundo, sabe do problema de cada um, ajuda as pessoas conforme ele pode. Então tem que ter, uma pessoa inteligente, que saiba enxergar as coisas, que trabalha falando, orientando”; ou quando Rafael diz: “Por eu saber negociar, por eu saber intermediar, por eu saber o que é certo e o que é errado, então tudo isso favorece para eles me alicerçarem, então eu sou útil para eles aqui”; como também pode ser visto ao se observar as falas de João: “O cara tem que mostrar sua personalidade, não querer ser uma coisa que ele não é (...) então tem que ter o cara que tem mais cabeça pra não deixar acontecer as coisas piores”; e de Marcos, quando diz: “É pela sua capacidade, pelo que você é capaz de fazer”; e ainda através do relato de Rodrigo, ao dizer: “No sentido assim né, uma pessoa mais de boa, mais tranqüila, que tem a liderança”.

Contudo, existe algo que envolve não só a organização da vida entre os internos no interior das alas, as constituições, manutenções e exercícios dos poderes entre os mesmos, mas toda a estrutura da penitenciária em si, seus aspectos funcionais e estruturais. São mecanismos implícitos, ocultos, que só podem ser analisados mediante uma observação atenta de toda realidade da penitenciária, tanto no que diz respeito a sua estrutura física, espacial como um todo, como à estrutura funcional e relacional entre a equipe administrativa e os internos.

Ao se observar e analisar todo o processo de organização da vida da equipe administrativa no interior da penitenciária, a partir da pesquisa realizada pode-se assegurar uma profunda semelhança com o processo de organização da vida dos internos no interior das alas, com suas relações, divisões hierárquicas e também espaciais. Pode-se observar que o

processo de constituição e manutenção das estruturas de poder entre os internos no interior das alas traz consigo uma intrínseca relação também com o processo de constituição e manutenção das estruturas de poder entre os dirigentes da penitenciária e entre a equipe administrativa como um todo. Existe entre essas duas formas de organização social, no interior do mesmo espaço físico uma relação de reciprocidade e mútua influência.

O que se quer dizer é que essas duas formas de organização social, a administração da penitenciária e os internos reclusos no interior das alas, se alimentam uma da outra e possibilitam as condições de reprodução da constituição, manutenção e estruturação do poder no interior da penitenciária. Essas formas propiciam ainda a continuidade da existência de uma e de outra. Ambas as organizações têm como base um poder se exercendo de forma oculta, isto é, vários poderes, micro-poderes, que se baseiam na posse diferenciada de recursos e ambas conferem grande importância à convivência que estabelecem no interior do espaço físico onde se encontram. Uma é dependente da outra, utilizam-se uma da outra mútua e concomitantemente, possibilitando assim a existência e legitimação do exercício de poder dentro da penitenciária.

INSTITUIÇÃO E PODER: UMA VISÃO DA/NA PENITENCIÁRIA.

Essa questão de liderança mesmo é a maioria que decide também, não é só porque uma pessoa é isso ou aquilo não, tem que ver é tudo também, a maioria que decide, é a pessoa que consegue conversar melhor aqui na frente, mais desinibida, consegue se comunicar melhor (RODRIGO).

Como foi visto, com o decorrer do processo de socialização, a partir das interações sociais que vão se estabelecendo entre os indivíduos que compõem uma sociedade, padrões de comportamentos e normas sociais vão sendo ditadas, passando a reger a vida daqueles que convivem entre si. Essas formas de proceder vão sendo reproduzidas e, com o tempo, passadas de geração para geração, ocorrendo um processo de institucionalização, já discutido anteriormente, pelo qual se dá o desenvolvimento e o nascimento de instituições. Através dessas instituições, tais como, a família, a educação, o trabalho, a linguagem, entre outras, é que a sociedade se organiza para viver em conjunto.

Paralelamente ao desenvolvimento das instituições desenvolvem-se também diferentes formas de relações entre aqueles que compõem uma sociedade. Essas diferentes formas de relações são mediadas por vários mecanismos que se desenvolvem a partir e no interior dessas próprias relações. Um desses mecanismos é o poder, presente a todo o tempo no interior das inter-relações sociais. Através das relações de poder a organização da vida em sociedade torna-se mais complexa e mais sistemática. Essa sistematização se dá em todos os âmbitos sociais, de modo que se pode afirmar que onde há relações humanas há relações de poder institucionalizando-se. Sendo o poder uma realidade inerente a toda a vida social, estabelecimentos construídos socialmente para contemplar objetivos específicos, também definidos socialmente e onde se encontram pessoas em seu interior, não são exceção.

Dessa forma é que se pode defender a tese de que, numa penitenciária onde encontram-se detidos cerca de 1400 homens convivendo constante e ininterruptamente durante anos, existe um poder, ou seja, poderes exercendo-se a todo o tempo. Estes dão força e impulsionam o desenvolvimento de novas instituições peculiares à vida ali dentro,

propiciam a reprodução de antigas instituições que vão transversalizando o interior da penitenciária, atravessando toda sua estrutura e mais do que isso, poderes que se fazem presentes de tal modo que toda a organização da vida está circundada por eles e se exercem sob suas doutrinas.

Assim como na sociedade ampla existem regras e normas a serem seguidas e instituições consolidadas, no interior de uma penitenciária também há. Assim como na sociedade existem mecanismos de poder exercendo-se e mediando todas as relações, numa penitenciária também há. As formas de vida dentro da penitenciária se assemelham em muito ao modo de vida fora dela e, em muitos casos é o próprio reflexo e reprodução da vida de uma sociedade de forma geral. Uma evidência disso é que instituições tão enraizadas no meio social como um todo, como a educação, a família e a linguagem, transpassam os muros da penitenciária e fazem parte da organização da vida daqueles que estão em seu interior. No entanto, com o decorrer do tempo, todas essas instituições reproduzidas no interior da penitenciária vão tomando configurações próprias, particulares, sendo reconhecidas apenas por quem vive sob elas. A instituição educação continua existindo dentro da penitenciária, mas agora arregimentada e direcionada para outros ideais, assim como acontece com a família e a linguagem, configurando-se conforme se dá o processo de socialização em seu interior.

Desse modo também ocorre com o poder, isto é, com os poderes. A penitenciária, em muito se assemelha na constituição e estruturação dos poderes existentes na sociedade de forma geral, porém são constituídos, estruturados e exercidos a partir de toda uma organização peculiar à vida no seu interior. E isso não pode ser compreendido senão a partir de dentro da própria penitenciária, e não o contrário.

Assim também como as instituições e processos sociais de poder fazem eco no interior da penitenciária, seria um erro acreditar que os mecanismos de poder constituídos e estruturados dentro dela não façam eco na sociedade. Essas relações são dinâmicas e não estáveis e se desenvolvem por um processo histórico complexo.

Portanto, ao contrário do que se tem feito, para compreender melhor os efeitos das formas do poder exercido de dentro da penitenciária para fora na sociedade e as possibilidades de transformações, é aconselhável que se compreenda primeiro o interior da penitenciária. Quanto a isso, a psicologia social ainda tem muito a contribuir. Concluindo e parafraseando Marx (1978), é possível dizer que: o poder dentro da penitenciária se constitui e se estrutura através de múltiplas determinações. O poder na instituição penitenciária deve ser tomado

como “unidade no diverso”. Impossível compreender sua constituição e estruturação sem compreender suas mediações. Foi com isso que se pretendeu contribuir com esse estudo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. A Política. In: Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril cultural, 1983.

BAREMBLITT, G. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e prática. 5º Ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guattari, 2002.

BARROS, R. D. B. Intervenção psicossociológica. In: Psicossociologia, análise social e intervenção. (pp. 165 – 169). Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

BARÓ, I. M. El poder social (pp. 97 – 217). . In: Psicología social V. El Salvador: Universidad Centroamericana José Simeon Calias, 1984.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 6º Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. Instituições, grupos sociais, socialização e identidade. (pp. 201 – 219). In: Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

CAMPOS, R. H. F. (Org). Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade a autonomia. In. J. C. Rochael Nasciutti, A Instituição como via de acesso a comunidade. (pp. 100 – 126). Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CANETTI, E. Massa e Poder. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FOUCAULT, M. A Microfísica do Poder. 19º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. 31º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FRENCH, J. P. & RAVEN, B. H. The Bases of Social Power. Em D. Cartwright (Ed.). Studies in Social Power. Ann Arbor: Institute for Social Research, 1959.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

HOBBS, T. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Coleção os Pensadores. São Paulo: Editor Victor Civita, 1983.

LANE, S. T. M. O Indivíduo e as instituições: O processo grupal. In: Psicologia Social: O homem em movimento. 4º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAPASSADE, G. Grupos, Organizações e Instituições. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1977.

LAPASSADE, G. & LOURAU, R. Chaves da Sociologia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

LOURAU, R. A análise Institucional. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LUKES, S. Poder e Autoridade. In: **BOTOMORE, T. & NISBET, R. S.** História da Análise Sociológica . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 823 – 873.

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RAVEN, B. H. Social Influence and Power. Em **I. D. Steiner & M. Fishbein.** Current Studies in Social Psychology. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1965.

SAWAIA, B. B. O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/ Inclusão. In: As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

WEBER, M. Poder e Dominação. (p. 33) In: Economia e Sociedade. 3º Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WEBER, M. Os Tipos de Dominação. (pp. 139 – 198). In: Economia e Sociedade. 3º Ed.. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás pelo telefone 3946 - 10 - 70.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **Instituição Total e Poder**

Pesquisador Responsável: **Jônatas Dias Teixeira**

Telefone para contato: **(62)3946 - 11 - 16**

Orientadora do Projeto de Mestrado: **Dr^a Anita Cristina Azevedo Resende**

Esta pesquisa refere-se a um trabalho de Mestrado em Psicologia, vinculado ao Programa de Pós - Graduação *Stricto Sensu* (PSSP) em Psicologia – Processos Psicossociais – da Universidade Católica de Goiás, sendo requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

A presente pesquisa justifica-se primeiramente pela escassez de trabalhos e estudos científicos que versam especificamente sobre as relações de poder entre indivíduos mantidos em regime integralmente fechado nos presídios brasileiros, e em segundo lugar, pela estreita vinculação com a realidade atual dos presídios no Brasil, onde as relações de poder entre indivíduos do sexo masculino tem atingido proporções cada vez maiores, ultrapassando as barreiras internas dos mesmos e proporcionado vastas discussões entre os mais variados campos do conhecimento, daí sua relevância e proposta de contribuição.

Este estudo objetiva assim compreender como se constituem os processos de estruturação de poder entre os indivíduos do sexo masculino incluídos no regime integralmente fechado de um Complexo Penitenciário de Goiânia (Aparecida de Goiânia) da Secretaria de Estado da Justiça.

Será realizada uma entrevista individual, com duração máxima de uma hora. A entrevista será realizada no período diurno, no horário a ser combinado entre a direção, participante e pesquisador. Para isso, será utilizada uma sala apropriada, arejada e em boas condições de iluminação, utilizada pelo Serviço de Assistência Psicológica da Penitenciária. Será utilizado apenas um gravador com algumas fitas para gravar toda a entrevista. O participante será buscado em sua cela por um agente penitenciário e/ou pela psicóloga da Instituição, e será trazido até a sala de entrevista, onde ficará na presença do pesquisador. O agente penitenciário permanecerá à porta da sala que se manterá apenas encostada, para que não cause uma possível coação ao participante.

São asseguradas ao participante todas as condições éticas, total sigilo de todas as informações concedidas, sendo as mesmas utilizadas única e exclusivamente para fins da pesquisa, não podendo ser utilizadas em hipótese alguma para qualquer outro propósito, de modo que em caso de descumprimento do mesmo, o pesquisador será penalizado segundo o Código de Ética em Pesquisa e/ou de Psicologia. Dados como nome do participante será substituído por nomes fictícios, e outros como CPF e RG não serão incluídos na elaboração do trabalho, de forma que assegure a privacidade e identidade do participante.

Riscos inerentes a participação na pesquisa: Mesmo que mínimo, a pesquisa poderá acarretar alguns riscos à saúde e/ou a vida do participante, tais como: Desavenças e intrigas de qualquer ordem entre o participante e os demais internos, ou até entre alguns agentes penitenciários quando o mesmo retornar ao convívio com os demais internos, ou mesmo antes, quando se propuser a participar da pesquisa. Acaso isso ocorra será prestado todo o auxílio policial para que sua integridade física, mental e sua vida seja preservada, e nos prontificaremos, como condutores da pesquisa, conjuntamente aos assistentes psicológicos da Instituição, a dar toda e qualquer contribuição necessária para qualquer esclarecimento aos demais internos, de forma que o conflito seja resolvido.

Benefícios decorrentes da participação na pesquisa: Com as informações prestadas, poderá se obter uma maior compreensão de como se dá as relações sociais, de estruturas de poder no interior da penitenciária, e o que essas estruturas acarreta de negativo e positivo àqueles que exercem e que estão submetidos a elas. A partir dessa melhor compreensão poderá ser discutidas políticas, em parceria com a direção da Penitenciária, que possam contribuir para mudanças que tornem a vida dos internos mais dignas, que torne as relações entre direção (Policiais, agentes prisionais) e internos mais harmoniosas, de modo que essas estruturas de poder possam ter uma utilidade positiva tanto para os internos quanto para a direção da Penitenciária.

O participante tem total direito de fazer perguntas que lhe esclareça melhor os propósitos da pesquisa, de se recusar a participar da mesma, e também de se recusar a responder qualquer pergunta que possa vir a lhe causar constrangimento ou outro incômodo, assim como retirar a qualquer momento o consentimento e sua participação na pesquisa, sem que isso lhe infrinja qualquer dano. Não é de interesse da pesquisa saber nomes e os mesmos não serão requisitados em momento algum. Caso o participante não concorde com o uso do gravador este poderá ser retirado e substituído por anotação manual. Caso seja indispensável a presença de um Agente Penitenciário dentro da sala, isso só ocorrerá com o consentimento do participante.

•Nome do pesquisador:_____

•Assinatura do pesquisador:_____

• Data: __/__/_____

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO
SUJEITO

Eu, _____ RG nº _____
CPF nº _____ de prontuário nº _____ abaixo assinado,
concordo em participar do estudo “Instituição Total e Poder, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Jônatas Dias Teixeira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local: Complexo Penitenciário de Goiânia (Aparecida de Goiânia), da Secretaria de Estado da Justiça, antiga Agência Goiana do Sistema Prisional, na Unidade Coronel Odenir Guimarães.

Data: ___/___/___

Nome do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligada à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações complementares:

APÊNDICE B

Goiânia, 20 de setembro de 2007.

Universidade Católica de Goiás - UCG
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Solicitação

Solicito através desta a realização da pesquisa de Mestrado do psicólogo Jônatas Dias Teixeira _____, (CRP. 09/004549), matriculado regularmente, nº de matrícula 2006 105 500 300 18, no Programa de Pós - Graduação *Stricto Sensu* (PSSP) em Psicologia – Processos Psicossociais – da Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Anita Cristina Azevedo Resende _____, no Complexo Penitenciário de Goiânia, da Secretaria de Estado da Justiça, sob a autorização concedida pelo Diretor Administrativo da unidade, Francisco de Assis Pires

.....

A pesquisa (Com o Título: Instituição e Poder: Visões do interior da penitenciária) consiste em apenas um momento:

Será realizada uma entrevista individual, com duração máxima de uma hora e trinta minutos, com oito internos mantidos em regime fechado na Unidade Coronel Odenir Guimarães. Os internos foram selecionados por critérios objetivos, a partir de uma lista cedida pelo Diretor Administrativo da Unidade e pelo Serviço de Inteligência da Instituição, onde constam os nomes de trinta líderes das alas A, B, C, D-310 e D-320. A entrevista será realizada no período vespertino, no horário a ser combinado entre a direção, participante e pesquisador, de forma que não atrapalhe qualquer atividade da Instituição. Para isso, será utilizada uma sala apropriada, arejada e em boas condições de iluminação, utilizada pelo Serviço de Assistência Psicológica da Penitenciária.

São asseguradas ao participante todas as condições éticas, total sigilo de todas as informações concedidas, sendo as mesmas utilizadas única e exclusivamente para fins da pesquisa, não podendo ser utilizadas em hipótese alguma para qualquer outro propósito, de modo que em caso de descumprimento do mesmo, o pesquisador será penalizado segundo o Código de Ética em Pesquisa e/ou de Psicologia. Dados como nome do participante será substituído por nomes fictícios, e outros como CPF e RG não serão incluídos na elaboração do trabalho, de forma que assegure a privacidade e identidade do participante.

A pesquisa não acarretará qualquer risco à saúde e/ou a vida do participante. O participante tem total direito de fazer perguntas que lhe esclareça melhor os propósitos da pesquisa, de se recusar a participar da mesma, e também de se recusar a responder qualquer pergunta que possa vir a lhe causar constrangimento ou outro incômodo, assim como retirar a qualquer momento o consentimento e sua participação na pesquisa, sem que isso lhe infrinja qualquer dano.

Firmo verdadeiras essas informações. Atenciosamente

Jônatas Dias Teixeira (CRP: 09/004549)

Orientadora: Dr.^a Anita Cristina Azevedo Resende

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 – Identificação (Para simples confirmação dos dados do prontuário):

Idade:

Nível de instrução:

Tempo de Prisão:

Tempo de Condenação:

Crime cometido:

Ala em que está recluso:

2 – Aspéctos relativos à Autoridade nas inter-relações entre os internos da Penitenciária:

1 – Como se dá a organização entre vocês, de suas vidas dentro da Penitenciária?

2 – Existem relações de autoridade entre os internos? Se sim, como elas se formam, se constituem? De que maneira se estabelecem?

3. Existe alguém que tem mais autoridade aqui dentro? Se sim, quem, o que o leva a ter? Como a(s) autoridade(s) se mantém no interior da Penitenciária?

4 – Você se reconhece como alguém com autoridade dentro da Penitenciária? Se sim, frente a quem ela se exerce e como é constituída, estabelecida e mantida?

5 – E o que leva a autoridade dos outros dentro da Penitenciária a serem constituídas, estabelecidas e mantidas?

APÊNDICE D – QUADROS

Quadros de idades, tempo de prisão, profissão, nº de filhos, religião, grau de instrução, cor, tempo de condenação, residência e crime.

Quadro 1 - Relação de internos por intervalos de idades

Intervalos de idades de 5 em 5 anos	Número de internos por intervalos de idades
18 a 22	1
23 a 27	1
28 a 32	7
33 a 37	4
38 a 42	4
43 a 47	2
48 a 52	1
53 a 57	1
Total de internos	21

Quadro 2 - Relação de internos por intervalos de tempo de prisão

Intervalos de tempo de prisão de 2 em 2 anos	Número de internos por intervalos de tempo de prisão
0 a 2	3
3 a 5	5
6 a 8	10
9 a 11	2
12 a 14	0
15 a 17	1
Total de internos	21

Quadro 3 - Relação de internos por intervalo de idade e por Alas

Intervalo de idades	Número de internos por Alas				
	A	B	C	D - 310	D - 320
18 a 22		1			
23 a 27	1				
28 a 32	1	2	3	1	
33 a 37	1	2	1		
38 a 42	2			1	1
43 a 47	2				
48 a 52	1				
53 a 57					1
Número total de internos	21				

Quadro 4 - Relação de internos por tempo de prisão e por Alas

Intervalo de tempo de prisão	Número de internos por Alas				
	A	B	C	D - 310	D - 320
0 a 2		3			
3 a 5	3	1	1		
6 a 8	5	1	3	1	
9 a 11				1	1
12 a 14					
15 a 17					1
Número total de internos	21				

Quadro 5 - Relação de internos por profissão

Profissões	Nº de internos por profissão
Auxiliar de produção	1
Lavrador	1
Eletricista	1
Motorista	3
Tratorista	1
Pedreiro	2
Serralheiro	2
Auxiliar de biblioteca	1
Overloquista	1
Açougueiro	1
Balconista	1
Mecânico	1
Vendedor / Comerciante	3
Estudante	1
Pintor	1
Total de profissões = 15	Total de internos: 21

Quadro 6 - Relação de internos por número de filhos

Número de filhos	Número de internos por quantidade de filhos
0	10
1	1
2	5
3	2
4	3
Total de internos	21

Quadro 7 - Relação de internos por religião

Tipos de religiões	Número de internos adeptos a cada religião
Não tem religião	5
Católica	11
Evangélica	5
Total de internos	21

Quadro 8 - Relação de internos por grau de instrução

Grau de instrução	Número de internos por grau de instrução
Não consta no prontuário	3
Analfabetos	1
Semi-analfabetos	1
Ensino fundamental incompleto, até a 1º	1
Ensino fundamental incompleto, até a 2º	2
Ensino fundamental incompleto, até a 3º	0
Ensino fundamental incompleto, até a 4º	3
Ensino fundamental incompleto, até a 5º	2
Ensino fundamental incompleto, até a 6º	2
Ensino fundamental incompleto, até a 7º	3
Ensino fundamental completo, até a 8º	2
Ensino médio e superior completo	1
Totais	
Total de graus de instrução que não constam nos prontuários	3
Numero total de analfabetos	1
Número total de semi-analfabetos	1
Número total de ensino fundamental incompleto	13
Número total de ensino fundamental completo	2
Número total de ensino médio e superior completos	1
Numero total de internos	21

Quadro 9 - Relação de internos por cor

Cor característica	Número de internos por cor
Branca	8
Morena	9
Parda	4
Número total de internos	21

Quadro 10 - Relação de internos por tempo de condenação

Tempo de condenação num intervalo de 5 em 5 anos	Número de internos por tempo de condenação
Não consta no prontuário	1
1 a 5	1
6 a 10	1
11 a 15	5
16 a 20	2
21 a 25	4
26 a 30 (Pena máxima) – Incluídas penas de 38, 45 (2 presos), 47, 51, 52 e 75 anos	7
Número total de internos	21

Quadro 11 - Relação de internos por local de residência

Goiânia – Goiás	9
Anápolis - Goiás	1
Firminópolis - Goiás	1
Iporá - Goiás	1
Inhumas - Goiás	1
Brasília – Distrito Federal	1
Unai – Minas Gerais	1
Pedra Preta – Mato Grosso	1
Araçatuba – São Paulo	1
Duracema – São Paulo	1
Araripina - Pernambuco	1
Amaporã - Paraná	1
São Luiz - Maranhão	1
Total de cidades = 13	Número total de internos = 21

Quadro 12 - Relação de internos por tipo de crime

Tipos de crimes	Nº de crimes, sendo mais de 1 por interno
Roubo c/arma de fogo e/ou tentativa de homicídio e/ou seguido de morte (Art.157)	16
Tráfico de drogas (Art. 12)	7
Homicídio (Art. 121)	6
Formação de quadrilha (Art. 288)	4
Porte de arma (Art. 10)	2
Furto (Art. 155)	2
Uso de documento falso (Art.304)	2
Porte de drogas (Art. 16)	1
Estelionato (Art. 171)	1
Lesão corporal (Art. 129)	1
Seqüestro (Art. 159)	1
Estupro (Art. 213)	1
Receptação	1
Total de crimes - 13	Total de incidências - 45

Quadro 13 - Relação dos internos por idade, tempo de prisão, tipo de crime e tempo de condenação, com base em suas relevâncias numéricas dos correspondentes quadros anteriores e que tenham em comum os quatro aspectos.

Iniciais do nome	Idades entre 28 a 42 anos	Tempo de prisão entre 0 a 8 anos	Tipos de crimes entre os artigos 12; 121; 157; 288	Tempo de condenação entre 11 a 30 anos
M. V. (Ala B)	28	2	157	24
* E. R. (Ala C)	28	7	157; 288	18
C. B. (Ala C)	28	6	12; 121	18
W. M. (Ala C)	29	5	121; 157	13
* L. C. (Ala A)	30	7	121; 157	45 (30)
A. J. (Ala B)	30	7	12; 157	11
D. S (D-310)	32	9	12; 16; 157	51 (30)
* E. R. (Ala B)	34	2	157	25
**J. (Ala C)	36	6	10; 12; 304	13
B. P. (Ala A)	37	7	157; 288	52 (30)
J. C. (Ala A)	38	7	157	47 (30)
S. A (A D-310)	38	6	157; 288	45 (30)
J. M (Ala A)	40	3	12; 157	21
	Média = 32,92	Média tempo de prisão = 5,69		Média = 22,53
Total de internos	13			

Quadro 14 - Relação dos internos delimitada por um intervalo determinado de idade, tempo de prisão, tipo de crime e tempo de condenação, com base em suas relevâncias numéricas dos correspondentes quadros anteriores e que tenham em comum os quatro aspectos (Acrescentado o grau de instrução).

Iniciais do nome	Grau de instrução	Idades entre 28 a 42 anos	Tempo de prisão entre 0 a 8 anos	Tipos de crimes entre os artigos 12; 121; 157; 288	Tempo de condenação entre 11 a 30 anos
M. V. (Ala B)	2º Série	28	2	157	24
* E. R. (Ala C)	6º Série	28	7	157; 288	18
C. B. (Ala C)	8º Série	28	6	12; 121	18
W. M. (Ala C)	2º Série	29	5	121; 157	13
* L. C. (Ala A)	1º Grau	30	7	121; 157	45 (30)
A. J. (Ala B)	4º Série	30	7	12; 157	11
D. S (Ala D-310)	__//__	32	9	12; 16; 157	51 (30)
* E. R. S. (Ala B)	4º Série	34	2	157	25
**J. (Ala C)	7º Série	36	6	10; 12; 304	13
B. P. (Ala A)	4º Série	37	7	157; 288	52 (30)
J. C. V. (Ala A)	__//__	38	7	157	47 (30)
S. A. M. N. (Ala D-310)	__//__	38	6	157; 288	45 (30)
J. M. G. J. (Ala A)	7º Série	40	3	12; 157	21
D. C. F. (Ala D – 320)	Superior (Prof. Ed. Física)	56	10	171	8
Total de internos					14
Médias		Média = 32,92	Média tempo de prisão = 5,69		Média = 22,53

APÊNDICE E – 1º ENTREVISTA

- Sujeito 1 – Tiago (fictício), com 34 anos de idade, cursou até a 4º série do ensino fundamental, detido há dois anos devido a práticas de roubos com ameaças de mortes e/ou seguidos de mortes, incluso no artigo 157 do código penal brasileiro. Condenado a 25 anos de prisão, recluso na ala B.

Primeiro, a relação nossa é uma relação que já vem da rua, por que o cara quando ele trilha esse caminho ele conhece muita gente. Igual você, você estudou ali então quando você se formar com certeza você vai encontrar uma ex – colega de faculdade, num setor diferenciado ali, e ali então você já tem uma convivência, você já sabe como tratar, como lhe dar, como cuidar, a mesma coisa é a cadeia. Então quando você chega, se você é uma pessoa boa, gente boa, quando você chega os caras já falam: “Não, o cara ali é uma pessoa boa, gente boa, sangue bom, tranqüilo, vai morar aqui com a gente”. Muito difícil, muito difícil, muito difícil de chegar na penitenciária e não conhecer ninguém, por que o cara trilhou aquele caminho ali, já tem tempo que ele vem ali, então ele já conhece da rua, como eu acabei de te falar. Quando ele chega aí, que a pessoa fala por ele, que já está aí, aí os que estão junto também vão respeitar aquela idéia do cara, eles pensam: “o cara já ta com a gente aí e falou que o cara é gente boa, então ele é de boa”, e essa pessoa que acabou de chegar aí ela vai fazer sua caminhada, é o seu dia-a-dia que vai mostrar pra todo mundo quem que é ele. Ali ninguém oprime ninguém.

Não, não é um fator crucial não, mesmo se não conhecer Jônatas, o cara já vem indicado para outra pessoa que fala: “Não, chegar lá você procura fulano de tal e fala que foi eu que te indiquei”. Então não é crucial, pode não conhecer ninguém, porque aqui, ali, ninguém está ali pra mandar em ninguém, bater em ninguém, oprimir ninguém não, a gente está ali pra viver bem. Porque o que a gente não quer é o cara que vem lá da rua, porque a gente lutou pra deixar a coisa do jeito que está, bem pra todo mundo, o cara vem lá da rua hoje e amanhã ele querer mudar uma coisa que a gente demorou construir, entendeu? Muito tempo, passou por muita coisa, muita tribulação.

Tudo, a tudo, por que antigamente aconteciam muitas coisas ruins, entendeu? Muitas guerras, muitas coisas ruins, e aquilo ali, quem quer ficar de boa vai se sentindo acuado, vai vendo aquelas coisas. Porque o cara que escolheu essa vida pra viver, escolheu para viver bem, então tem certas coisas que incomodam entendeu. Por exemplo, um pai de família, um

cara que nunca foi bandido chegar e os caras começarem a botar ele pra ralar, aquilo ali incomoda a gente. Então, o cara chegou aqui ele cometeu um crime de homicídio, uma pessoa que nunca foi malandro, as vezes cometeu um crime lá na rua de homicídio...

Isso! Igual naquele caso. O cara chega na cadeia não sabe o que é cadeia, não sabe o que é malandragem, nunca viveu nesse mundo, o bicho chegar ali não é justo que ele passe por nenhum tipo de constrangimento. Constrangimento que a gente fala é o quê, porque lá na rua as pessoas pensam que chegou na cadeia vai apanhar, qualquer coisa que acontecer vai ser esfaqueado, já vai usar drogas, não, lá na rua que está mais fácil para acontecer isso. Se ta entendendo? Lá na rua é que ta mais fácil. O cara vem pra cá, lá na rua é que tem armas, é que tem drogas, que tem prostituição, entendeu? Que tem bebida, álcool. Tem cara que na hora que bebe uma cerveja fica nervoso, já ali naquele momento ali ele já faz uma besteira e já pode ir parar na cadeia. Só que essas pessoas que eu falo que a gente lutou para que ficasse do jeito que está hoje, é do jeito que está hoje, bom. Há quanto tempo que você não vê uma rebelião aqui, nem morte?! Acontece? Acontece, mas se tenta evitar ao máximo. É que nem eu acabei de te falar, ninguém está aqui para fazer mal para ninguém, só que tem casos que fogem do controle, como acontece lá na rua. Até numa abordagem de rotina da polícia acontece um homicídio.

A situação, a explosão do homem mesmo, só que quando acontece isso é quando a coisa está muito séria, porque antes de acontecer isso muitas pessoas já conversaram. Não tem como você fazer nada escondido.

Então você pode até tentar esconder alguma coisa dos outros, mas você não consegue, entendeu?! Então a maioria, a maioria dos reeducandos, das pessoas que estão lá em baixo hoje só querem pagar sua pena sem problema nenhum e ir embora, para ter, é o que a gente sempre fala, retornar pra ter um bom relacionamento no lar e na sociedade, voltar de novo, tentar arrumar um emprego, mudar de vida, como acontece com algumas pessoas que não ta nem aí pra nada. Sempre tem aqueles que não estão nem aí pra nada, todo o mundo, sempre tem, em todos os setores, não é só aqui, é em todo lugar. Você pode ser psicólogo, você sabe que eu não estou mentindo, e trabalhar num setor, de dez pessoas que trabalham, de dez amigos, oito ou seis tem a mesma linha de pensamento que você, o restante não. Talvez você tenha uma linha de pensamento que ninguém, ali todo mundo pensa diferente. Cada um com um pensamento, num caminho diferente mesmo exercendo a mesma profissão. Então isso aí é do homem entendeu?!

É a essência de tudo é a harmonia.

Não existe isso de grupos, existe é o seguinte: A gente que tem o respeito, no caso, que já está lá na ala há mais tempo, que já conquistou o espaço, já tem o respeito, se acontece alguma coisa ninguém vai procurar o cara que chegou lá ontem, o cara não sabe de nada. Então ele vai procurar outra pessoa e falar: “Olha, ta acontecendo isso, isso e isso, eu estou com uma dificuldade e queria que você me ajudasse. Aí nós vamos tentar resolver. Na maioria das vezes a gente resolve. Só que esse mundo é complicado, por que quem está nessa vida lá arruma mais inimidade do que amizade. Então muitas inimidades que você construiu lá na rua, são tudo bandido, tudo malandro, ladrão, traficante, assassino. Então se acontecer alguma coisa vocês vão se encontrar aonde? Na penitenciária. Aqui o cara já está ali há dois, três anos já, neurótico, doido pra ir embora, tudo o que acontece lá na rua quem sofre somos nós, entendeu?! E criaram a lei né, federal, onde nós ganhamos o benefício, do crime hediondo vai ser aceita a progressão de regime. Aí o cara cometeu lá no Rio de Janeiro, aquele crime né do menino, um cara, dessas pessoas que a gente está falando, eu fico pensando, um cara desse não é digno nem de viver, fazer aquilo com uma criança, todo mundo sabe, nós também sofremos com isso, aí eles falam que bandido não tem que, que a lei não pode ser mudada, por que o cara cometeu assim, assado, cozinhado. Não é assim. Porque não é porque eu cometi um crime, e muitos, todos que estão lá em baixo, que o cara vai sair lá na rua e vai voltar não. Mas também ele não vai mudar de vida. Mas não é porque eu cometi um crime lá na rua, de um efeito isolado, porque isso não anda acontecendo todo dia não é?! É um fato isolado. Aí a pessoa vai generalizar a situação! Não! Acontece, acontece, é o ser humano, é o ser humano. Nem Jesus agradou a todo mundo. Então essa questão aí mexe com quem já está preso. Sabe por que? Por que tem um cidadão ali, querendo ou não ele é um cidadão. Não é porque o cara está preso que a gente é lixo não, se entende?! Todo mundo ali tem dignidade, tem pai de família, tem os caras certos, os caras maus, tem aqueles que querem viver no mundo deles, separados ali. Mas tem muita gente boa. Mas ali o que acontece é que mexe muito com a cabeça do cara, por causa disso que eu estou te falando, ele ta ali com problemas com um outro que já veio lá da rua, e as vezes nem quer resolver, as vezes o cara quer arrumar é criaca mesmo, então acontece, não é grupo, não existe isso de grupo.

É, quando eu falei grupo o que eu queria dizer era mesmo sobre as relações, porque todos nós estabelecemos relações com pessoas mais próximas, existem aqueles que são distantes e aqueles com quem se relaciona mais não é mesmo? Daí, se geralmente não tem essa questão não é!? Por que você se relaciona mais com algumas pessoas e tem uma outra aqui que se relaciona mais com outras, outros são neutros.

Lá em baixo as coisas funcionam da seguinte forma: O cara chega, ele arruma um lugar pra morar, se ele puxar aí cinco anos sem arrumar problema. O problema, vou te falar qual é o maior problema que o cara arruma quando ele chega na cadeia que atrapalha a convivência dele, chama-se droga. E não é só aqui, é lá na rua. Por que o cara rouba lá na rua?! Então se lá na rua ela já o trouxe pra cadeia, se ele insistir naquilo ali aí ele está pego. Por que é um cara que vai ficar sempre desacreditado. Perde o respeito. A maioria quando começa fazer coisa errada, manola, mentira, esses tipos de coisa. Se o cara chegar e quiser trabalhar tem condições de trabalhar. Igual hoje em dia a gente pede, a Secretaria de Justiça que foi criada aqui dentro tem nos ajudado muito. Graças a Deus que, enquanto tem muita gente que discrimina, mas também muitas pessoas boas, que ajudam a gente. É o caso dessa Secretaria de Segurança que foi criada, isso foi ótimo, tão bom que eu não tenho nem palavras pra falar o quanto está sendo bom, criando projetos, incentivando aquele projeto ali, o renascer, para o cara sair das drogas, e faz um evento aqui, cria outro projeto ali, dá curso, entendeu, dá oportunidade, para o cara puxar a cadeia dele ali sem criar tantos problemas. É, mas não funciona muito. É o que eu acabei de dizer, cada caso é um caso. Tem aquele cara que quer ter uma nova vida, ter uma família, que essa vida aqui pra eles acabou. Mas não são todos. Mas se tivesse esse incentivo desde antes, esse incentivo que ta tendo hoje, muitas pessoas estariam vivas. Já tinham mudado. Porque é água mole em pedra dura. É o sistema que faz o cara vê, o cara leva muita paulada na vida, então se ele tivesse o apoio. Porque não são todos que tem apoio, nem da família. Tem pessoas que tem muito apoio, tem pessoas que são de fora, tem pessoas que não tem ninguém. Então isso mexe muito com a cabeça do cara no dia a dia da pessoa, não dá para entender. Então o que a gente fala é que o que vai fazer a gente acreditar, ver quem é a pessoa é o dia-a-dia, sua caminhada é ele que vai fazer. Se ele quiser ir para o lado da igreja ele vai, se ele quiser ficar de boa, jogando seu futebol, ele vai.

É difícil, é difícil, existe sim, como existe em todo lugar. Uma empresa sem o presidente ela não vai pra frente. Tem que ter o presidente ali, o cara que sabe de tudo, que conhece todo mundo, sabe do problema de cada um, ajuda as pessoas conforme ele pode. Então tem que ter, se não tiver uma pessoa inteligente, que saiba enxergar as coisas, que trabalha falando, orientando. Era o caso que eu te falava, antigamente essa autoridade de que você ta falando tava nas mãos das pessoas erradas, das pessoas que batiam, que extorquiam, que furavam, que era na lei do Osama Bin Laden, lei dura, perrengue.

Hoje é de boa, é de boa. Se forma naquela pessoa que sempre andou tudo certo, naquele cara inteligente. Porque aqui nós temos um ditado de que pardal que acompanha morcego amanhece deprimido. Se não tivesse uma pessoa que conhece todo mundo, que

sabe do problema de cada um, que sabe das dificuldades que cada um tem, aí não teria organização, e se não tivesse organização o trem era bagunçado.

Com certeza, é um cara de personalidade, é um cara que já está mudado, que já viveu, já sofreu, porque é uma situação. Você já imaginou, você já está num lugar desse, sofrendo, comendo o pão que o diabo amassou, ai nada que façam aqui ameniza o que o cara está sentindo lá embaixo não, porque a família do cara pode está passando necessidades, pode não ser daqui, o cara pode não ter família, o que eu acabei de dizer. Aí todo mundo tem problema aqui, problema ali, problema pra você, problema pra mim, fulano fez isso, fulano fez aquilo, beltrano, entendeu?! Se você não for uma pessoa inteligente pra saber discernir e puder levar é difícil. Mas graças a Deus até nisso, até com o nosso sofrimento, e com o sofrimento dos outros a gente consegue amenizar a situação de muitas pessoas. Porque muita coisa que aconteceu aqui e que ainda acontece aqui até hoje é idéia de preso, questão de trabalho, questão de monitoria, questão da convivência. Porque hoje a gente tem a total autonomia pra conversar com o diretor no momento que a gente quiser, até com o superintendente, que é um pouco mais difícil, mas se a gente insistir conseguimos. Ou a real é o que eu te falei, eu cheguei aqui com a cabeça totalmente voltada para o mal, só para coisa ruim. Cheguei naquela CPP ali, pergunta para o Major moço, toda semana eu ia para o castigo. Maior latada do mundo, problema, não tinha medo de polícia, nem de bandido, nem de ninguém, era aquele cara afoito, graças a Deus foi o Major que me deu oportunidade muito grande, aí eu mudei.

O fator principal mesmo é o longo dos dias, o dia a dia que o cara está aí, o tempo que o cara está aí. O tempo, a sua capacidade de liderança.

Sozinho ninguém consegue nada não é Jônatas. Só, ninguém consegue nada. Só que a palavra final é dele. A palavra final é daquela pessoa que ajuda, é o cara que tem o respeito de todos. Todo mundo gosta dele por quê? Porque ele é uma pessoa boa, fica do lado do certo, não apóia o errado, entendeu?! Então ele tem a simpatia de todo mundo, todo mundo gosta da pessoa. E não é uma pessoa só, isso não se atribui a uma pessoa só, tem pessoas ao lado dele, porque ninguém caminha sozinho não, lá na rua já é difícil, imagina aqui dentro.

Não, são pessoas também que geralmente estão há mais tempo, que só seguem quando é coisa séria, que não gostam de maldade, pessoas que se incomodam com a vida do próximo, com o dia a dia do próximo, entendeu?! Porque o cara que chega aí hoje, ele não ta nem aí pra nada não, ele só vai acordar quando ele realmente cair a ficha mesmo, que tem que puxar oito, nove anos de prisão. Então o cara que sofreu, aquele que sofre mesmo na pele, que já passou por muita coisa, muita tribulação, polícia atrás soltando bomba, cachorro, pelado, as vezes ta dormindo o cara pega e entra. Então é muita coisa, muita tribulação, só aquela pessoa que já

sofreu é que tem esse tipo de credibilidade. Então não se atribui, não é a fulano de tal, não, isso é pela convivência, porque pode ser o que for, se andar pelo lado errado não sei se ele vai ter a credibilidade de muitos. O cara se andar pelo lado errado os outros vão ter é raiva dele, vão é virar as costas pra ele.

Ah, o lado errado é o lado errado, é uma manola, mentira, invejoso, bater, xingar, essas coisas. Porque ali acima de tudo o cara tem que ter respeito, entendeu?! Acima de tudo tem que ter o respeito de todo mundo da população carcerária. Se outra pessoa vim e falar mal daquela pessoa ali o cara vai conspirar na hora, vai falar: “Ou o cara não é assim não, porque é uma pessoa que tem o respeito. É uma pessoa que conquistou o seu espaço, até numa área profissional acontece isso. Agora desafeto tem um monte, tem também, só que o cara vê sua caminhada, como você ta trilhando, isso até muda sua concepção, você pensa nossa realmente o cara mudou. Mas quando era aberto eu não sei como era, já ouvi muitas estórias. Eu falo pelo que eu vivo ai hoje, hoje ta tranqüilo, ta sossegado.

Antes era a lei da faca, muita guerra, muitos problemas. Era tudo junto aí. Eu falo porque isso já vem da rua, ah, o cara que matou meu irmão, o cara que roubou a casa da minha tia, o cara que entregou o fulano de tal, fulano de tal tem dívida, coisinhas assim. Quando chega na cadeia o cara encontra todo mundo, o cara tem trinta anos de cadeia pra puxar, aí ele encontra o cara que deu um tapa na cara dele, aí vai querer matar o cara. Porque ele já ta fodido, desgraçado, preso, sem ninguém, então não ta nem aí, só se ele morrer, e talvez a gente não sabe, mas o cara que é isso mesmo, aí o cara não escuta porra nenhuma, não escuta ninguém. E antes era fácil, hoje em dia não, nada é mais importante para um preso do que a liberdade.

Não entendi. Como que ele surge e como se mantém? Vou te falar, entre os presos não existe essa linguagem, autoridade, não, isso aí é o cara que, não tem o que dizer como que surgiu, porque tem um cara que ta lá puxando oito anos, nove anos e ele vai embora. Alguém tem que ficar ali para assumir as responsabilidades. Que responsabilidades? Não deixar que aconteça a falta de respeito. Tem que ter regras. Tem regras a serem cumpridas. Entendeu? Aí é o mundo, o nosso mundo é ali, então a gente tem as regras a cumprir. Se você não tem ninguém pra falar, pra passar para as outras pessoas como é isso aqui, aí o bagulho vai ficar louco, vai ficar desgovernado, aí cada um pode querer seguir um caminho diferente, e aí vai acontecer o seguinte, quem ta sofrendo aí, que são os mais antigos, que isso aí já é desde muito tempo é que vai pagar. Então não existe isso aí, essa autoridade, é distribuído isso. Não existe essa autoridade, do cara não. É aquela pessoa que é mais inteligente, que tem mais

facilidade de se comunicar, o cara que vê, enxerga a coisa mais de longe, que pensa não se a gente fizer isso pode acontecer isso.

Os direitos são iguais, ninguém é melhor do que ninguém. Só que, tem pessoas que já estão sofrendo a mais tempo do que outros, que tem mais experiência. O que é a penitenciária, entendeu?! Então a pessoa que escolheu isso aqui, essa vida aqui...Não tem o líder lá fora também? Tem quadrilhas que tem os líderes, em todo lugar tem um líder. Toda escola tem um líder, o diretor. Aqui na POG tem, não é exceção. Então, isso não é autoridade.

Mas isso é o dia a dia da pessoa, é o dia a dia, a pessoa ser uma pessoa justa, que sabe o que está acontecendo realmente, que já viveu essa situação, que tem experiência de cadeia. Então é essa pessoa. Volto a dizer, essa situação, ninguém consegue sozinho

E, possível é, porque às vezes a pessoa não agrada a todo mundo, mas raramente isso acontece. Quando acontece isso ou é para melhorar por que tão gostando do que está acontecendo, ou é para piorar. Se for para melhorar o cara pode até entender. Agora pra pior aí não. Mas tudo é conversado. Mas isso não é nenhum mérito não.

Olha Jônatas, porque eu sou muito comunicativo, pela minha convivência, todo mundo sabe o que eu sou, é o que eu acabei de falar. Pelo meu dia a dia, entendeu?! Porque eu mudei muito, graças a Deus. Eu era uma pessoa muito complicada, muito perturbada, mas graças a Deus eu mudei muito. Então, pela minha convivência, por entender os presos. Então graças a Deus eu tenho comunicação muito boa e consideração de todo mundo. Não é nenhuma credibilidade assim de liderança não, mas o que é certo, eu luto pelo que é certo, eu luto pelo que é certo.

Faz diferença, faz diferença. Se eu andar errado e aí! Depois todo muito me tira, aqueles que me respeitam, que me admiram. Ave Maria, Deus me livre! Mas eu gosto de lá onde eu estou, eu tenho o respeito do pessoal, tenho o respeito pelo pessoal.

Tem relação, tem relação e tem problemas também... não, uma pessoa só não dava conta não, são varias pessoas.

Não, cada um é diferente, cada um tem uma maneira de pensar. Então senta todo mundo e conversa, decide o que vai fazer, qual a melhor forma, para resolver. O que a gente quer é resolver, agente não quer criar nenhum tipo de problema, entendeu!?! Nem com a ala tal, nem com ala tal, nem com preso tal, nem com a diretoria. Mas tem problemas também, aí senta todo mundo e conversa.

Exatamente, é isso. Não é um que chega e fala e pronto acabou, a gente entra em acordo.

Olha Jônatas, hoje em dia o que a maioria quer é cumprir suas penas e ir embora. A única coisa que o cara quer é lutar pela sua liberdade. E como que ele vai conseguir isso? Ficando de boa. Procurando estudar, procurando trabalhar, procurando um serviço, nem que seja lá em baixo mesmo, fazendo a comida, fazer uma faxina. Então se o cara ficar arrumando problema ele não vai sair daí nunca. Porque tudo vai para seu prontuário, se você fez isso vai para o seu prontuário, se fez aquilo vai para o seu prontuário, desacato vai para o prontuário. Então se o cara quer embora tem de ficar de boa.

Não, existe a pessoa que quer levar a coisa da maneira certa, ajudar o próximo ali. O que a gente puder fazer a gente faz, tem o monitor de ala que larga a visita dele lá embaixo para resolver o problema de outro, e vem e luta por um colchão, por um cobertor. Tem aquele cara da comida, que organiza a questão da comida tudo direitinho. Então são essas pessoas que têm o respeito dos demais.

Existem, esses aí são os mais de boa, só ficam na deles, não mexem com ninguém.

Não, tem lugar que eles têm as formas deles, que eu não sei qual é. Eu sei daqui, entendeu, da ala B, que é onde estou.

São várias, em todo lugar, em todo setor existem aqueles que querem ir pelo caminho certo e aqueles que querem ir pelo caminho diferente. Tem lugar que o cara é atendente e já tá de olho no cargo de gerente. Porque ele não tem potencial para alcançar pelos meios legais aí vai querer derrubar, difamar, falar mal. Na cadeia não é diferente não, só que também a gente sabe de tudo porque a gente tem a confiança, os meninos contam, tem a confiança, tem a confiança.

Tem que fazer por que tem que ter o respeito, porque é assim que a banda toca, e pronto acabou. Só que ninguém também é obrigado a cumprir. Nós só queremos relação com aquelas pessoas que concordem com nosso ponto de vista, queremos viver bem. Eu não quero levar um cara lá pra ala que amanhã vai está dando problemas. Então a gente quer viver bem.

Fim

APÊNDICE F – 2º ENTREVISTA

- Sujeito 2 – Rafael, com 56 anos de idade, nível superior completo (Professor de educação física), detido há dez anos devido a prática de estelionato, incluso no artigo 171 do código penal brasileiro. Condenado a 8 anos de prisão, recluso na ala D – 320.

Olha, dentro do sistema aqui todo mundo sabe que toda organização, tudo que acontece na cadeia, todos os movimentos, todas as coisas que acontecem giram ao redor de mim. Não resolve nada sem eu participar, assim pela auto-estima que eu tenho, pela experiência que eu tenho, entendeu, por conseguir negociar as coisas da melhor maneira possível. Inclusive eu sou quem está fazendo a negociação junto ao secretário da justiça, que já foi definido, e na sexta será feito uma preliminar com o Major Anésio para nós colocarmos o quê que será a pauta da reunião. E já está marcado uma reunião com o secretário da justiça. Então minha relação aqui todo mundo sabe, que quando eles vêm para tratar assunto aqui eu vou para tratar assuntos da comunidade e pra tentar melhorar, não é pra piorar, se for pra matar, pra tocar fogo, pra quebrar tudo eu estou fora.

Olha, é o seguinte: Existe dentro do presídio, nós somos divididos em três castas, você entendeu! Os considerados bandidos, você entendeu, que são as pessoas que se impõe, e todos tem que obedecer, aqueles que são propriamente bandidos, que cometem crimes de bandidos, como assaltos, grandes tráfico, traficantes. Bom, a segunda casta dividi-se entre os religiosos e aqueles de crimes como 155, 151, esse pessoal. E tem uma última casta que são aqueles que não têm o respeito da comunidade carcerária, que são aqueles que praticam o estupro, praticam assassinato contra idosos, contra as crianças, que não são aceitos por nós. Esse pessoal já é separado normalmente por nós, logo são pessoas que não têm poder de decisão e não participam das decisões tomadas. Dos dois grupos primeiros que falei, 60% das opiniões que prevalecem são as dos considerados bandidos, que é a primeira casta, e a segunda casta, dos considerados humildes, que são os religiosos. Então são as duas castas que votam, que decidem alguma coisa. Muitas das vezes, por alguma guerra interna entre os grupos da casta um, então prevalece os 40% dos humildes. Por que se junta determinado grupo, quando há divisão entre o grupo um, eles se juntam a determinado grupo, se torna um grupo maior e toma o poder, está sempre entregando a primeira casta. Essa elaboração eu não posso dizer propriamente como surgiu e de onde surgiu, mas há algo que vem, e isso é com todos os presídios do Brasil, desde a Revolução, quando foram colocados alguns presos políticos junto

conosco não é, pois eu tive preso na época, e alguns presos políticos ensinaram a hierarquia, mostraram que nós tínhamos que nos organizar. Porque hoje, queira ou não queira os presídios brasileiros, principalmente, é um Estado dentro do Estado. Por que nós temos, nós temos uma linguagem própria, se nós quisermos falar o tempo inteiro sem que os agentes, os seguranças, ou a polícia tenham acesso a que tipo de conversa nós estamos tendo nós conseguimos. Nós temos linguagens próprias, vocabulários próprios, nós temos regras próprias, normas próprias, leis a serem obedecidas, códigos de normas, tudo que é ético numa sociedade normal,

certo! Que quando não são obedecidas merecem, são sujeitos a passarem por castigos, por banimentos de alas, ou até mesmo a morte. Então depende do grau que ele atingiu. Então nós consideramos que nós somos um Estado dentro do Estado, porque nós vivemos dentro da nossa própria lei, dentro das nossas regras e normas, nunca desrespeitando o que são os nossos deveres que temos para com a Instituição, mas sempre colocando as nossas regras acima de qualquer coisa, como a própria sociedade faz. O nosso código de honra é elaborado com todos os presos sabendo o quê que é que propõe esse código de honra e quais as suas finalidades.

Se você me perguntar o porquê desse poder, é por que a cadeia tem que se dirigir, a coisa não pode ficar ao léu. Então, cada ala tem o seu comando, tratando-se da polis, tratando-se daqui, nós somos ao todo seis alas, e em cada ala tem o seu comando. Esse comando normalmente é assumido por um grupo de pessoas que já provaram por atitudes ou por ações que realmente querem o bem da comunidade. As vezes pode ocorrer fatos de que um daqueles comandos desvie para o lado errado, para o mal, então gera-se as confusões, e é como se diz: isso fica no vermelho, ali tudo é cobrado pelo castigo, pela morte, e nunca pelo diálogo. Agora, já existiram comandos de ala assim mesmo no CEPAIGO, nos seis comandos, nós temos uma rigidez maior em uma das alas, mas em sua grande maioria não, entendeu, sempre prevalece o diálogo. Mas eu acredito que, por eu conhecer bem o sistema, tem mais de vinte anos que eu conheço o sistema, que esses grupos são necessários, por que por mais que a Instituição, ou a direção queira impor regras e normas elas só serão obedecidas na frente deles. No momento em que eles se afastarem o que prevalece é a nossa, você entendeu! E aqueles que seguem na íntegra as regras da casa, os ditames da casa são considerados traidores, caguetas, porque se aproximaram mais deles do que propriamente da comunidade carcerária. É fundamental que exista isso, o motivo eu vou te explicar, é fundamental que exista por que nós temos que, como são para o bem esses comandos, eles são necessários, porque eles abominam a extorsão, eles abominam a opressão, eles não deixam que sejam

oprimidos aqueles que são mais humildes, eles abominam os furtos, as intrigas internas, eles abominam a promiscuidade, ou seja, querer utilizar-se dos presos sexualmente ou qualquer coisa assim. Então esses comandos são necessários, porque nem sempre a segurança está do nosso lado, 99% do nosso olhar de preso, para nós eles não estão do nosso lado, eles não estão presenciando, então não tem como socorrer ninguém, então as atitudes têm que ser tomadas por nós e nunca por eles. Eles não têm uma estrutura para isso, eles não têm uma estrutura para acompanhar o dia a dia do preso.

Primeiramente o que vai contar é a sua carta, isto é, a consideração das pessoas que têm dentro do seu currículo de preso, os seus antecedentes criminais. Há determinados crimes que você praticou, o fato de você não ter trazido outros presos pra cadeia, que você não caguetou, significa que você não caguetou, de você ser um cara que agiu sempre certo e corretamente, nas suas ações como homem, você entendeu, tudo isso já diferencia. Hoje já existe dentro dos presídios, antigamente era raro ver pessoas que tinham um nível cultural, um nível cultural elevado, que falasse bem. Então, depois do evento Pareja, que serviu como mediador, que era um grande mediador, alguns presos já existiam, mas a questão é que eles não eram levados a sério.

Então assim, pessoas como eu, que não sou um criminoso nato, que não tem uma história de crime, mas eu tenho outro lado que eles vêm melhor, por eu ser uma pessoa inteligente, por eu saber negociar, por eu saber intermediar, por eu saber o que é certo e o que é errado, então tudo isso favorece pra eles me alicerçarem, então eu sou útil para eles aqui. Quer dizer, quando você quer saber o quê que leva, o quê que credencia qualquer um de nós a ter a ser o líder aqui dentro da cadeia são: primeiramente, os seus antecedentes criminais, que reforça o fato de você se tratar de uma pessoa realmente integrada ao mundo do crime; Em segundo, se você é uma pessoa que tem estudo, que tem capacidade, então tem até poder de convencimento com os presos em geral, que você tenha o poder de convencimento. Mas agora isso não te dá nenhuma isenção quanto a errar, você tem por obrigação acertar mais do que eles, eles estão sempre esperando uma falha sua pra poder te cobrar, entendeu! A briga de poder, entre poderes dentro da cadeia existe, porque existem facções que têm pensamentos de que a cadeia tem que ser no vermelho, de que errou tem que pagar, de que quem não é bandido não tem que ter nada, tem que se tomar. Já existem outras facções aqui no CEPAIGO que felizmente hoje é a que predomina que é a facção, que são as facções do pessoal bem, que querem uma cadeia harmoniosa, correta, você entendeu, que seja, que nós cumpramos com nossos deveres, mas que sejam respeitados os nossos direitos. Porque se nós cumprimos em 100% nossos deveres nós também gostamos que pelo menos sejam respeitados os nossos

direitos, pois quando nós erramos nós somos castigados, mas quando eles não cumprem conosco o que determina a própria lei de execução eles não são responsabilizados.

Olha, são as pessoas que lhe dão o respaldo. Confiança não se compra, se adquire. Então tem uma hora que todos vêm que você é uma pessoa confiável e que pensa no bem da comunidade. Logicamente, e obviamente que você não pode ser exposto a todo tipo de situações, então o quê que ocorre: As pessoas que ocupam o cargo, eu estou falando cargo, mas que ocupam espaço de comando de ala ou de organizações de ala seja qual for a palavra, essas pessoas tem o respaldo. São as pessoas que avaliam tudo que pode ser feito para aquelas pessoas ali que estão com ele, entendeu! Então tudo que é feito é em pró àquela pessoa, quer dizer, lhe é dada o respaldo, o respaldo, por exemplo, no caso de segurança, normalmente é aquela pessoa que tem o seu pessoal de segurança para que aquelas pessoas de outras facções não tentem deturpar o trabalho dele. E realmente as decisões são sempre tomadas por ele, qualquer que seja a decisão, certo ou errado a palavra é com ele. Então a pessoa tem que ter condições, ele tem que ter um conhecimento muito grande do certo e do errado, ser um mediador profundo, desde que não só pense na causa do preso, mas que pense até onde as causas do preso podem atingir certas conseqüências e que conseqüências podem atingir, e normalmente ele é colocado ali para que seja repassado a ele a voz da ala. Porque nós falamos a voz, é o cara que fala pela ala, que fala pela cadeia, entendeu!

Olha, na cadeia o que funciona é a maioria. O negócio é o seguinte, se cinqüenta for favorável os demais terão que acatar que ceder, entendeu! Aqui funciona, aqui a política funciona. Então, por exemplo, com uma paralisação da cadeia como hoje está ocorrendo aqui no CEPAIGO, ela não parou simplesmente porque a ala C quis, ou ala A, ou ala B, ou 310, 320, ou bloqueado, não você entendeu, houve um consenso da maioria, porque todas as alas têm os seus conselhos, têm muita gente que não sabem, nós temos conselhos. Ele é que prepara tudo para que o comando da ala execute. É organizado, é muito mais organizado que muita coisa aí fora. Então tem esses conselhos. Tanto é que quando nós somos convocados para uma reunião a casa sempre chama o monitor da ala, que é um preso normal que executa o trabalho de intermediar a ala com os departamentos de serviços da casa, o comando da ala, e o pessoal do conselho. Por mais que eles queiram denegrir a imagem desses comandos não adianta, é com eles que irão negociar. É porque eles esperam muito em relação a, porque você está fazendo um estudo científico, você não está aqui para denegrir a imagem da organização criminosa em si, mas se você for observar, e não é querendo fazer apologia a nossas organizações, não estou fazendo apologia, mas se você ver que o PCC, um cara como o Marcola consegue comandar uma cidade, dirigir todos os trabalhos que tem de serem feitos,

então hoje nós nos organizamos bem melhor do que a própria sociedade, parte da sociedade, não vou dizer a sociedade como um todo não, mas parte da sociedade. Sabe por que isso acontece? Porque nós falamos e somos obedecidos, nós falamos e somos obedecidos.

Deixa eu te falar, eu citei o meu caso, que eu faço parte: O primeiro item deles que seria o criminoso em potencial, quer dizer, se eu não atingir o nível deles em relação a isso, mas suprir essa falta com minha inteligência, com o meu conhecimento, com o período que estou preso, mas não é isso, nem sempre quem toma na luta de poder, quando há o choque entre facções para tomar o poder, nem sempre são os caras que lutaram, que brigaram que vão ficar como chefes da ala, com o comando da ala, entendeu. Eles mesmos reconhecem que não seriam capazes de negociar, capazes de se imporem, porque vai querer se impor, mas se não tiver conhecimento eles vão ter que se impor matando, batendo, e aí logo, logo eles vão cair, porque ou os próprios presos tiram, porque vê que ficou pior, ou a própria administração. Olha a ala que se organizou com luta, com morte, permaneceu pouco tempo, porque é o prazo de outro pessoal se reorganizar e de retirar aquele pessoal. As vezes pagando com a vida, saindo com morte ou as vezes simplesmente saindo da ala. Então a intenção é sempre melhorar a ala, pela harmonia mesmo. Eu vou te dar um exemplo: Eu comandi a ala 320, a 320, só para você entender o que é a 320, a 320 era antigamente, antes da criação do módulo, o castigo do CEPAIGO, era a ala do castigo, então ali ficavam os piores presos que se têm dentro do sistema. Quando eu cheguei, com o apoio do Major Anésio eu desci pra lá, e lá moravam 17 presos, quando eu sai já tinha 70, e entre nós mesmos nós nos organizamos e construímos uma vilazinha lá dentro, tudo com casas utilizando bolas, sem utilizar nada da casa, a não ser o apoio do Major Anésio no sentido de permitir que o material entrasse. Porque a nossa comunidade, se eles procurassem acreditar mais em nós e a confiar mais nós seríamos capazes de fazer o CEPAIGO mais humano, sem o gasto, pois eles sempre estão esperando verba que nunca chega pra reforma, para essas coisas, bastava que eles acreditassem mais e que eles confiassem, como o Major Anésio confiou em nós. Por quê que eu estou citando a 320? Porque a 320 eu fiquei lá durante 4 anos, nós ficamos 2 anos sem ter uma revista, sem ter um castigo, sem ter nada, os agentes penitenciários só iam lá pra fechar e para abrir. Eu sai depois da 320, e depois disso já foram todo mundo para o módulo, já foram todo mundo para o castigo, para o módulo. Quer dizer, então pra você ver o quê que é um comando e outro que centraliza em si. Porque assim, existem desavenças, diferenças de pensamentos, porque aqui é um sonho, eles vivem sonhando, planejando novos crimes, novas ações, mesmo sabendo que as vezes vão demorar vinte, trinta anos para realizar, para sair e realizar esses sonhos deles, e isso é a única coisa que eles têm para alimentar suas esperanças.

Mas então assim, nem sempre são os mais violentos que comandam, eles tomam o poder as vezes, mas sempre entregam na responsabilidade de alguém que tem o poder de coordenação.

Pra você vê, antes a 320 não tinham uma arma, não tinha faca nenhuma espécie de arma, lá não podia bater, não podia tomar nada do outro, quando alguém extrapolava a gente simplesmente pedia para ele sair da ala, fala pra ele: “Olha você não convive mais conosco por causa disso, disso e disso”, não precisava bater, não precisava nada. Agora já tem alas que qualquer erro seu já te cobre de pancada. Agora também tem uma característica que quando se juntam os seis comandos pra discutir algo, aí as coisas ficam de modo geral, você entendeu, não fica nada localizado, cada um tem o direito de impor seus problemas e suas soluções. Porque uma das coisas que nós temos feito muito, antes nós criticávamos e nada nunca acontecia, então nós passamos agora a usar outra estratégia, além de nós criticarmos nós também apresentamos soluções para a situação. Assim, nem sempre a direção acata as nossas sugestões, mas pelo menos nós agora damos sugestões, eles falavam que nós nunca levávamos nada, mas são eles quem não acreditam em nós. Eu vou te dizer uma coisa, eu já participei de várias reuniões, várias palestras e vi vários projetos que eles apresentam, e existem poucos que tem um conhecimento mesmo do que é isso aqui, o Dr. Edmundo mesmo é um dos poucos que realmente conhece como funciona isso aqui. Então assim, os projetos e programas que são apresentados só vão para frente se tiver nossa participação, se não houver a participação dos presos é dinheiro perdido, dinheiro jogado fora, tempo perdido, só vai servir para se justificarem perante a sociedade.

O que faz manter isso aqui são as atitudes, as atitudes que você toma, eu permaneci durante 4 anos assim, e sai não foi porque me mandaram sair não, foi porque eu simplesmente mudei de ala. Hoje somos amigos. Então o quê que conta? São suas atitudes entendeu, seu senso de justiça, a aplicação da verdade, o respeito pelos direitos de cada um, e não diferenciar um do outro porque um tem um crime maior, outro tem um crime menor, entendeu. Então tudo isso te dá credibilidade, e fica impossível que outras pessoas encontrem dentro da sua comunidade algo contra você. E aí assim aqui se decide a vida e a morte, a vida de 70 pessoas no caso da 320 ou a vida de 400 pessoas, no caso da ala A, está na mão de quem comanda. Se ele for uma pessoa rigorosa, destituída de princípios, de responsabilidades, ele vai cometer injustiças, e graves, e não reparadoras, porque aqui a decisões depois de tomadas não voltam atrás, não dá tempo, porque se eu mando alguém dá um corretivo em alguém aquele corretivo pode se exceder entendeu. Os próprios policiais que são formados e instruídos para manter a ordem às vezes matam alguém aí, agora você imagina, porque o preso bate muito mais que a polícia, o corretivo de um preso é muito pior do que o da polícia,

porque ele não tem o limite, não tem nada que limita a força dele. Eles se sentem donos do mundo, e todo mundo acha que é dono do mundo.

O quê que acontece normalmente? O comando continua pelas pessoas que estavam ali do lado, mas por eles não ter a mesma malícia que eu tive, então o que está ocorrendo é que eles passaram para a violência. Então hoje o comando deles é imposto, aí o quê, tem que ficar o tempo todo vigiando os caras para não ter nenhum problema, alguma facção que venha querer tomar o poder deles, então eles estão vigiando 24 horas por dia, tem que ficar vigiando 24 horas por dia, para não existir complô contra eles. Porque quando o comando se exerce como está se exercendo a tomada é sempre na faca, é sempre na arma, porque aí as idéias já não batem, o acordo já não existe. E não tem jeito, quem quer se manter pela violência, pela força, não dura. Hoje tem uma maioria submetida por oito ou dez que se mantém pela força, mas uma hora eles caem, não duram, não duram, porque as pessoas não aceitam viver assim.

Existe, quando há uma reunião dos seis comandos, por exemplo, com a direção tem aquela pessoa que fala, entendeu, é aquele cara que congrega todas as idéias de todas as alas, as reclamações de todas as alas, e por ele ter muitas vezes um maior poder de oratória, e por ele ter um maior conhecimento muitas vezes de, é porque se a gente deixar a administração come, passa por cima, porque eles têm mil coisas pra falar, falam bonito, e contam histórias demais, falam lorotas demais, se não tiver uma pessoa preparada pra combater-los, pra mostrar que não é assim, que não é dessa forma, que o que eles estão falando não condiz com a verdade automaticamente eles não vão descobrir, eles passam por cima. Então existe uma pessoa que é de confiança de todas as alas, de todos os comandos de alas. E logicamente que é decidido antes o que o cara vai falar, a quem ele vai falar, quem ele vai dar o direito de falar também.

Isso é decidido com os comandos de alas, em conjunto. Porque assim, hoje se eu quiser falar com o Marcola eu falo, se eu quiser falar com o Fernadinho Deira Mar eu falo, porque hoje a comunicação permite isso, nos dá esse respaldo entendeu. E eles nunca vão conseguir impedir, quando eles vêm com o computador nós já inventamos oito, nove, dez formas de desbloquear. Então assim, hoje nós procuramos tudo qualquer maneira de buscar tudo entendeu, conhecimento, tudo, para podermos nos defender. Por exemplo, se tiver uma reunião, e chegarmos bem vestidos, e não tiver segurança do nosso lado para mostrar que nós é que somos os presos e eles é que são as autoridades você não iria perceber pela forma como estamos aprendendo a falar, pelo discurso nosso mesmo, pelas teses que nós iríamos defender. Então assim, o cara antes que tinha mais conhecimento, que tinha um conhecimento mais educacional, antes não era respeitado, não era bem visto porque ele era tratado como 171, o

cara nunca matou ninguém. Os caras achavam que bandido era quem matava, quem roubava, e que esse era quem deveria mandar. Mas hoje não, hoje é realmente aquele cara que tem capacidade para conciliar a comunidade, porque você conciliar 400 presos com crimes diferentes, com mentalidades diferentes, pessoas com níveis educacionais altos e baixos, não é fácil você está entendendo. Tem que ter jogo de cintura. Todas as cadeias hoje que são comandadas pela força são pessoas que não são respeitadas pela comunidade, são pessoas que eles simplesmente querem se impor pela suas periculosidades, e não de suas capacidades de gerir o negócio, como forma de oprimir. Olha, eu acho que a função que o comando exerce hoje pra nós é uma função que deveria ser exercida pelos próprios agentes penitenciários, você entendeu, eles é que estão mais próximos da comunidade, que estão mais por dentro do dia a dia dos presos, e teria muito mais rendimento do que ficar simplesmente abrindo portão para nós descermos pra ala e fechar o portão pra nós subirmos, abrir portão e fechar portão. Quer dizer, no momento em que você passa a se integrar mais aos nossos problemas, assim, o quê que é o policial comunitário? O policial comunitário é aquele policial que atua numa comunidade, que é conhecido, que toma café com o vizinho hoje, almoça com outro amanhã, quer dizer, ele vira da família. Se você é um profissional, enquanto agente carcerário, que faz parte da vida da comunidade, se nós temos um problema com a família lá fora e você se encarrega de ligar lá ou de passar lá então você passa a ser da família, então você vai saber individualizar o problema de cada um, você sabe onde está o problema da cadeia. Isso aí é que eu não entendo certo, eles só servem como abridor e fechador de portas certo, aí depois, porque eles não são preparados para nada disso, para o confronto, eles não sabem o que é colocar oito agentes, dez agentes para entrar dentro de uma ala dessas que têm quatrocentos homens, eles não te nem idéia do que é que pode acontecer, e simplesmente porque não querem, por que não é o que nós queremos. Então, isso é feito por nós, pelos comandos, o que deveria ser feito por eles, o que deveria ser uma função deles acaba sendo feito por quem está aqui dentro e tem essa capacidade. Olha, eu tive a oportunidade de criar a APAC lá em Anápolis, que é uma associação dos presos, e aí tive a chance de ir a São José dos Campos, conhecer a APAC de lá, e lá é tudo integrado, há uma integração completa entre presos e agentes você está entendendo. Então eu jamais seria capaz de praticar uma maldade com essas pessoas, porque você sabe tanto da minha vida, você é tão integrado a minha vida lá fora como aqui dentro que me torna incapaz de fazer alguma coisa que venha a prejudica-lo. Quer dizer, eu acho que assim como têm as polícias comunitárias em bairros deveria funcionar com os agentes junto a comunidade carcerária.

O que me dá a autoridade de falar em nome deles, ou de representá-los, ou de comandá-los é a confiança. Por eu nunca ter tido um procedimento errado, do período que estou preso, que tem mais de 10 anos, de nunca ter agido de modo errado. A confiança é um fator fundamental aqui, a palavra aqui vale, na rua não vale.

Fim

APÊNDICE G – 3º ENTREVISTA

- Sujeito 3 – João, com 28 anos, cursou até a 2º série do ensino fundamental, detido há dois anos devido a práticas de roubos com ameaças de mortes e/ou seguidos de mortes, incluso no artigo 157 do código penal brasileiro. Condenado a 24 anos de prisão, recluso na ala B.

Quando eu cheguei aqui as coisas eram mais difíceis, as coisas eram mais violentas. Hoje em dia é mais calmo. Principalmente quando tinha uns caras mais velhos de idade, já tinham mais maldade. Agora hoje em dia não, os caras que têm a voz ativa lá na ala são na faixa de 30 anos para baixo. Os caras usam mais de brincadeira, em vez de te dar uma paulada eles conversam, as coisas são mais na conversa. As vezes conversando você resolve mais do que na agressão.

Com o tempo né, muitos vão na violência, muitos querem tomar o trem na violência, outros conquistam com o tempo, depende do lugar e da ocasião. Por que aqui é dividido né, a cadeia é dividida, tem lugar aí que a ala já trocou de comando um monte de vezes só durante esse ano. Na nossa ala lá não tem essas coisas, por exemplo: os caras que têm as vozes ativas hoje aí têm uns caras que são colados nesses caras que vão pra rua, voltam, e a coisa continua, vai tendo continuidade. Por isso que você tem que ter o respeito da ala, pra não ter problema. Se você tem a voz ativa você não pode usar sua voz ativa pra ir ali num e dá uma paulada num, dá uma paulada em outro, roubar um ali, pegar um trem de outro, porque você ta fazendo isso ali e tem uns 300 ou 200 que tão de olho em você, que estão vendo que você ta fazendo uma coisa errada. Daí você pode criar um monte de inimigos que pode te gerar um problema, não agora, porque você ta por cima, mas com o tempo você pode ficar sozinho. Então é por isso que você tem que dar o respeito para ganhar o respeito, você não pode fazer coisas só porque ta por cima.

Isso aí é muito pela humildade né. Você tem que ter humildade, tanto com os que são financeiramente melhor como com os que são financeiramente pior, aí você vai ter o respeito de todo mundo, vai ter a harmonia da população. Então tem que ter afinidade com todos os lados. Não adianta ficar aí colado no lado dos que têm mais dinheiro e esquecer-se do outro lado. Têm caras que ficam do lado dos que têm mais dinheiro, pagam pau pra eles. Mas se você ficar do lado desses caras os outros já vão ficar grilados com você.

É que o lado dos que têm mais dinheiro é o lado que compra tudo né, com o tempo. Por exemplo, o cara que tem uma situação financeira boa, aí o quê que acontece? O cara

chega e vai comprando, compra a consciência de um, compra a consciência do outro, ele vai achando que ele é o cara, que ta por cima. Só que a pessoa que está sempre por baixo uma hora revolta e já quer fazer alguma coisa com esse cara entendeu. Aí é onde que acontece conflito.

Olha, um pouco influência, porque compra a consciência né, tem cara que ganha presente, o outro faz um favor para o cara, aí vai comprando a consciência do cara. Mas não são todos, a maioria são os caras que usam drogas. Mas isso é normal em cadeia.

Por isso que tem que ter a humildade entendeu, você tem que ter o controle da base e se tiver e ver que aquela pessoa ali ta querendo te oprimir por que tem mais dinheiro, a maioria dos caras sabem né quando o cara chega em cima do altar, aí o quê que acontece? O cara que tem a voz ativa já fica de olho nele, aí o cara vai ficando mais isolado.

Olha, vai pela pessoa, pelo dia a dia do cara, o cara tem que mostrar sua personalidade, não querer ser uma coisa que ele não é. Isso depende muito mais da pessoa mesmo. O negócio da idade não muda nada não, tem cara que está lá dentro que tem seus 50 ou sessenta anos e tem sua dignidade e é a mesma coisa se tivesse outra idade, fosse mais novo, e outros já não.

Ele tem que correr atrás né, porque, por exemplo, as vezes o cara tem uma voz ativa na cadeia e o quê que acontece? As vezes têm uns caras lá que não tem dinheiro e precisam comprar remédio, aí o cara senta lá troca uma idéia e fala ó o fulano ali precisa de um remédio, aí já é feito uma vaca, cada um dá um pouquinho, junta todo mundo, porque lá é tipo uma família né, e fica todo mundo de boa. Então assim vai, ajudando as pessoas. Tem que procurar ajudar a maioria, e não ser uma voz ativa pra causar só maldade, e é assim que você conquista as pessoas, não precisa de violência, nem de dinheiro nem nada. É sempre tentando manter a harmonia. As vezes o cara ta lá discutindo demais com outro aí você chega e já fala: “não cara vamos resolver na conversa isso”. Porque se todos os dois tiverem a cabeça quente e não tiver um cara pra chegar ali e propor para resolver o negócio na conversa, de outro modo, os caras fazem é se matarem uns aos outros. Então tem que ter o cara que tem mais cabeça pra não deixar acontecer as coisas piores. Porque se deixar por conta dos caras que querem brigar um fura o outro de facada, aí vem outro e fura esse que furou o outro, e aí vai.

Olha, eu acho que eu tenho o seguinte, já tem uns dias que eu estou aqui já, já tem um bom tempo que eu trabalho de monitor, para trabalhar de monitor tem que ser um cara que está envolvido com os caras, e sempre que a corda rebenta, rebenta é para o meu lado, se acontecer alguma coisa com um cara lá eu que tenho que vir aqui pra dar satisfação, é eu que vou para o castigo, eu que tenho que pagar, por uma coisa que eu não fiz eu tenho que pagar. Então de uma forma ou outra sou eu que estou na responsabilidade de tomar conta.

Foi do dia a dia, do dia a dia mesmo, você vai conquistando as pessoas aí de uma forma você, porque quando você chega na cadeia você não é ninguém, ninguém nem tem aquele respeito por você, mas aí o povo vai vendo seu dia a dia, vai vendo que você é um cara de boa, e você vai se envolvendo com os caras e vai indo, os caras vão embora e você vai ficando, e aí com o tempo todo mundo vai te respeitando, todo mundo te conhece, todo mundo sabe seu dia a dia, aí vai tomando respeito pela população carcerária

Eu acho que depende do lugar, porque lá na B é mais meninos novos né, a maioria é de 28 anos pra baixo, então o quê que acontece? A gente quer mais é ficar zoando, puxar cadeia mais é na brincadeira mesmo, levando para um lado melhor. Lá na ala não tem conflitos essas coisas, só um tempo desses pra trás que teve uns desafetos aí, mas geralmente não tem. O cara da ala D – 310 colocou a mão pra fora lá e descarregou uma 9 mm, pregou fogo em todo mundo

Aí vira guerra né, aí já não tem mais harmonia, se neguinho põe a cara na janela o outro já mete a faca, mete a pedra.

Existe, aí nesse caso os que têm a voz ativa de cada ala já conversam com todos da sua ala para não ficarem beirando os outros, para não ficar colocando a cara lá no portão, essas coisas.

Não, um cara que tenha a voz assim no sistema todo não tem não. Porque cada ala tem seu regime, seu controle. Cada ala é diferente, uma tem um sistema de tratar as pessoas, outras têm outro. Então assim, o cara ter uma voz ativa com todas as alas assim, aí não tem não, não tem como, é quase impossível.

Eu acho que nem tanto o poder, mas acho que é o cara que tem a voz de trocar idéia com todo mundo, com a massa carcerária. Tem cara que toma o poder e não fica no poder nem uma semana, nem um mês, porque as vezes o cara pensa só nele, e o cara não pode pensar só nele, o cara tem que pensar na massa carcerária, porque se o cara pensar só nele ele não vai ficar ali muitos dias, loguinho já vem outro e tira ele. Então é a comunicação, o respeito de todo mundo, primeiro você tem que dar o respeito pra depois as pessoas te respeitarem, aí você consegue viver na harmonia. Se você for um cara arrogante você consegue agradar dois ou três, que vão estar do seu lado, mas a maioria não vai concordar com você.

FIM

APÊNDICE H – 4º ENTREVISTA

- Sujeito 4 – Marcos, com 30 anos, cursou até o 1º grau completo, detido há sete anos devido a práticas de roubos com ameaças de mortes e/ou seguidos de mortes, incluso no artigo 157, e à prática de homicídio, incluso no artigo 121 do código penal brasileiro. Condenado a 45 anos de prisão, pena máxima de 30 anos, recluso na ala A.

No começo é muito difícil, tem muitos problemas, complicações, e isso aí você vai conquistando através dos tempos. No meu caso, por exemplo, eu era uma pessoa muito drogada, uma pessoa muito viciada em drogas, mas depois comecei a ser respeitado porque Deus me deu a força de me libertar disso tudo, aí foi através dessa libertação assim que as pessoas foram vendo que, mas independentemente das drogas eu sempre fui uma pessoa humilde. Então quando as pessoas chegam em mim para resolver algum problema, alguma situação, é como todos falam, que eu não to nem aí para dinheiro, pra nada, ele é humilde e quer o bem para todo mundo, como se diz: “Ele é favelado”, então acontece que, sei lá, parece que as pessoas vão vendo você e vão jogando pra você, tipo assim, a cadeia tem 500 pessoas, aí com o passar de uns cinco anos você vai se tornando uma das pessoas mais antigas no lugar, aí sempre que acontece algum problema as pessoas vão começando a perguntar para você. Aí se você só quer resolver as coisas na maldade as pessoas vão se afastando de você, e o contrário as pessoas se aproximam de você, se você quiser é manter a harmonia.

É isso vem mais de Deus mesmo né, do seu coração, do seu ser humano. E assim, é preciso né, porque depois de uns cinco anos, que a família começa a não vir mais tão frequentemente como antes, as pessoas começam a te abandonar, é preciso sempre procurar conviver de boa. Se não dá para conviver no mesmo espaço que alguém então pede para sair, não bate, não põe a mão, certo, o que você não quer pra você não faça com os outros.

Existe, existe sim, porque a cadeia é um lugar de pessoas muito problemáticas, vocês mesmos sabem. Tudo de ruim que você pensar existe aqui dentro. Sabe aqueles filmes, com aqueles caras da pior espécie, aqueles ninguém, aqueles do pior tipo mesmo? Pois é, está aqui dentro deste lugar. Então a tendência é levar mais para o mal. Então tem que ter uma certa voz. Então o que a gente faz para poder manter é falar que o certo é o que prevalece. Se uma pessoa vira e fala: ”A vamos fazer isso...” A gente já pergunta: “É certo? Não, não é certo”. Se você deixar na mão da pessoa errada a pessoa extorque, bate, oprime. Se você juntar uns

cinco já fica perigoso. Então você junta uns seis a oito lá e a gente vai vê, se é assim, se for errado então não, não vai rolar de fazer não, o certo é o certo e pronto.

Eu acho que é um fator crucial, porque quando você chega, se você receber muita carga de poder, sei lá, você perde a noção do quê que é o sofrimento de verdade no lugar, porque o lugar sofre, não adiante falar que não há dias que você coloca a cabeça no travesseiro e se arrepende das coisas que você fez. Ali as vezes a pessoa vem lá da rua fica aí um ano dois anos, sozinho, não ta nem aí pra nada, pra família, não quer saber, quer é vender drogas, não quer saber se tem dinheiro pra pagar ou não, entendeu. Então, eu acho que o fator do tempo é crucial. São as pessoas que vêem quem você é, é a convivência. É igual na sua própria família, as vezes seu primo chega aí é as mil maravilhas, mas é com o tempo que você vai vendo quem é seu primo de verdade.

É pela sua capacidade, pelo que você é capaz de fazer. Se eu tiver coragem de chegar até você e resolver um problema pessoal com você, sem precisar chamar ninguém dos outros 400 meninos da ala, então todos vão ver que você é um cara homem, que é um cara atitude, e que se põe respeito, é assim que funciona.

Em todas as alas é assim, mesmo que essa atitude minha hoje venha me prejudicar amanhã. Porque, vamos supor que você é um cara ignorante e tudo, mas você está errado então não interessa, o importante é que eu estou certo. Mas se você vai até o cara que está certo aí você ta errado, tem atitude, mas não é digno dela.

Ah, aí é pedindo a Deus mesmo nas orações, está sempre pedindo a Deus, e nunca querer ver ninguém na maldade entendeu, nunca fazer a maldade. Apesar do meu crime ser homicídio, mas aconteceu, aconteceu, eu tava tomando cerveja e aconteceu, eu não sou aquela pessoa de planejar a maldade, com a mente má você entende, então eu acho que é só oração mesmo e pedir a Deus humildade e sabedoria.

Eu reconheço que eu sou uma pessoa que a minha palavra, se eu me expressar no meio da população carcerária, lá no convívio, tem um efeito, certo.

Rapaz, eu acho que foi as vezes, porque num lugar desses aqui as vezes a gente briga muito, eu briguei já várias vezes por coisas que não tinham nada a ver comigo, aconteceu que tinham cem contra ela, mas pelo fato de ela ser uma pessoa humilde e está certa eu chamei as outras quatrocentas pra ver que as cem é que estavam erradas, porque a pessoa estava de boa e os caras queriam, entende?! Então eu acho que o que mais chamou a atenção do pessoal foi isso mesmo. Não interessa se está todo mundo ali errado e você está certo, tem é que mostrar pra todo mundo ali que você está certo. Então seria mesmo por ter coragem de bater de frente,

de mostrar, e falar “ó o fulano ali só ta fazendo isso porque está protegendo o camaradinho dele, não é certo”.

Hoje é melhor, porque as pessoas que se aproximam de mim, graças a Deus são pessoas que têm mais ou menos o mesmo padrão de consciência que eu, então hoje é bom por isso, são pessoas que querem mais o bem entendeu. Porque está preso é ruim, dá seis horas da tarde e você está trancado num lugar como esse, e ainda querer viver em guerra, já está privado da liberdade. Então vamos viver bem, é o que eu falo pra todo mundo, nós já estamos presos, então vamos pelo menos viver bem, vamos tentar comer bem, dormir tranquilo, sem ter que levantar com uma faca na cintura, entendeu.

Não, é em cada ala. Mas mesmo que você seja o mais respeitado numa ala isso não te dar o direito de faltar com respeito com ninguém não entendeu. Se você chegar agora você tem o mesmo respeito, você é igual a mim, você é igual a todo mundo, não tem essa de que eu sou o mais velho, mais velho é o vaso que nós usamos toda hora lá. Porque quando eu cheguei neguinho falava que era o mais velho e tal e que então podia extorqui, e então com o tempo as coisas forma melhorando, graças a Deus. Então, assim, cada um dessas alas, de todas as alas que são respeitados em suas alas são respeitados por todas as outras alas também. Agora um único que tenha a palavra final de todas as alas isso não tem não, porque a cadeia é dividida. Então o negócio é apaziguar, é o cara que tenta apaziguar que é respeitado. Se acontecer algo na minha cela por exemplo, sou eu que vai para o castigo, mas por mim não aconteceria.

Têm, sempre têm aqueles que têm vontade né, mas Deus não deixa. O mal por si só se destrói. E assim, é Deus que te dá esse poder de liderança, não é você que pega não, porque quando vem, vem, eu não tenho mascara não, o que eu falo é isso mesmo.

FIM

APÊNDICE I – 5º ENTREVISTA

- Sujeito 5 – Rodrigo, com 28 anos, cursou até a 6º série do ensino fundamental, detido há sete anos devido a práticas de roubos com ameaças de mortes e/ou seguidos de mortes, incluso no artigo 157, e a falsificação de documentos, incluso no artigo 288 do código penal brasileiro. Condenado a 18 anos de prisão, recluso na ala C.

Como assim? Em que sentido?...normal mesmo né, agente tenta viver na melhor, procurar o melhor para viver, sem arrumar problema para poder ir embora...isso existe sim, isso tem, como por exemplo, o tempo em que as pessoas estão nas alas e tal, são elas que organizam tudo, elas que representam, que conversam com a direção para a melhoria da ala.

Como assim autoridade? Sempre tem, tipo o comando né. Isso vai pela pessoa mesmo, pelo convívio da pessoa, se tem um convívio bom, se não tem problema nenhum, não é tipo assim, não tem mancha nenhuma, não oprime ninguém, não cagueta, essas coisas assim.

No sentido assim né, uma pessoa mais de boa, mais tranqüila, que tem a liderança. Então existe pessoas que têm mais respeito, sempre tem um que quer mais, em qualquer lugar tem, aqui ou em qualquer outro lugar, aquele que tem mais respeito, que tem mais crimes né, alguma coisa assim.

Olha, ser humilde né, ter humildade. Não é chegar e querer ficar bravo, humilhar alguém, subir em cima. As vezes você tem mais condição, porque tem muita gente aqui que não tem condição nenhuma, e aí você querer humilhar porque tem uma condição a mais. Tem que tratar igual, tem que ser todo mundo igual.

São muitas coisas né. Essa questão de liderança mesmo é a maioria que decide também, não é só porque uma pessoa é isso ou aquilo não, tem que ver é tudo também, a maioria que decide, é a pessoa que consegue conversar melhor aqui na frente, mais desinibida, consegue se comunicar melhor. Tem a questão do dinheiro também, mas isso não julga muito não. Se tiver dinheiro, mas gosta de humilhar as outras pessoas isso aí vai prejudicando ele. O que acontece ali dentro todo mundo fica sabendo. Humilha um, humilha outro, quando vê já arrumou foi problema pra ele.

Isso vai pela pessoa que foi humilhada, mas ali acontece várias coisas também, não é só a questão de ser humilhado. Todo mundo que se organiza para ver o que fazer. Já o comando é mais para representar a ala, conversar e tal, ver uma melhoria para a ala, fazer

reivindicações, não deixar fazer covardia com ninguém, nem matar ninguém. Então o comando vai lá para evitar isso, para evitar problema pra ala.

É isso mesmo, sempre tentando amenizar os conflitos.

São várias pessoas. Têm as pessoas que tem mais comunicação na ala né. Já tem muita gente que não pode nada, nem conversar direito sabe, ou nem dignidade tem, porque rouba, ou dá pisada direto.

Todas as alas têm.

Não, não existe não, porque ala com ala não tem muito envolvimento, é tudo dividido, ala A, ala B, ala C, não se misturam, tem a separação das alas. Se misturar dá problema, problema demais, porque um que saiu de uma ala por causa de outro aí topa com esse outro, aí vai gerando a inimizade...não, entre os comandos não.

O convívio ali dentro é difícil, pode ser vários fatores. Por exemplo, um cara que tá ali no comando vai cobrar uma dívida com outro, aí ele faz algo que acha que está certo, mas a maioria acha que não está certo o que ele fez, aí essa maioria já tira ele do comando e assume a liderança, entendeu.

Existe, como em todo lugar. Existem aqueles que querem fazer a coisa na força, só que eles não ficam na liderança por muito tempo. Porque tem aqueles que fazem o bem pra ala, não deixam rolar esfaqueamento, mortes, aí vêm outros e tomam o comando e começam a oprimir, estorquir a todos, aí a maioria não aceita, rapidinho eles caem.

Respeito eu tenho, mas liderança pra mim eu não vejo como liderança não...mais pela humildade mesmo...não mudando. Igual, desde quando eu cheguei aqui até quando eu for embora eu vou ser o mesmo, não vou mudar, entendeu. Ser humilde.

Não tem como dizer isso. Vamos supor que igual uma liderança como da ala C, por exemplo, você é líder lá, os seus amigos mesmo, que estão do seu lado podem te trair, então não tem como eu dizer isso, porque aqui dentro é complicado...então é preciso conseguir a confiança dos outros em você, sendo humilde, fazendo o bem.

FIM

ANEXOS

Organograma da POG (Hierarquia Administrativa e respectivas funções

